

ALFREDO DE PAULA MARTINS JUNIOR

Vozes da infância

*Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em
Florianópolis
e seu Contexto Familiar*

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina
como requisito para obtenção do
título de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora...: Professora Nilva Souza Ramos
Co-orientadora: Andréia Bento

FLORIANÓPOLIS – SC
Out./2002


Prof. Krystyna Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

*Defendida em:
04/10/2002.*

ALFREDO DE PAULA MARTINS JUNIOR

*VOZES DA INFÂNCIA: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO
DE RUA EM FLORIANÓPOLIS E SEU CONTEXTO FAMILIAR.*

Trabalho de conclusão de curso, aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora

Nilva Souza Ramos

Andréia Bento

Sandra Helena Seemann Ramos

Florianópolis, outubro de 2002

“As únicas pessoas que realmente mudaram a história foram as que mudaram o pensamento dos homens a respeito de si mesmos”.

Malcolm X

Dedico este trabalho a meus pais que sempre estiveram ao meu lado desde dos meus primeiros dias neste mundo, e vão continuar até o último dos meus dias dentro de meu coração.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me guiar e por colocar pessoas boas em minha vida.

Aos meus irmãos Fabio e Vinícius, minhas únicas riquezas neste mundo.

A toda Imprensa Universitária de Florianópolis, em especial a pessoa de Antônio Carlos de Lima, onde encontrei um irmão verdadeiro sempre disposto a me ajudar nos momentos de tempestade.

A toda a equipe da abordagem de rua, em especial a grande mãe de todos nós da equipe e coordenadora Sandra Helena Seemann, pela paciência atenção e oportunidade de estágio, onde pude ganhar conhecimentos e lições de vida que jamais serão esquecidos. É claro não poderia deixar de agradecer a grande amiga e assistente social Andréia Bento, que teve presença marcante e decisiva no processo final de minha formação acadêmica, a qual sem a orientação da mesma a realização deste trabalho seria inviável.

A toda equipe do projeto S.O.S Criança de Florianópolis, em especial à Assistente Social Luciana Plaza, a primeira supervisora a gente nunca esquece.

A todos os amigos do curso de Serviço Social da UFSC, em especial a professora Nilva Souza Ramos, pela disponibilidade e atenção característica de sua pessoa, primeira professora no início do curso e agora a última no término desta minha longa jornada.

Aos irmãos Marcos, Rodrigo e Telmo Ribeiro. Família sem comentário, obrigado, firmeza total.

E a todas as pessoas, familiares, colegas de aula e professores que contribuíram para minha formação e aprendizado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO I - CONFIGURAÇÃO HISTÓRICA DA ATENÇÃO DISPENSADA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.....	10
1.1 História social da criança e do adolescente.....	10
1.2 Resgate das políticas de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil.....	18
1.3 Política municipal de atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua.....	29
CAPÍTULO II – QUE FAMÍLIAS SÃO ESTAS?.....	41
2.1 O desenvolvimento do conceito de família no decorrer da história.....	41
2.2 Família e vulnerabilidade social.....	48
CAPÍTULO III - OS CAMINHOS QUE LEVAM ÀS RUAS.....	53
3.1 Vozes da infância.....	53
Considerações finais.....	75
Referência bibliográfica.....	78
Anexos.....	84

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é resultado da somatória de dois momentos significativos em minha trajetória de formação profissional. O primeiro, sendo o misto das experiências vividas no período de estágio supervisionado obrigatório para a Conclusão do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, realizado no Programa S.O.S Criança, da Divisão da Criança e do Adolescente, pertencente à Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, e do estágio não obrigatório realizado no Projeto Abordagem de Rua da Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, ambos da Prefeitura Municipal de Florianópolis, somadas a um segundo momento de reflexões e correlações teórico- metodológicas realizadas a partir da fundamentação teórico- operativa e ético – político no período de formação acadêmica.

A partir dos estágios anteriormente citados, teve-se um contato maior sobre a problemática e as discussões que envolvem a temática da violência sofrida por crianças e adolescentes, mais especificamente as em situação de rua, ao qual torna-se visível que cada vez mais cresce o número de crianças e adolescentes que fazem da rua seu espaço de vivência. O número exato em nosso país não é conhecido, mas de acordo com a FIA (Fundação para a Infância e Adolescência, 1996, p.7) estima-se que cerca de 40.000 menores de 18 anos vivam ou trabalhem nas principais ruas de nosso país.

Diante deste trágico contexto, tanto no âmbito nacional quanto municipal, é que surge a proposta para a realização deste trabalho de Conclusão de Curso, ao qual almejamos desvelar o que estaria por trás da saída destas crianças da convivência do espaço familiar para as ruas. Sendo assim, realizamos o mesmo buscando sempre um enfoque familiar, procurando descobrir o porquê destas crianças procurarem as ruas, e também qual a influência familiar para esta situação.

Este estudo possui natureza quantitativa e qualitativa, de caráter exploratório, que nos proporciona aumentar nossas experiências em torno do problema abordado, e a

obter os resultados desejados. O estudo exploratório é desenvolvido, segundo Gil (1994, p.45):

“com o objetivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de um determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

A pesquisa exploratória, ainda de acordo com GIL (1994), de todos os tipos é a que apresenta menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolve levantamento bibliográfico e análise documental, com entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

O levantamento bibliográfico deste trabalho, possui em 90% de sua constituição baseada em autores com produção literária da área infante – juvenil e da família.

Para a análise documental foram utilizados como fonte de dados os Relatórios Estatísticos do Projeto Abordagem de Rua, utilizando como referência os meses de maio, junho e julho de 2002. Sendo esta, ainda de acordo com Gil (1994), uma análise documental de fontes secundárias, isto é, um conjunto de dados que de alguma forma já foram analisados, visto que, já foi realizada uma primeira análise sobre estes dados pelos seus fornecedores, no caso o próprio projeto.

Para a realização da pesquisa, além do levantamento bibliográfico, utilizou-se o emprego de entrevistas focalizadas, ao qual procurou-se detectar os motivos da inserção nas ruas destas crianças e adolescentes, baseando-se em seus próprios relatos coletados durante as entrevistas.

Segundo GIL (1994), a entrevista focalizada é tão livre quanto a informal, sendo que o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema, esforça-se para a sua retomada, sendo este tipo de entrevista recomendada: “Nos estudos exploratórios que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, oferecendo uma visão aproximativa do problema pesquisado”. Gil (1994, p.116),

Para efeito didático este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, se fez necessário a realização de uma discussão sobre a história da infância no contexto mundial, assim como o surgimento e a evolução das políticas de atendimento direcionadas às mesmas, a emergência e a implementação do projeto Abordagem de

Rua dentro da política de atendimento municipal destinada à população em situação de rua, procurando caracterizar sua responsabilidade social.

No segundo capítulo procura-se mostrar a evolução das conceituações relacionadas à família até o ponto das conceituações atuais, para posteriormente, ainda neste capítulo, procurar traçar parte da configuração da família brasileira em situação de vulnerabilidade social, procurando desta forma ilustrar suas características, estrutura (número de pessoas que a compõe), questões sócio-econômicas e etc. Portanto, buscando em primeiro plano realizar uma análise macro da formatação destas famílias, para posteriormente em seguida partimos para um estudo de um grupo mais restrito dentro do universo das famílias brasileiras, mais especificamente aquelas famílias marginalizadas, carentes economicamente, procuramos estabelecer um ponto de vista relacional entre este grupo familiar e suas crianças e adolescentes em situação de rua.

No terceiro capítulo, é realizada a pesquisa que se intitula "Vozes da Infância"; para a realização da mesma, foi utilizado o emprego de entrevistas "focalizadas" e individuais, recortando-se apenas as partes dos relatos destas entrevistas, que deixam nítido um pouco dos motivos que levam a população infanto - juvenil a procurar as ruas. A pesquisa possui como entrevistados um universo de 11 crianças e adolescentes de 10 a 16 anos, em sua maioria do sexo masculino, dos quais todos possuem em comum um passado muito recente de vivência e sobrevivência nas ruas, sendo que alguns no momento da entrevista se encontravam no "Programa de Internação para Autores de Ato Infracional", na "Casa de Passagem", e outros nas "ruas do centro da cidade".

Após a conclusão da pesquisa, segue-se por fim as considerações finais cujo objetivo é elaborar algumas pontuações em relação à temática estudada, e as referências bibliográficas utilizadas na construção deste trabalho.

CAPÍTULO I

CONFIGURAÇÃO HISTÓRICA DA ATENÇÃO DISPENSADA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

1.1 HISTÓRIA SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ao longo da história a criança têm sido vítima de violências perpetradas contra ela na forma de escravidão, abandonos, mutilações, filicídios e espancamentos. Procurar compreender a forma como a criança vem sendo entendida e atendida em diferentes momentos históricos, torna-se fundamental para o desvelamento das questões que envolvem crianças e adolescentes na contemporaneidade, sobretudo aquelas que se encontram nas ruas em situação de risco social e pessoal, e que constitui o objeto de pesquisa deste trabalho.

A literatura internacional e nacional nos mostra que a criança sempre esteve sujeita à influência da força dominadora e disciplinadora do adulto; este último, tinha a incumbência da educação. Os pais tinham o total poder sobre seus filhos, seres considerados “pequenos” e “frágeis” que na maioria das vezes, tornavam-se vítimas de atos de crueldade protagonizados por seus pais. Como nos ilustra Banditer (apud Guerra, 1985, p. 93): “Fundamento moral e chefe da família, o pai era o centro: tudo deveria girar ao seu redor”.

Segundo Alencar (1994), o infanticídio era considerado uma prática normal, sendo tolerado pela sociedade até o século XVII. Fato que levou os religiosos da Idade Média a atribuírem uma alma à criança, batizando-a antes que morresse “acidentalmente”.

A sociedade europeia do século XVII, fundamentada em princípios do autoritarismo, tinha na figura paterna o poder absoluto que “falava mais alto”, significava a ordem máxima, sem poder ser questionada de forma alguma.

Esta mesma Europa do século XVII desconhecia a infância; segundo nos conta Áries (1978), a família na Idade Média não tinha função afetiva, mas sim disciplinadora, sendo a criança considerada “não falante”, ou seja, não possuidora de vontade própria. Com uma imagem bastante ligada à autoridade do pai, a criança deste século era vista como um ser imperfeito, que não poderia exteriorizar seus sentimentos, cabendo a ela apenas obedecer. Este era o pensamento responsável pela educação severa e rigorosa destinada a crianças no âmbito familiar e escolar.

Vale ressaltar que a concepção de criança na Europa da Idade Média desenvolveu-se e evoluiu dentro de um sistema caracterizado por uma estrutura econômica, política, social e cultural denominado de “feudalismo”, marcado por uma relação de servidão (entre escravos e senhores feudais), política descentralizada e economia de subsistência. A monarquia portuguesa nasceu no início da desagregação deste sistema, incorporando parte de suas características.

A partir do século XV o sistema feudal começou a perder sua força, não atendendo mais as necessidades da população europeia. Surge então, após um longo processo de transformação, um novo tipo de sociedade, um novo sistema econômico, político e social: “o capitalismo”, que posteriormente trouxe os portugueses colonizadores ao Brasil através da expansão marítima em busca de novos mercados fornecedores .

As transformações anteriormente citadas, ocorridas na Europa do século XV em níveis políticos, sociais e econômicos, causaram como consequência transformações nas famílias europeias, mudando sua dinâmica. Segundo Guerra (1985), a queda do feudalismo, o surgimento do capitalismo e a formação do Estado, marcam o começo de uma grande intervenção estatal na vida e no cotidiano das famílias, intervenção esta que tinha o objetivo de controle da vida familiar e da preservação da mão-de-obra infantil, ação que alavancou na criação de leis de proteção à criança, e na intervenção cada vez mais freqüente do Estado no espaço social .

“A idéia da infância, como se pode concluir, não existiu sempre, e nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano - industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (“ de adulto “), assim que ultrapassava o período de alta mortalidade infantil, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada , escolarizada e preparada para uma atuação futura” (KRAMER, 1992, p.19).

No Brasil, a história da criança começou no seu período quinhentista, quando a burguesia comercial expandiu-se para fora da Europa em busca de mercado consumidor e fornecedor, encontrando no Brasil uma colônia de exploração que fortaleceria sua economia.

Os contatos iniciais do homem branco europeu e os indígenas no Brasil foram amistosos, porém esta relação pacífica desapareceu à medida que os portugueses invadiram terras indígenas e iniciaram sua escravização.

Há que se observar que a infância estava sendo descoberta neste momento no velho mundo, desta forma, era necessário dispensar toda a atenção às questões que cercavam a criança. No Brasil, a Companhia de Jesus encarregava-se do ensino, tanto da doutrina, como de ler e escrever aos meninos que nesta terra encontravam-se. O ensino das crianças foi uma das primeiras e principais preocupações dos padres da Companhia de Jesus desde o início da sua missão na América portuguesa.

Segundo Priore (1991), na colônia brasileira difundiram-se através da Companhia de Jesus duas representações infantis: a da criança mística (a criança indígena): “Os pequenos místicos chamavam a atenção para as qualidades individuais da criança, onde cada infante é possuidor de características e personalidades diferentes”. A outra representação era a da criança que imita Jesus, ou seja, padronizada dentro da pedagogia jesuítica; era a tentativa de transformar os pequenos indígenas em crianças santificadas e exemplares. Exaltando aquelas cuja fé as ajudava a suportar a dor e a agonia física dos açoites e castigos empregados pelos jesuítas na tentativa de catequizar e disciplinar as crianças indígenas, moldando-as nos princípios morais da

igreja, a qualquer custo. Constitui-se assim o mito da criança-santa devota ao menino Jesus .

Vale ressaltar que, antes da chegada dos jesuítas no Brasil, a educação de crianças indígenas era baseada na convivência com os seus pais, tendo como processo de aprendizagem a imitação. A criança indígena vivenciava em sua comunidade relações igualitárias, os trabalhos eram realizados em cooperação, a economia era de subsistência, não havendo o comércio, inexistindo o escravismo.

A chegada dos jesuítas implicou em uma transformação radical no cotidiano da vida dos jovens índios, pois resultou na criação e na imposição do espaço institucional, onde os filhos dos indígenas eram doutrinados e educados para a vida adulta. Tal modelo institucional ignorava o vínculo familiar transformando pessoas livres em adestradas, sendo que o castigo físico e as imposições morais consistiam na principal direção da educação.

Como podemos observar, a educação lecionada pelos jesuítas era disciplinadora, baseada no castigo, onde nas aldeias administradas pelos jesuítas foram instalados troncos e pelourinhos para onde eram mandados os adolescentes indígenas, mestiços e negros quando fugiam da escola, sendo o castigo físico e as imposições morais práticas consideradas normais na educação do Brasil quinhentista. Desta forma, podemos analisar que a conversão de indígenas ao cristianismo muitas vezes era consequência do medo, e não do amor e da fé cristã, visto que, neste período o medo era a forma mais usada pelo colonizador europeu para reprimir, coagir e impor seus princípios morais aos nativos da terra, sendo aplicados, contra os atos de rebeldia, as mais variadas torturas.

“Para esses ensinamentos repressivos sobre a educação da criança, próprios da cultura européia, tiveram as crianças que negar sua cultura, assumindo formas tão diferentes e agressivas à cultura indígena: os jesuítas aplicavam a pedagogia do medo” (NUNES, 1997,p.61).

De acordo com Chambouleyron (1991), a emergência das atitudes de valorização da infância, somada com a elaboração de um modelo ideológico da criança Jesus – ambos emigrados para a colônia na mentalidade jesuítica, fez com que estes jesuítas entendessem a criança indígena como um papel em branco, onde se poderia escrever

novos valores da fé e virtude cristã, uma cera virgem que poderia ser moldada de acordo com os propósitos jesuítas, que eram o de transformar crianças indígenas em moços bem doutrinados, com bons costumes, sabendo falar ler e escrever em português, constituindo “um povo agradável a Cristo”.

Porém, a tentativa da Companhia de Jesus em catequizar o indígena, através da imposição de um sistema de crenças que o submetia à obediência da nova ordem cristã e negação das raízes indígenas, provocando a desestabilização da sua vida emocional e estrutural, levou esta relação de jesuítas e indígenas ao inevitável rompimento. Ao chegarem os indígenas à adolescência, deixavam as instalações jesuíticas e retornavam para casa, para suas origens. Desta forma, desfeita a idéia de “Pequeno-Jesus”, índios, mestiços e mamelucos estavam livres para dar início a uma história sincrética, isto é, os adolescentes indígenas agora possuíam e vivenciavam em sua bagagem cultural um misto das culturas indígena-européia católica.

Há que se observar que os jesuítas foram os primeiros a atentar para a especificidade da infância, o conhecimento da psicologia infantil e a preocupação com um método que atendesse a essa mesma psicologia. Segundo Priore (1991), os regimes e normas submetidos à criança e ao adolescente no período colonial, pelos jesuítas, contribuíram para a passagem entre a escola da Idade Média e o colégio dos tempos modernos.

Como já foi mencionada anteriormente esta passagem ocorreu através da combinação de disciplina e castigo, e se transformou na prática mais antiga e tradicional no campo da educação infantil que, apesar de inovadora, não era a mais adequada por estar calcada em práticas repressoras. Como consideram Azevedo e Guerra (1989, p.209);

“Sendo a repressão e o castigo em primeiro lugar uma violência contra os que transgridem regras e normas, desta forma, esta mesma violência pode ser utilizada nas relações de força como instrumento de dominação de classes, que trazem por conseqüência o fortalecimento de relações hierárquicas de desigualdades, com fins de dominação, exploração e opressão, que trata o ser humano não como sujeito, mas como uma coisa”.

Ressaltamos que a repressão, a violência, a exploração e, sobretudo, o abandono de crianças e adolescentes, disseminados no decorrer da história do Brasil, não se trata de um costume dos povos indígenas aqui existentes, mas sim de uma herança européia, onde tal conduta frente à infância durante muito tempo foi considerada normal.

A literatura nos mostra ainda que o abandono de crianças e adolescentes sofreu um aumento significativo a partir do declínio da escravidão como sistema de trabalho no Brasil. Motivadas por argumentos emancipacionistas de cunho liberal humanitário, algumas ações como o fim do tráfico de escravos negros, a Lei do Ventre Livre (nº 2040/1871), e finalmente a liberdade com a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, levaram ao desinteresse dos senhores-de-engenho no sustento e investimento em crianças negras, fato que teve por conseqüência um significativo aumento do abandono destas crianças, denominadas de “enjeitados”. Os elevados números de abandonos, sobrecarregavam o orçamento de gastos da cidade, tornando precária a assistência destinada aos tais “enjeitados”.

Rizzini (1993) ressalta que no período colonial não existiam instituições públicas destinadas ao atendimento de “crianças órfãs”, esta tarefa estava delegada à Igreja Católica, o que exigiu das autoridades uma solução que foi a origem, em 1738, da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, que se constituía na única alternativa da época responsável pelo atendimento à questão social, onde eram atendidos doentes, idosos, pobres, viúvas, e desamparados. Nestas Casas eram instaladas a “roda dos expostos”, que se constituía em um;

“Dispositivo cilíndrico, dividido em duas partes, dando respectivamente uma para a rua e a outra para o interior da Santa Casa. Era assistida por uma ama rodeira, que dia e noite, vigiava a entrega dos expostos” (LIMA E VENÂNCIO, 1991, P.66) .

Neste momento é importante esclarecermos que a roda dos expostos foi criada no período medieval pelos europeus, e representava uma ação alternativa de atendimento a crianças abandonadas pelas ruas, igrejas e bosques, onde morriam de frio ou até mesmo eram comidas por animais antes de serem recolhidas. A “roda dos expostos” foi trazida para o Brasil no século XVIII, resistindo por quase um século e

meio. Tinha como objetivo salvar a vida de recém-nascidos abandonados, para futuramente encaminhá-los ao trabalho produtivo e forçado, reproduzindo novamente o sistema de trabalho escravo, onde era utilizada a mão-de-obra infanto-juvenil.

Com o trabalho e a educação dispensada a esta mão-de-obra infanto-juvenil, a roda constituía uma iniciativa social que visava orientar a população pobre, “transformando-a” em classe trabalhadora, “afastando-a da vadiagem e prostituição”. Constituía-se na única instituição de assistência as crianças abandonadas no Brasil. Segundo Faleiros, neste período ocorreu:

“A desvalorização da criança, inclusive de sua existência e vida. As crianças e adolescentes escravos eram considerados mercadoria e sua mão de obra explorada. Os expostos, recolhidos e assistidos pelo sistema da roda ao final de suas diferentes etapas (os poucos sobreviventes), eram induzidos ao trabalho precoce e explorados, ressarcindo seus ‘criadores’ ou o Estado pelos gastos feitos com sua criação” (1995,p.235).

Em todos os locais onde existiu, a roda dos expostos sempre foi motivo de discussão, pois se acreditava que manter em anonimato a identificação dos pais desertores era um fato que favorecia o abandono de “enjeitados”. Desta forma, o abandono de crianças era considerado uma conseqüência da irresponsabilidade e do fruto dos prazeres dos pais desertores e inevitavelmente uma resultante da existência da roda. Porém, esta última afirmação perde sua credibilidade ao atentarmos para o fato de que crianças recém-nascidas eram abandonadas nas portas de igrejas e residências.

Como podemos observar, o abandono de crianças nas denominadas “rodas dos expostos”, era um acontecimento conseqüente de três principais motivos: carência econômica, adultério e abandono de crianças escravas. Lima e Venâncio (1991, 67), ilustram que :

“Durante os séculos XVIII e XIX, a roda recebeu 42.200 enjeitados, sendo procurada por pessoas pobres que não tinham recursos para criar seus filhos, por mulheres da elite que não podiam assumir um filho ilegítimo ou adultério e, também, por senhores que abandonavam crianças escravas e alugavam suas mães como amas-de-leite”.

As “amas-de-leite” eram escravas negras, que alugadas ou até mesmo compradas, tinham a tarefa de amamentar os bebês das famílias brancas, disponibilizando o aleitamento adequado. Sendo assim, as mulheres brancas transferiam a tarefa de amamentar seus filhos às amas-de-leite, a fim de terem mais tempo para o lazer. Este acontecimento culminava na desintegração das famílias escravas, pois as mães negras, ao serem compradas, acabavam muitas vezes sendo separadas de seus filhos. Desta forma, os filhos destas mesmas escravas, “os enjeitados” - assim denominados, eram lançados nas rodas ou abandonados, com o intuito de deixarem suas mães descompromissadas das atribuições maternas, obtendo das mesmas a maior soma de trabalhos, demonstrando mais uma vez a crueldade que cercava a exploração do trabalho escravo.

Os enjeitados sobreviventes permaneciam por volta de dois meses na Santa Casa de Misericórdia, ou, “Casa da Roda” :

“Onde o índice de mortalidade oscilava comumente de 50 a 70%. Os que sobreviviam eram enviados as criadeiras (amas-de-leite que cuidavam das crianças, escravas que amamentavam os bebês das famílias brancas), pagas pela Santa Casa de Misericórdia, devendo estas crianças permanecer na companhia dessas mulheres até a idade de sete anos. A partir daí as crianças eram encaminhadas a famílias adotivas ou ao Arsenal da Marinha, no caso dos meninos, e ao reconhecimento das Órfãs, no caso das meninas. Em qualquer das situações, as crianças deveriam trabalhar gratuitamente durante sete anos, em troca de teto e alimentação. Dos 14 anos em diante, poderiam empregar-se recebendo salários” (LIMA E VENÂNCIO, 1991,P.67).

Em Santa Catarina, por volta de 1828, também tivemos a existência de uma “roda dos expostos” localizada na capital e criada pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, sendo a Irmandade responsável pelo cuidado e zelo das crianças abandonadas. De acordo com o Diário Catarinense apud Oliveira (1993), a roda dos expostos do Hospital Imperial de Caridade, foi muito procurada na segunda metade do século XIX, como nos mostram os dados estatísticos do ano de 1854, onde foram recolhidas na roda dos expostos, da antiga Desterro, 48 crianças, que equivalem a 35,2% dos nascidos naquele ano. Salientamos que o número de expostos nas rodas sofreu uma redução nas décadas seguintes, após as campanhas lideradas por médicos

higienistas e juristas, que consideravam as rodas imorais e contra o interesse do Estado.

Como vimos anteriormente, à história da criança e do adolescente no mundo, e conseqüentemente no Brasil, é uma história marcada pelo descaso e violência legitimada pela sociedade em geral, acarretando em políticas de atendimento à criança e ao adolescente ineficientes e incapazes de atender suas necessidades. Políticas estas equivocadas como as "Santas Casas de Misericórdia", que de acordo com Lima e Venâncio (1991), acabavam servindo como depósitos de ociosos e mendigos, sendo incapazes de atender a toda a demanda de crianças abandonadas, que ficavam pelas ruas prostituindo-se ou vivendo de esmolas e/ou de pequenos furtos.

Surgia desta forma, no final do século XIX, os primeiros registros de crianças e adolescentes em situação de rua e atividade de "delinqüência infanto juvenil", fato que exigiu no início do século XX uma evolução e reformulação na política de atendimento voltada à criança e ao adolescente.

1.2 RESGATE DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL

O final do século XIX e início do século XX são marcados por grandes mudanças no cenário econômico e político do país, conseqüências do incentivo e expansão da urbanização e industrialização. Com o crescimento urbano desordenado agravaram-se as "patologias sociais" como a miséria, a violência e a infância abandonada e delinqüente. Fato que no Brasil de 1906, "a delinqüência infanto-juvenil" preocupava as autoridades com os altos índices de aumento da criminalidade infantil. Este acontecimento levou o Estado a procurar obter um maior controle sobre a população por meio de práticas repressivas, ou seja, intervenção policial. Desta forma, teremos em quase todo século XX no Brasil, traços de um sistema instaurado de "proteção e assistência", isto é, de "ação da justiça" e da "assistência" destinada aos menores.

Segundo Rizzini (1995), em 1900 já se estabelecia uma relação entre o contexto capitalista urbano e a infância desassistida, onde o abandono da infância para os

moralistas, sociólogos e criminólogos era algo digno de toda atenção, pelas relações diretas que acreditavam ter com a criminalidade urbana.

Frente à problemática e ao contexto em que se encontrava a população infanto-juvenil brasileira, surgia como resposta das autoridades nesta primeira década do século XX, uma legislação especial para menores de origem policial e jurídica, possuidora de decretos e estabelecimentos (escolas e colônias correccionais), que tinham o objetivo de “recolher menores”, de acordo com idade, sexo e tipo de crime. Ressaltamos que as colônias não eram destinadas exclusivamente aos menores, sendo os mesmos internados juntamente com adultos, onde entre estes se encontravam vadios, mendigos, capoeiras e desordeiros. Segundo Rizzini:

“A história do direito brasileiro do menor conheceu três fases: a primeira (1927 a 1973), foi marcada pela execução de normas e diretrizes repressivas e discriminatórias; a segunda (1973 a 1989), na qual se delineava uma política nacional caracterizada pela proteção e amparo paternalista; a terceira, recém inaugurada (1990), fundada na concepção da criança e do adolescente como cidadãos, passíveis de proteção integral, vale dizer, de proteção quanto aos direitos de desenvolvimento físico, intelectual, afetivo, social e cultural” (1993, p.109).

No ano de 1927, surgia no Brasil o primeiro Código de Menores, cujo autor foi Mello Matos - Juiz de Menores do Distrito federal, sendo este o primeiro sistema público de atenção às crianças e adolescentes no Brasil. O Código de Menores de 1927 tinha como objetivo regulamentar a situação da infância intervindo com urgência para educar ou corrigir os menores, tomando-os úteis para assegurar a produção e organização moral da sociedade; desta forma, o Código de 27 apresentava duas preocupações: “Defender a criança e defender a sociedade da criança que passa a se constituir um problema de ordem pública” (Souza,1998,p.43).

Com o Código de Menores de 1927, “a infância se judicializa” (Rizzini,1995,p.115), através de uma legislação protecionista que tinha o objetivo de exercer um forte controle sobre os menores, através de dispositivos de tutela, guarda, vigilância e educação de crianças e adolescentes, ou do “menor”, termo este utilizado

pelos juristas para designar indivíduos que não tivessem atingido a maioria penal e civil, de acordo com a legislação da época.

É a partir da década de 30 que a infância passa a ser entendida como questão social, apesar de permanecer sob a responsabilidade do judiciário. A crise econômica que se estendeu durante este período contribuiu para o aumento do desemprego e diminuição dos salários. As lutas políticas internacionais também se refletiam no Brasil. Em oposição ao modelo socialista surgiam os modelos nazista e fascista, cujo um dos lemas era “não pense, marche”; esta onda nazi-fascista chegou ao Brasil com o lema “deus, pátria, família”, com o objetivo da formação de um estado antidemocrático.

Em 1937, no governo de Getúlio Vargas é instaurado o Golpe de Estado, através de um regime ditatorial que favorecia as classes dominantes brasileiras, fato que trouxe mudanças como a quebra do setor agrário-exportador e conseqüente derrubada das oligarquias rurais, surgindo assim o estado autoritário .

“No âmbito social, o autoritarismo combinou-se com uma forma partenalista de atuação, que se manifestava na apresentação das medidas de cunho social como benesses do Estado” (OLIVEIRA, 1989, p.110).

Ressaltamos que os problemas sociais, unidos a idéias socialistas, representavam para o governo da época uma ameaça à nação, que deveria ser combatida. Desta forma, as idéias socialistas (ou “comunistas” como eram chamadas), deveriam ser combatidas com a atuação policial, e para os “desajustes sociais” surgia a assistência social ou o serviço social de cunho caritativo e filantrópico que tinha o objetivo de sanar os problemas sociais, tendo como foco de atuação a “família do trabalhador”.

Entre as medidas de cunho social do governo Vargas de combate à pobreza destacam-se as seguintes: Incorporação das populações trabalhadoras urbanas aos projetos nacionais, sendo o trabalhador atendido assistencial e juridicamente (legislação previdenciária, pensões, aposentadoria, CLT); Troca de um enfoque jurídico por um mais contextualizado que considerava que a população em situação de pobreza deveria

ser assistida pelo Estado; Reconhecimento da situação da infância como problema social nos discursos e nas leis.

Segundo Rizzini (1995), esta última medida citada anteriormente, mostra que as mudanças ocorridas no governo Vargas dos anos 30, trouxeram conseqüências à questão da infância. A partir deste momento o Estado reformula sua postura e papel perante a situação da infância, que é compreendida como um problema social resultante da situação de pobreza da população. Desta forma, a problemática da questão da infância perde um pouco da "conotação jurídica" e ganha mais "conotação social".

Em 1941 é criado o Serviço de Assistência ao Menor (S.A.M), subordinado ao Ministério da Justiça e vinculado ao Juizado de Menores. Criado com as seguintes finalidades: sistematizar e orientar os serviços de assistência, prover exame médico-psico-pedagógico (assistência científica), abrigar, recolher e internar menores considerados "desvalidos e delinqüentes" em estabelecimentos "adequados" para educação e "tratamento". Para a realização da atividade de recolhimento de menores o "S.A.M" contava com o apoio do "Serviço de Fiscalização e Repressão à Mendicância".

Neste sentido, o Serviço de Assistência ao Menor (S.A.M), funcionava como uma estrutura penitenciária para a população menor de idade, sendo antes de tudo, correcional-repressiva. Seu sistema de atendimento baseava-se em internato-reformatórios e Casa de Correção para menor autor de infração. Sendo esta estrutura chamada de "sucursal do inferno" e "escola do crime" (Costa, 1990).

Mesmo com todos os esforços do governo Vargas, criando benefícios sociais para melhorar as condições de vida dos trabalhadores, como já foi anteriormente citado, não foi suficiente para abraçar toda a enorme demanda existente de excluídos, distorção social esta que se agravou no decorrer dos anos no Brasil com a implantação do sistema capitalista concentrador de renda. Estava nítido que a questão dos "menores abandonados e delinqüentes" tinham origem eminentemente social, porém era uma questão que ficava sobre responsabilidade jurídica, sendo esta a protagonista, ditando as leis e as medidas assistenciais a serem seguidas, utilizando "serviços auxiliares" que completassem sua ação (serviços sociais, psicólogos, voluntários e etc).

No entanto, a assistência social constituiu a base da legislação dos anos 40. "No tocante aos menores, sua influência deixara marcas que afetaram decisivamente os caminhos a serem seguidos" (Rissini, 1995, p.137).

O S.A.M em sua criação, herdou da década de 20 (Código de Menores) uma bagagem ideológica de caráter discriminatório, calcado no assistencialismo e intervencionismo para com a família pobre, fracassando em sua tentativa de dar conta do crescente contingente de jovens desassistidos e excluídos através de ações vinculadas à área jurídica.

Como se pode observar, o S.A.M surgiu pautado em princípios considerados modernos na época: voltado para a educação do menor, com método de trabalho delineado, a chamada assistência científica. No entanto, o que ocorreu foram abusos contra os internos, corrupção, clientelismo, que devem ser observados sob a ótica do contexto político que se instaurava naquela época.

Uma ditadura preocupada em se manter através da ideologia da defesa nacional, onde o menor na rua, fora da escola, representava perigo. Mas também, uma clientela sem barganha política e econômica, que é o foco de investimentos pelos riscos que oferece, mas nem todo. O menor e o meio de onde vêm não têm como cobrar e muito menos exercer controle sobre as ações de um Estado todo poderoso. Pela sua condição de minoridade e pobreza, está nas mãos daqueles designados para 'protegê-los' ou 'recuperá-los'. Os abusos foram muitos e com razão deram ao S.A.M a fama que permaneceu na história e no imaginário popular: "S.A.M: amor ao menor, sucursal do inferno e outros" (Rizzini, 1995, p.298).

Nos primeiros anos de 1964, após o golpe de Estado, é elaborada, dentro do contexto do regime militar, uma Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBM), que visava uma gestão centralizada e vertical. O órgão nacional desta política chamava-se FUNABEM, e os órgãos executores eram as FEBEMS. A FUNABEM tinha a proposta de:

"Assegurar prioridades aos programas que visem a integração do menor na comunidade, através da assistência na própria família e da colocação em lares substitutos, a apoiar instituições que se aproximem da vida familiar, respeitando o atendimento em cada região" (FALEIROS, 1995, p.76).

Desta forma, o falido S.A.M, saía de cena e era substituído pela FUNABEM, repleta de medidas repressivas, influência do regime militar instaurado, que considerava os menores autores de crimes e homicídios um risco à ordem pública, sendo a questão do menor elevada à categoria de “problema de segurança nacional”. A FUNABEM desejava romper com as práticas repressivas anteriores, e ter como foco de trabalho a família desestruturada. Pretendia acabar com a marginalidade e a cultura da violência. Porém, só conseguiram estigmatizar os menores das periferias como perigosos, que eram levados aos grandes internatos, as “FEBENS”, que se transformaram em lugares de tortura e espancamento.

Observamos que o modelo arcaico correcional e repressivo nunca foi superado, como o “S.A.M”, a “FUNABEM” também não correspondeu à problemática das questões que envolviam o menor, sucumbindo com o seu:

“Conjunto de mecanismos de repressão, com o esquema de controle político e social (com o terror e tortura), que deveria estar presente em todas as partes, controlando, vigiando, educando, para que a integração se processasse de acordo com o plano nacional elaborado pelos tecnocratas” (FALEIROS, 1995, p.77).

Na década de 70, os debates políticos, no eixo Rio - São Paulo, em relação à questão do “menor em situação irregular” e em busca de um “novo código de menores”, prosseguiram. No Rio de Janeiro, mantinha-se a proposta de estabelecer as bases do direito do menor definindo conceitos (definição, tratamento e prevenção), finalidades, atribuições e o objetivo da ação. São Paulo tinha na época um posicionamento menos rigoroso juridicamente, onde se buscava uma legislação com bases sócio-pedagógicas. Como consequência destas discussões, o “novo Código de Menores de 1979” procurou substituir o conceito discriminatório de menor abandonado e delinqüente por uma compreensão descritiva do estado sócio-econômico-familiar dos menores, onde dirigia-se:

“À criança e ao adolescente perguntando pelo que ele não é, pelo que ele não sabe, pelo que ele não tem, pelo que ele não é capaz. Daí que comparado ao menino de classe média, tomado como um padrão de normalidade, o menor marginalizado passa a ser visto como carente bio-psico-sócio-cultural, ou seja, um feixe de carências” (COSTA, 1990, p.83).

O menor passou a ser tratado como vítima de “uma estrutura social injusta e iníqua”, segundo Rizzine,(1995,p.155). Esta lógica de pensamento, somada às concepções dos juristas da época, levou à criação da “Doutrina da Situação Irregular”, ao qual, os menores que se encontravam em situação de abandono, delinquência e carência socioeconômica, deveriam ser “protegidos e vigiados”. Desta forma, estavam dispensados da intervenção do Estado os menores que se encontravam em “situação regular”, ou seja, menores possuidores de boa condição econômica e com boa estrutura familiar. Como podemos observar, a aplicação da “Doutrina da Situação Irregular”, se constituiu em mais um instrumento excludente, utilizado para reprodução de práticas discriminatórias, de controle de massas, direcionada à população marginalizada de baixa renda, concentrada nos bolsões de pobreza da época.

“O Código de 1979 define como ‘situações irregulares’ a privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítimas de maus tratos; por perigo moral em razão de exploração ou por encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoria de infração penal. Assim, as condições sociais ficam reduzidas à ação dos pais ou do próprio menor, fazendo-se da vítima um réu e tornando a questão ainda mais jurídica e assistencial, dando-se ao juiz o poder de decidir sobre o que seja melhor para o menor; assistência, proteção ou vigilância. Na prática consagra o que vinha fazendo a Funabem” (FALEIROS, 1995, p.81).

Além das críticas já mencionadas anteriormente, sobre o Código de Menores de 1979, destacamos: a revogação do dispositivo da Lei de Segurança Nacional e do Código Militar, que permitia a punição de menores de 18 anos; a ampliação dos poderes das autoridades jurídicas, onde os juizes eram autoridades que assumiam funções que, pedagógica, funcional e democraticamente deveriam ser distribuídas entre vários setores da sociedade e da administração pública; O poder de decisão centralizado nas

mãos dos juristas em relação à chamada “situação irregular do menor”, contribuiu para a permanência de práticas correcionais e repressivas das legislações anteriores.

Com o fim da era dos governos ditatoriais, tivemos no Brasil da década de 80 avanços na área política, que se deu através de um movimento de redemocratização. O país elegeu um Presidente Civil, através das “diretas já” (reivindicação política que mobilizou o país em busca de eleições diretas para Presidente da República), e elaborou uma nova carta constitucional, que contou com uma ampla participação dos mais diversos setores e segmentos da sociedade.

As mudanças políticas ocorridas na década de 80 trouxeram reflexos à questão da infância, o governo é pressionado tanto a nível nacional quanto a nível internacional para que se tomem providências diante da crítica situação da infância. Surgem inúmeras manifestações populares com o intuito de denunciar as injustiças e violências cometidas contra a criança e o adolescente, as práticas de internar crianças (a institucionalização), principalmente as pertencentes às famílias de baixa renda, passam a ser criticadas. É reconhecido o fracasso da Política Nacional do Bem Estar do Menor, ocorrendo uma revisão do papel do Estado frente à questão da infância que passa a ser de responsabilidade de toda a sociedade. A partir deste momento:

“O menino deixa de ser visto como um feixe de carências e passa a ser percebido como sujeito de sua história e da história de seu povo, como um feixe de possibilidades abertas para o futuro. Agora se pergunta o que ele é, o que ele sabe, o que traz e do que ele é capaz” (COSTA, 1990, p.83) .

Na metade dos anos 80 era notório o número crescente de crianças nas ruas, sendo que os denominados “meninos de rua”, constituíam um dos problemas mais graves a serem enfrentados pelo país na época. Frente a este quadro temos um movimento da sociedade civil em prol das causas da infância e juventude socialmente desfavorecidas; participaram desta ação em busca dos direitos das crianças e adolescentes, educadores e técnicos de diversas áreas do conhecimento:

“..... a mentalidade repressiva começa a ceder espaço para uma concepção de reeducação, de tratamento, na assistência ao menor. Verifica-se o surgimento de um novo modelo de assistência à infância, fundada não mais somente nas palavras da fé, mas, também, nas das ciências, basicamente médica, jurídica e pedagógica” (SCHLICHTING, 1997, p.25).

É neste movimento que em 1985 surge a Coordenação Nacional do Movimento de Meninos e Meninas de Rua, e um ano depois é realizado em Brasília o Iº Encontro Nacional de Meninos de Rua com o objetivo de discutir as questões que estavam diretamente ligadas à qualidade de vida dos mesmos. Durante os encontros foram debatidas questões como saúde, escola, trabalho, família, direitos e violência. Toda esta movimentação da sociedade civil contribuiu para pressionar e reivindicar junto ao Ministério Público a revogação do Código de Menores e sua substituição pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Em 1988 demos um grande passo que antecedeu o ECA e abriu possibilidades para sua aprovação, que foi a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, constituição esta calcada nos direitos humanos e denominada de “Constituição Cidadã” e que no seu artigo 227 dispõe:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Em 13 de julho de 1990 é aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente – (ECA), regulamentando o artigo 227 da Constituição Federal, revogando o Código de Menores e a Lei da Política Nacional de Bem - Estar do Menor. Sendo que este estatuto preconiza uma ação pedagógica que defende a liberdade e a convivência familiar e comunitária, evitando a internação, prática muito utilizada nas legislações anteriores como única alternativa de atendimento à criança e ao adolescente, considerando:

“Criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquele entre doze e dezoito anos de idade (Art.2). A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que se trata esta lei, assegurando - lhes, por lei ou por outros meios, todas as facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (Art.3 - ECA).

Ainda como disposição preliminar, a lei estabelece que:

“Na interpretação da lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento” (Art.6 - ECA).

O “ECA”, é considerado um grande avanço e uma das mais modernas legislações do mundo, com princípios inovadores e a instituição da doutrina de proteção integral, com o intuito de garantir que crianças e adolescentes sejam reconhecidos na prática (e não só na teoria), como sujeitos de direitos e deveres, com prioridade absoluta, *principalmente no que tange às “políticas públicas”, uma vez que muito pouco dos recursos disponibilizados pela União é destinado à população excluída no atendimento de suas necessidades básicas.*

Vale ressaltar que estamos entendendo políticas públicas segundo a definição de Moraes (1993), que nos esclarece que políticas públicas são todas as ações do Estado, feitas com recursos públicos e que devem destinar-se à população, garantindo a infraestrutura do país, e de uma vida coletiva digna. As políticas públicas englobam em seu bojo as ‘políticas sociais’ que de acordo com Costa (1990, p.71), são:

“O conjunto das leis, instituições, políticas e programas criados pelo poder público e voltados para a distribuição de bens e serviços destinados a promover e garantir os direitos sociais dos cidadãos. A política social, no interior dessa visão, é a estrutura de leis, propósitos, compromissos, princípios, valores que presidem a estrutura e o funcionamento do ramo

social do Estado no âmbito da satisfação das necessidades básicas dos cidadãos”.

O grande mérito do “ECA” foi a concretização de um novo olhar sobre a infância, pautado no respeito à criança e ao adolescente que passam a ser vistos como cidadãos sujeitos de direitos e deveres, com prioridade absoluta, sobretudo dentro das “políticas públicas”. Vale frisar também que, o “ECA” é resultado de um processo de mobilização ética, social e política envolvendo profissionais do setor jurídico, das políticas públicas e do movimento social, deixando de ser uma criação do trabalho isolado de um grupo de juristas como ocorreu nas legislações anteriores referentes às crianças e adolescentes. A partir do “ECA”, as responsabilidades no atendimento à criança e ao adolescente foram melhor definidas e divididas entre o juiz (que era antes a única autoridade), e outros setores como o estado, a sociedade e a família, formando um sistema participativo, de controle e fiscalização das políticas públicas em favorecimento desta parcela excluída da população, sendo que através deste sistema participativo constituiu-se um grande movimento social em busca da cidadania.

“De acordo com o movimento social, o “ECA” propõe uma ruptura com um passado secular, tanto em termos jurídicos quanto das políticas voltadas para a infância e adolescência, de um lado, e da relação entre Estado e sociedade civil, de outro, o caminho indicado nos parece acertado: atribuir às políticas públicas, formuladas e executadas num processo de co-gestão entre Estado e sociedade civil, com o papel de resgate da enorme dívida social do país com as crianças, na perspectiva de colocá-los na condição de cidadãos” (SCHLICHTING, 1997, P.35) .

Observamos que o “ECA”, assim como as legislações anteriores, faz menções à família compreendendo que esta é uma das instituições mais importantes para o desenvolvimento sadio de crianças e adolescentes, sendo a família considerada a célula mãe da sociedade. Com a criação do estatuto a família brasileira deixa de ser um mero objeto de intervenção do estado e lhe é atribuídas obrigações e responsabilidades referentes à questão da infância, famílias estas que encontram-se em estado de depalperização e exclusão social, sofrendo influências de ordem econômica e social.

A partir do “estatuto da década de 90” o poder público e a sociedade passam a ser responsáveis pelo desenvolvimento de crianças e adolescentes. Porém, observamos que mesmo com os avanços proporcionados pelo “ECA” em relação ao atendimento de crianças e adolescentes, é algo considerado normal encontrá-las desamparadas pelas ruas, negligenciadas e ignoradas pelo poder público e pela sociedade, que desprezam os princípios fundamentais do Estatuto (ECA) onde a defesa a criança e a adolescência são prioridades absolutas.

1.3 POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA

O presente item procura realizar o resgate histórico da política municipal de atendimento a criança e ao adolescente ao surgimento da abordagem de rua dentro desta política. Para isto se fez necessário à consulta dos registros da Ação Social Arquidiocesana-ASA, projetos e documentos da própria abordagem de rua, consulta a trabalhos de conclusão de curso de serviço social das aspirantes a formandas Adelaide Marcelino Pereira e Adriana Lucinda de Oliveira, e consultas à Monografia apresentada por Sandra Helena Seemann Ramos para a obtenção do título de especialização em violência doméstica do Centro de Ciências de Educação - FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Como já foi citado anteriormente, a partir da década de 90, com a criação do Estatuto (ECA), tivemos a implementação de uma nova ordem jurídica em relação aos direitos da criança e do adolescente que romperam com as propostas de correção, repressão e assistencialismo de legislações anteriores.

No entanto, este foi um processo lento e difícil em todo o país, e em Florianópolis não poderia ser diferente. O pouco envolvimento da sociedade civil não colaborou para a divulgação do “ECA” e para o respeito e a realização de suas determinações; desta forma, o Estatuto pouco sai do papel para a prática, sendo este um desafio que implicou

em um reordenamento de organismos que atuam diretamente na definição, execução ou controle das políticas públicas (poderes executivo, legislativo, judiciário, Ministério Público e Polícia Civil-Militar). A implementação do “ECA” exigiu mudanças profundas, muitas não conquistadas até hoje em relação à postura do Estados, municípios e cidadãos.

Em outubro de 1991, o município de Florianópolis, através da Divisão da Criança e do Adolescente da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, cria o PAICAR- Programa de Atendimento e Integração de Crianças e Adolescentes de Rua, buscando responder a esta nova política de atendimento e objetivos ao qual o “ECA” propunha. O PAICAR surge da consciência de que era necessária a realização de um trabalho diferenciado junto a crianças e adolescentes em situação de rua em Florianópolis, demanda esta oriunda dos crescentes bolsões de misérias das regiões periféricas da cidade.

Estas crianças e adolescentes eram filhos da população de baixa renda, sendo a maioria natural do interior de Santa Catarina e de Estados vizinhos em busca de melhores condições de vida e possibilidades de geração de renda para a sobrevivência de suas famílias. Diante do quadro de carência sócio-econômica vivenciada por suas famílias, estas crianças e adolescentes deslocavam-se das comunidades de origem dirigindo-se às ruas centrais de Florianópolis onde permaneciam perambulando em busca de alternativas de vida, lutando pela sobrevivência.

O “PAICAR”, que foi criado com o intuito de atender esta demanda de crianças e adolescentes das ruas da cidade, constituía-se em um programa resultante da elaboração de projetos que envolveram entidades como a Ação Social Arquidiocesana - ASA (1987 a 1991), Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMR, e a Associação Florianopolitana de Voluntárias - AFLOV. Estas entidades visavam a elaboração do ante Projeto de Lei que dispõe sobre as políticas de atendimento do município.

“Em julho de 1992, é aprovada e publicada a Lei Municipal 3.794/92 que dispõe sobre a política de atendimento às crianças e adolescentes no município de Florianópolis, nesta lei, inclui-se uma rede de órgãos e instrumentos para a efetivação desta política, tais como: Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e Fundo Municipal da Criança e do Adolescente” (SCHLICHTING, 1997, p.61).

O PAICAR iniciou suas atividades com uma equipe multidisciplinar composta primeiramente por psicólogos, um professor de Educação Física e um educador de nível médio; posteriormente, foram incluídos à equipe duas estagiárias de Serviço Social e uma Assistente Social que ficou à frente da coordenação do programa.

O programa estava sediado na Rua Felipe Schimidt, número 869, sendo este um ambiente de trabalho pequeno e precário para o atendimento da clientela composta por mais ou menos 30 (trinta) crianças que recebiam neste local alimentação e higiene pessoal, para em seguida serem encaminhados a programas nas áreas da educação, saúde e jurídica. Eram considerados os objetivos gerais deste programa:

“Promover a defesa dos direitos das crianças e adolescentes para que possam exercer a cidadania plena, principalmente daquelas expostas a situações de risco pessoal e social; Resgatar a cidadania de crianças e adolescentes para que possam exercer a cidadania plena, principalmente daquelas expostas a situações de risco pessoal e social”. (Pereira, 2000, p. 29)

Os objetivos específicos do programa eram :

“Oferecer às crianças e adolescentes de rua condições básicas para sua sobrevivência, como alimentação, higiene pessoal e saúde; Reconhecer e desenvolver a capacitação de percepção do cenário econômico e político da vida nacional, para sua integração à lógica social brasileira; Propiciar o acesso à escolarização, a atividades profissionalizantes, sintonizadas com a proposta de trabalho, respeitando-se as atividades de interesse da clientela, adequada à realidade. Todas estas atividades pautadas em uma perspectiva de transformação; Informar acerca de serviços e programas existentes no município, bem como, proceder encaminhamentos; Instrumentalizá-lo ao nível de sua organização, visando a superação de sua condição de marginalização e da lógica que a engendra; Restabelecer e preservar os vínculos familiares, quando possível”. (Pereira, 2000, p. 29)

A equipe interdisciplinar do programa procurava manter um vínculo com as crianças e adolescentes em situação de rua através de contato direto com os mesmos, e para isto utilizava-se de conversas informais, atividades lúdicas e esportivas, encaminhamentos à família e entidades, com o intuito de manter uma relação de confiança com os meninos (as). Este contato objetivava conhecer melhor a realidade da clientela, de onde vêm, como vivem e do que vivem procurando discutir com os meninos e meninas em situação de rua questões voltadas e direcionadas à educação através da abordagem de temas como cidadania, superação da situação de marginalidade, perspectiva de futuro, sexualidade e drogas.

Porém, os relatos mostram que apesar do “PAICAR” ter identificado seu público-alvo e ter seus objetivos definidos, encontrou uma série de obstruções e dificuldades para operacionalizar suas metas e propostas, às quais destacam-se:

A questão ideológica - Mesmo com as mudanças inovadoras advindas com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a sociedade ainda mantinha resquícios da visão ultrapassada de legislações anteriores, com um enfoque repressivo-correcional e assistencialista, leitura esta permanente até os dias atuais, que considera crianças e adolescentes como “sujeitos marginalizados” e não como sujeitos de direitos como preconiza o ECA.

A questão política - A falta de atenção e de investimentos na área social, que nunca foram prioridades das políticas públicas e do comprometimento político, fato que na época emperrou o andamento dos trabalhos. Este registro mostra a ineficiência diante da proposta do Estatuto de 90, que após três anos da data da sua aprovação, a criança e o adolescente ainda não são considerados prioridades absolutas no que diz respeito aos investimentos realizados por parte do aparato estatal.

A falta de estrutura - O programa, além de não possuir um espaço físico adequado para a realização do trabalho proposto, também sua equipe não possuía estabilidade e segurança em relação a contratações e remunerações.

Interferências de trabalhos com a mesma clientela - A questão da criança e do adolescente em situação de rua, após o “ECA”, despertou uma série de respostas da população e do poder público e interferências de instituições de cunho governamental e não governamental que realizavam leituras diferentes de uma mesma realidade, a partir

de olhares de piedade, de revolta, violência e assistência. Tínhamos, desta forma, várias iniciativas de trabalho com propostas diferentes, desconectadas umas das outras e atuando sobre a mesma clientela, como descreveremos a seguir:

Centro Piloto - Possuía 300 (trezentos) funcionários que atendiam em média 1.000 (mil) crianças e adolescentes. Tinha como objetivo encaminhar crianças e adolescentes à escola, resgatar os vínculos familiares e profissionalizá-los através da realização de um trabalho de orientação profissional com oficinas de mecânica, gráfica, costura, culinária, marcenaria e padaria.

Liberdade Assistida - Consistia em uma das medidas sócio-educativas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, de acordo com o Artigo 112, IV. O programa realizava o acompanhamento e orientação de crianças e adolescentes autores de pequenas infrações, no meio onde viviam, para os casos onde não houvesse julgamento.

Jocum - (Jovens com uma Missão) - Este era um grupo religioso que dirigia-se às ruas de Florianópolis oferecendo lanche para as crianças e adolescentes, com o objetivo de criar vínculo com as mesmas, para posteriormente pregar o evangelho, sendo esta uma prática de caráter religioso e extremamente assistencialista.

Fundação Vida - Esta fundação tinha em sua presidência como nome maior a Sra. Vera Maria Karam Kleinnubing, primeira dama do Estado. A Fundação Vida era organização não governamental que a partir do dia 08 de abril de 1992 passou a desenvolver três trabalhos: o primeiro de atendimento temporário de pernoite para crianças e adolescentes, através do albergue Santa Rita de Cássia. O segundo denominava-se o Casarão de Integração criança/adolescente e idoso, onde eram desenvolvidas algumas atividades artísticas, lúdicas, marcenaria e oficinas. O terceiro foi a implantação do SOS Criança, com atendimento emergencial de maus tratos a crianças e adolescentes.

Podemos observar que os programas e projetos anteriormente citados possuíam uma prática de intervenção fragmentada, com muito pouca, e muitas vezes sem nenhuma conjunção entre os projetos e programas, onde se apresentavam linhas de atuação diferenciadas no acolhimento desta demanda.

Este desencontro proporcionado pela falta de ação conjunta entre os programas e projetos, apresentando um paralelismo de atividades que acabava por refletir de forma negativa no cotidiano da clientela, onde crianças e adolescentes em situação de rua passavam a perambular de instituição em instituição, não encontrando uma resolução eficaz para a situação em que se encontravam, fator este que dificultava o progresso nos atendimentos, pois, desta forma, crianças e adolescentes criam com estas instituições um vínculo de dependência, onde sempre encontram alguma forma de atendimento para suas necessidades básicas, nunca alcançando um estado de autonomia, ao contrário, fortalecem seu grau de “dependência” e “permanência” nas ruas.

Esta intervenção “fragmentada e ineficaz” diante da realidade, levava a um enorme desperdício de recursos e o impedimento aos programas e projetos, de alcançarem seus objetivos de solução para a situação de ociosidade de crianças e adolescentes nas ruas, realizando por fim um atendimento anódino, sem garantir seus direitos enquanto cidadãos, como determina o “ECA”.

Frente a este contexto, era necessário ao poder público e às organizações não governamentais reverem objetivos, propostas e posturas de trabalho, dos projetos anteriormente citados, analisando e buscando alternativas para a ineficaz política de atendimento instaurada, procurando uma mesma leitura da realidade, ou seja, garantir uma única linha de intervenção.

A partir deste momento começam os debates em torno das diferentes iniciativas e as conseqüências dessa intervenção fragmentada. Discutia-se também questões relacionadas à ineficiência das políticas públicas, do Estatuto da Criança e do Adolescente e, principalmente, sobre as dificuldades de atuação encontradas pelas instituições frente à realidade social, as quais destacamos:

- Choque de postura entre estes trabalhos;
- Ineficiência e inexistência de articulação entre os trabalhos da Fundação Vida e outros projetos existentes;
- Falta de uma proposta teórico-metodológica;
- Falta de cursos de capacitação para trabalhar questões como: alcoolismo, sexualidade, drogas, linguagem e família.

Em resposta às questões levantadas durante os debates e discussões, os educadores sociais de rua, a Prefeitura Municipal de Florianópolis e a Fundação Vida iniciam reuniões onde se propõem a municipalização e articulação de entidades responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua.

Estas reuniões resultam na realização de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis e a Fundação Vida, no qual a Prefeitura assume as atividades desenvolvidas pelo Albergue Santa Rita de Cássia, Casarão de Integração crianças/adolescentes / idoso e S.O.S Criança.

A partir deste momento inicia-se o processo de finalização das atividades do "PAICAR", surgindo uma nova proposta de trabalho com uma diferente estrutura de operacionalização, possuindo agora duas equipes harmonizadas com o mesmo objetivo. Uma equipe de rua composta por educadores sociais de rua, que realizavam o primeiro contato, encaminhando os casos à equipe de apoio; esta, por sua vez responsabilizava-se pelo acompanhamento, visita domiciliar e articulação com outras entidades. Estas mudanças tinham o objetivo de alcançar uma maior eficiência e agilizar o atendimento a demanda existente. Em 1995 é concretizada esta nova proposta de trabalho com a criação do Projeto Abordagem de Rua.

Como podemos observar, o Projeto Abordagem de Rua se constitui numa política de atendimento da esfera municipal de Florianópolis, desenvolvendo-se através dos programas de atenção e proteção a crianças e adolescentes em comunidades e proteção especial, pertencentes à Divisão da Criança e do Adolescente. Em seu primeiro momento o projeto destinava seu atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, porém, a partir do mês de outubro de 2001, o público-alvo da abordagem ampliou-se para o atendimento da população adulta em situação de rua. A partir deste momento, o projeto foi vinculado à Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, compondo de parte do corpo da Gerência da Assistência Social e Divisão de Atenção e Proteção Especial.

Uma década se passou desde o surgimento do "PAICAR" - Programa de Atendimento e Integração de Crianças e Adolescentes de Rua (1990), como uma das primeiras políticas de atendimento a crianças e adolescentes após o surgimento do "ECA", que configurou-se até a criação da atual Abordagem de Rua. Durante este

período de mudanças na política de atendimento municipal, procurou-se uma conexão cada vez mais próxima com a realidade social; no entanto, esta mesma sociedade florianópolis também sofreu visíveis transformações a níveis sócio-econômicos neste curto espaço de tempo. Na seqüência faremos um breve comentário sobre estas transformações.

Nos dias de hoje Florianópolis apresenta uma das maiores taxas de urbanização e de crescimento demográfico do Estado de Santa Catarina. Como já foi citado anteriormente, este crescimento é decorrente de um longo e intenso processo de migração, no qual famílias de regiões agrícolas provenientes do interior do Estado, são atraídas pela perspectiva de melhores condições de emprego e renda, tendo em vista as potencialidades do município, que são basicamente o turismo e o comércio.

Esta população migrante é composta por famílias de baixa renda, sem qualificação profissional e que dificilmente serão absorvidas pelo mercado formal de trabalho. Desta forma, esta parcela da população, ao se deparar com esta realidade, sem remuneração e qualquer outra alternativa, busca suprir suas necessidades de moradia, instalando-se em áreas de risco ou de preservação ambiental, como as encostas de morros (áreas sujeitas a desmoronamentos e inundações), denominadas de regiões periféricas, onde a infra-estrutura é muito precária ou inexistente.

Destacamos que estes "bolsões de pobreza" são constituídos por parte da população nativa, que somada à população migrante, passa a vivenciar uma realidade de "marginalidade", que é fruto, antes de tudo, de um sistema político brasileiro elitista e manipulador, possuidor de um modelo econômico que absorve apenas parte da mão de obra disponível.

Todos estes desajustes sociais anteriormente citados, trazem conseqüências à configuração social do município que acompanha o ritmo das grandes capitais brasileiras, no que diz respeito ao crescente empobrecimento populacional, aumento do índice de desemprego, crescimento na informalização do trabalho e destacando-se a falta ou precária condição de moradia, fator que muito contribui para que um grande número de pessoas faça das ruas seu espaço de sobrevivência.

É perante esta realidade, vivenciada nas ruas de Florianópolis, que o Projeto Abordagem de Rua caracteriza-se enquanto proposta de atendimento sócio-educativo

de inclusão social, tendo como compromisso restabelecer os vínculos familiares, escolares e comunitários de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, evitando a exposição dos mesmos aos riscos que a rua oferece. A abordagem de rua segundo Ramos (1998): “é compreendida como um instrumento de aproximação, conhecimento da realidade, a partir do local social de rua”.

O Projeto Abordagem de Rua norteia as suas ações através dos seguintes objetivos específicos:

- Buscar através da educação social de rua, conhecer a população de rua, contexto e expectativas vivenciadas, e histórias de vida;
- Identificar, encaminhar para a rede de atendimento, situações de violência física, sexual, psicológica e negligência de acordo com Art. 05 do “ECA”, que dispõe:

“Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

- Possibilitar ações concretas de integração de crianças e adolescentes à convivência comunitária, familiar e escolar. Conforme Art. 19 do “ECA”, onde determina que:

“Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”.

- Articular e encaminhar alternativas econômicas, a fim de que as famílias possam garantir o auto-sustento;
- Subsidiar através de dados estatísticos, a implementação e a implantação de programas e projetos de retaguarda, campanhas de erradicação do trabalho infanto-juvenil (exploração econômica), mendicância e dependência química;
- Mediar o acesso à escolaridade de crianças, adolescentes e adultos;
- Viabilizar inclusão ao atendimento básico emergencial;

- Recambiar usuários adultos em situação de rua para a sua cidade de origem;
- Encaminhar usuários de drogas (população adulta) às comunidades terapêuticas convencionais conveniadas, como também à rede hospitalar.

Dentro da atual rede de atendimento municipal, em busca de uma ação conjunta e articulada com a mesma linha de trabalho, a abordagem encontra suporte e continuidade ao trabalho iniciado com a demanda em situação de rua, encaminhando-os a outros projetos e programas da prefeitura, bem como:

A “Casa da Liberdade”, conforme nos relata Ramos (1998), Teve a sua implantação em 1987 mediada pela igreja, entre entidades governamentais e não governamentais. Foi criada com intuito de atender crianças e adolescentes em situação de rua, sendo um projeto resultante da mobilização em torno das discussões pela busca dos direitos das crianças e adolescentes em Florianópolis .

O Projeto “Guias Mirins”, instalado no Terminal Rodoviário Rita Maria desde o ano de 1995, em parceria com a Associação Florianópolis de Voluntárias, procura oportunizar aos adolescentes de 14 a 17 anos um espaço de crescimento pessoal e social, através da prestação de serviços de orientação ao público usuário dos serviços prestados pela rodoviária, desencadeando junto aos adolescentes, um processo sócio-educativo através de apoio pedagógico, acompanhamento escolar e atividades artístico-culturais.

Com uma proposta semelhante surge o projeto “Flori Floripa” em 1999, também para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua. Através de oficinas de capoeira, dança e jardinagem, este projeto busca, a partir destas atividades, a orientação pedagógica e a educação ambiental.

Por último, compondo os programas de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente em situação de risco, da atual política de atendimento do município em articulação com a Abordagem de Rua, estão: o Projeto S.O.S Criança e a Casa de Passagem. Esta última proporciona abrigo temporário a meninos e meninas, acompanhados de suas mães ou não, que se encontram em situação de risco nas ruas. Estas crianças e adolescentes aguardam na Casa de Passagem por providências sócio-jurídicas de órgãos e programas que os encaminham.

Já o Projeto S.O.S Criança realiza o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, objetivando preservar sua integridade física e moral, garantindo, desta forma, o respeito aos direitos humanos.

Analisando o surgimento e a conduta de trabalho dos projetos anteriormente citados, percebemos a tentativa do poder público municipal em promover em nível social o atendimento ao cidadão, através de ações realizadas por suas secretarias, nas áreas de habitação, saúde, educação, criança e adolescente. No entanto, apesar dos investimentos realizados, o quadro de transformação da situação de carência sócio-econômica vivenciada por grande parte da população, para uma situação de melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, tem sido uma tarefa de difícil resolução, estando longe de ser alcançada.

Principalmente no que tange à população em situação de rua (crianças/adolescentes e adultos), onde a grande maioria pertence ao grupo de migrantes que procuram melhores condições de vida, porém encontram uma situação de extrema miséria, ao qual uma parcela desta população sem alternativas de moradia aloja-se nas ruas, passarelas, casas abandonadas e/ou embaixo de pontes, expondo seus filhos a situações de exploração econômica, passando estes a exercerem o papel de provedores da família.

Estas condições levam esta parcela da população anteriormente citada à busca dos serviços da Divisão de Assistência Pública e Cidadania para a sobrevivência, porém, esta se demonstra insuficiente, devido à enorme demanda e à existência ainda de alguns resquícios de práticas assistencialistas, repressoras, correcionais e de políticas compensatórias, que são impostas à demanda usuária deste serviço.

Esta imposição evidencia-se ao analisarmos que esta mesma demanda não participa da elaboração e da escolha destes programas e projetos que compõem esta assistência pública. Como podemos oferecer um atendimento de qualidade a estas crianças e famílias desamparadas, se não escutamos suas necessidades e suas sugestões para a resolução do problema?

Neste primeiro capítulo, se fez necessário, para os objetivos deste trabalho, a realização de uma discussão em torno da constituição da história da criança e do adolescente no Brasil, assim como o surgimento e a evolução das políticas de

atendimento direcionadas aos mesmos, a emergência e a implementação da Abordagem de Rua dentro da atual política de atendimento municipal destinada à população em situação de rua, procurando caracterizar sua responsabilidade social.

No próximo capítulo apresentamos uma amostra do perfil de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Florianópolis, procurando dar um enfoque maior às suas relações familiares, e às causas que os levam a fazer das ruas seu espaço de vivência e sobrevivência.

CAPÍTULO II

QUE FAMÍLIAS SÃO ESTAS?

2.1 DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE FAMÍLIA NO DECORRER DA HISTÓRIA

Para compreendermos um pouco as causas da saída de crianças e adolescentes para as ruas, fazendo delas seu espaço de sobrevivência e vivência, procuramos primeiro entender o funcionamento, o contexto e as características de suas famílias. Porém, antes faremos uma pequena explanação sobre a construção, as mudanças e o desenvolvimento dos diversos conceitos de família, até chegarmos ao contexto das famílias brasileiras, e sua relação com a situação de rua de crianças e adolescentes, especificamente em Florianópolis.

Várias teorias buscam estabelecer a origem da família, sendo esta ao longo do tempo tema de estudo de diversas áreas como da psicologia, pedagogia e sociologia, e objeto de intervenção de assistentes sociais, médicos, enfermeiros, juristas, entre outros. Por ocupar a atenção de estudiosos das mais diferentes áreas sociais, a família, por consequência, recebeu diferentes leituras e abordagens.

Dentro destas diferentes abordagens se tem em comum o conceito de que a organização familiar pode ser percebida em diversos grupos dos seres vivos, não sendo, desta forma, uma característica exclusiva do ser humano.

Contudo, segundo Moraes (1998), no decorrer da história esse agrupamento humano chamado de família organizou-se em diferentes formas, não existindo um modelo regular de família, sendo a mesma uma resultante da articulação com o meio social ao qual está inserida.

No entanto, alguns conceitos de organizações familiares são considerados marcantes no decorrer da produção científica como: a família patriarcal, a matriarcal, a escrava da época colonial, posteriormente as famílias aristocráticas e camponesas dos

séculos XVI e XVII, as famílias proletárias e burguesa do século XIX, e ainda os modelos de famílias nuclear e monogâmica.

A “família escrava” foi caracterizada pela perda do vínculo dos seus elementos, assim como pelo impedimento de sua formação e desenvolvimento, pois foi severamente massacrada pelas leis e ideologia escravista.

Na mesma época de existência da família escrava, tínhamos a “família patriarcal”, que se distinguia pelo tradicionalismo, presença marcante do moralismo e do controle sexual, exaltava o homem como chefe da família que normalmente vivia em regime poligâmico.

A família chefiada pela mulher, sendo esta responsável pelos cuidados das atividades domésticas e pela responsabilidade de cuidar dos filhos, era denominada de “família matriarcal”. Conforme Osório:

“O matriarcado seria uma decorrência natural da vida nômade dos povos primitivos, pois enquanto os homens - desconhecendo ainda as técnicas próprias ao cultivo da terra – tinham que sair à procura de alimento, as mulheres ficavam nos acampamentos com os filhos, que cresciam praticamente sob a influência exclusiva das mães, a quem cabia ainda fornecer um mínimo de estabilidade social a estes núcleos familiares incipientes” (1996, p.25) .

Cabe a nós observarmos que, a constituição, a organização e o papel da família, foram se modificando de acordo com as transformações históricas, sendo que alguns modelos instituídos no decorrer da história deixaram marcas que influenciaram a família contemporânea, principalmente no que diz respeito aos cuidados dispensados à criança. Entre estes, Reis (1985) faz referência a quatro modelos, que são;

O modelo da família aristocrática, que habitava em castelos, não permitia privacidade entre seus membros, abrigando seus familiares, parentes dependentes e criados numa relação rigidamente hierarquizada. A família aristocrática vivia em péssimas condições sanitárias que contribuía para aumento das taxas de mortalidade infantil. Os homens dedicavam-se às guerras e as mulheres à vida social, renunciando os cuidados da vida doméstica e aos cuidados dos filhos.

Neste período não havia sentimento de família, nem tampouco de infância, as crianças eram entregues aos cuidados de empregados, sendo criadas em quartos com pouco contato com seus pais. O modelo educacional destinado a estas crianças era baseado no castigo físico, que tinha o objetivo de desenvolver sentimentos de vergonha no punido e não de culpa como é em nossa sociedade.

A família camponesa, vivia nas aldeias, possuía alto índice de mortalidade infantil, não privilegiava a privacidade e a domesticidade. As crianças desde cedo aprendiam a depender da comunidade e não dos pais, e assim como na família aristocrata, as crianças eram punidas com castigo físico para seguirem as normas sociais.

Ainda de acordo com Reis (1985), a revolução industrial em meados de XIX, proporcionou o surgimento da família proletária que se constitui no período inicial da industrialização, a família proletária faz como espaço de vivência o subúrbio, e todos os membros trabalhavam nas fábricas, e nesse período não havia tempo para o cuidado com os filhos que eram atendidos em suas necessidades por parentes e vizinhos, característica que marca estas famílias pela forma comunitária de dependência e apoio mútuo.

Porém, sem poder contar com a atenção educacional de seus pais, que se encontravam nas fábricas em longas jornadas de trabalho, muitas crianças das famílias proletárias cresciam largadas pelas ruas e bairros, compondo já no século XIX os primeiros indícios da problemática de crianças em situação de rua.

Em contraposição da família proletária, surge a família burguesa ou nuclear, como modelo dominante no século XIX; caracterizava-se por novos padrões de relações familiares, como a responsabilidade da mulher pela vida doméstica e educação dos filhos; a introdução à obrigatoriedade da higiene na família burguesa, o que levou à redução da mortalidade infantil; sendo que uma das principais características das relações familiares burguesas, era o fechamento da família em si (separação entre público e privado), ou seja;

“antes da família burguesa o cuidado com as crianças acontecia no espaço público; após o fechamento da família, o cuidado das crianças passa a ocorrer no espaço privado, e só ganha domínio público quando a família não dá conta de sua tarefa”. Reis (1985, p.48),

Ainda sobre a família burguesa, esta possui uma constituição nuclear e monogâmica, que é a denominação dada à família composta de pai, mãe e filhos, este modelo foi considerado universal durante um longo período. Segundo Murdock apud Osório (1996), a família nuclear “apresenta quatro funções elementares: a sexual, a reprodutiva, a econômica e a educativa . Essas funções seriam pré-requisitos para a sobrevivência de qualquer sociedade”. (1996, p.25).

A família monogâmica possui como desígnio a fidelidade conjugal, sendo a formação de família que prevalece no mundo ocidental.

Enfatizamos que segundo Reis (1985), a família nuclear burguesa foi o modelo *naturalizado e universalizado em nossa sociedade, pela elite dominante até a contemporaneidade*, sendo que a partir deste momento todos os juízos e atribuições relacionados à família deveriam seguir este padrão.

As teorias e estudos sobre família, ao contrário do que se pode pensar, não ocorreram de forma linear e rápida, desenvolveram-se ao longo dos séculos, principalmente nas décadas de 50 e 60, buscando pela compreensão dos processos familiares, atribuindo a seus discursos preconceitos, principalmente em relação à família em situação de “vulnerabilidade social”.

No Brasil, a produção científica em relação ao universo familiar ocorreu principalmente no período colonial, com escritos de Gilberto Freire, e posteriormente retomou-se com peso na década de 70, sofrendo neste período forte influência do “funcionalismo” e do “pensamento positivista”.

O pensamento positivista, segundo Osterne (2001), era marcado pela estreita ligação com a igreja católica, que determinava as funções de homens e mulheres na família , no qual o espaço doméstico e o cuidado com os filhos ficavam destinados às *mulheres, restando a rua e o sustento da casa como função do homem*. A partir da união do pensamento positivista com a ideologia católica, disseminava-se na sociedade a idéia de que a família tinha a missão de preparar os cidadãos para a pátria.

O funcionalismo, segundo análise de Mioto (1999, pág. 216), possuía a seguinte lógica:

“Na lógica do pensamento funcionalista, a definição de características e função da família torna-se essencial à medida que se poderia, através do estabelecimento de funções comuns, conceber a família como universal e essencial a todas as sociedades e dessa forma se garantiria a individualização de um certo modelo dentro da variedade de formas existentes tanto no espaço como no tempo. Assim, as funções familiares seriam em alguma medida naturais, existindo uma fortíssima relação entre função e estrutura”.

A lógica funcionalista e positivista, conforme Da Matta (1987), contribuiu para assegurar um modelo de família que foi referência durante todo o período colonial, a família patriarcal, que acabou por influenciar o modelo e configuração em termos estruturais da família do século XX, legitimando as relações de dominação, que serviam de grande utilidade pelo Estado, pois fortalecia em sua base uma sociedade desigual, onde as famílias na execução de suas funções eram percebidas dentro de uma ótica de universalidade e características iguais.

Observamos posteriormente, que com a modernidade, a produção científica em relação à família voltou-se para a questão do cuidado com as gerações futuras, o que trouxe diferentes formas de compreensão e tratamento à família, que passou a ser responsabilizada pela socialização de seus novos membros, as crianças. Procurou-se explicar a importância da família para o desenvolvimento das crianças quando;

“Freud indicou o peso decisivo da primeira infância na formação da estrutura pulsional e do caráter de um indivíduo; e mostrou que o papel principal no desenvolvimento da psiquê individual é desempenhado pelas relações afetivas com os genitores, pelo tipo de amor, de medo ou ódio em relação a eles. Deste modo, ele deu uma contribuição essencial para a compreensão da eficácia da família no cumprimento das funções sociais mencionadas”. FROMM (1985,p.171).

A partir da conceituação, que caracteriza a família pela sua importância no processo de socialização de crianças e adolescentes e pelo seu poder de sustentação de uma sociedade saudável, reforçasse como modelo ideal de família “o modelo burguês”, que gera por consequência, no aumento do interesse, e no aumento dos processos de intervenção do Estado na família através das escolas, medicina, assistência social, etc.

De acordo com Osterne (2001), o modelo nuclear burguês possuía quase os mesmos moldes do modelo familiar patriarcal, onde predominava a idéia de relações familiares baseadas na hierarquia, na subordinação, no poder e na obediência, prevalecendo a autoridade masculina e relações desiguais.

Quando encontradas fora deste modelo burguês - patriarcal, as famílias são consideradas "desestruturadas ou incompletas". Esta denominação era direcionada às famílias cuja realidade social ou econômica não se enquadrava ao "modelo ideal" instaurado.

Dentro desta lógica de um modelo ideal, Rosemberg (1984) ressalta que as crianças com menores índices escolares, "desajustadas" e "problemáticas", eram consideradas produção de famílias pobres possuidoras de arranjos, configurações e de formas de organizações diferentes do modelo preconizado pelo "modelo ideal" de família.

Como podemos observar, os modelos e estereótipos de famílias ideais eram repletos de preconceitos que fortaleciam o sistema de exclusão em relação às camadas pobres da população, que eram rotuladas de "famílias desajustadas", quando estas não se enquadravam ao modelo imposto pela elite social.

Porém, mesmo com a existência de um modelo ideal de família na sociedade, era inevitável o reconhecimento na contemporaneidade de que a família é possuidora de uma grande diversidade, variando em modelos, formas, arranjos e padrões. Este reconhecimento levou ao surgimento de novos conceitos de família; agora as definições a respeito da família partem do princípio de que a família é vista como unidade dinâmica e variada. Mioto (1997) cita que ; "não é possível falar de família , mas sim de famílias".

Dentre os novos conceitos de família adotamos para a realização deste trabalho os conceitos que procuram abordar toda abrangência que a família apresenta, procurando desvincular-se da construção dos modelos ideais e discriminatórios. Entre os conceitos adotados estão o de Mioto (1997, p. 120), esta por sua vez considera que :

“a família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em um determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida”.

Concordando com o conceito anterior, consideramos que a família deve ser considerada além de laços biológicos ou civis, mas também como uma resultante das relações culturais, históricas, política, econômicas e sociais, constituindo um núcleo dinâmico em constante transformação.

A família deve ser descrita e não conceituada. Porém, não abandonamos a idéia, ao qual ela é vista como uma instituição na sociedade, essencial para a iniciação da socialização da criança e do adolescente, bem como para o exercício de sua cidadania. Sendo vista como uma unidade e entidade evolutiva, ela também é a matriz de identidade, segundo Minunchin (1982, p.53);

“A Família dá a seus membros o cunho da individualidade. A experiência humana de identidade tem dois elementos: um sentido de pertencimento e um sentido de ser separado. O laboratório em que estes integrantes são misturados e administrados, é a família, a matriz de identidade”.

A família é considerada como espaço de garantia do pleno desenvolvimento e proteção dos seus membros, desempenhando papel fundamental na educação de base, na valorização da pessoa humana, na iniciação à cultura e na garantia de direitos e de sobrevivência. O trecho abaixo procura demonstrar esta família responsável pela formação de seus elementos;

(...)“A família é sobretudo uma agência socializadora, cujas funções concentram-se na formação da personalidade dos indivíduos. Tendo perdido, ao longo da história, as funções de unidade de produção econômica e de participação política, a família teria função básica de socialização primária das crianças e de estabilização das personalidades adultas da população”. (AZEVEDO; GUERRA, 1997, p.54).

Podemos ultimar, a partir de noções teóricas, que a família é uma instituição social, estabelecida assim ao longo da história pelas relações humanas e está dialeticamente articulada com a estrutura social na qual se insere. Em vista do meio social mais amplo estar sempre em movimento, a família também altera a sua estrutura e seus arranjos familiares, importando-nos assim enfatizar que a família não é um grupo estático mas sim dinâmico, reconstruindo-se a partir das relações com seus próprios membros e com o meio social ao qual está inserida.

2.2 FAMÍLIA E VULNERABILIDADE SOCIAL

Diante das atuais conceituações relacionadas à família procuramos traçar parte da configuração da família brasileira, em sua maioria, procurando ilustrar suas características de formatação, estrutura (número de pessoas que a compõe), questões sócioeconômicas, etc, procurando em primeiro plano uma análise macro da formatação destas famílias, para posteriormente partimos para um estudo de um grupo mais restrito dentro do universo das famílias brasileiras, o grupo das famílias que se encontram vulneráveis socialmente, procurando um ponto de vista relacional entre este grupo familiar e suas crianças e adolescentes em situação de rua.

A família brasileira, principalmente a partir da segunda metade do século XX, vem sofrendo inúmeras mudanças conseqüentes do processo de urbanização, modernização e das transformações sócioeconômicas ocorridas no país.

Em busca de traçar a configuração e características estruturais da família brasileira, procuramos como fonte de referência a análise da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio- IBGE), realizada por Goldani (1994), referente às décadas de 80 e 90, que apontam os seguintes indicadores:

Redução do número médio de pessoas por família, onde as estatísticas apontam que em 1970 apresentava-se a média de 4,8 membros por família, número que caiu para 3,4 pessoas na década de 90. Este acontecimento reducional do número de

membros por família é conseqüente da redução do número de filhos, a partir da queda acentuada da taxa de fecundidade das mulheres brasileiras.

Mulheres estas que passaram a se ocupar de outras atividades, sendo inseridas no mercado de trabalho e desvinculando-se, desta forma, de funções exclusivas como a reprodução e os cuidados domésticos. Por outro lado, a concentração do período reprodutivo das mulheres em suas idades mais jovens (até 30 anos), levou ao aumento da gravidez entre adolescentes, conseqüentemente aumentou-se a contracepção em idades precoces. Esta atitude contraceptiva, também contribui para a redução do número médio de pessoas por família.

Outras questões que contribuíram para mudanças expressivas do quadro familiar brasileiro, ainda de acordo com Goldani (1994), são: a formação de Uniões Livres e o aumento do número de divórcios, situação esta que possui uma ligação diretamente proporcional com o acréscimo do surgimento do número de pessoas que vivem sós. Entre os fatores também contribuintes para este quadro, está o aumento da expectativa de vida, que na década de 70 era de 54 anos, e, em 1990 passa para 68,4 anos.

A decadência da organização nuclear de família (pai, mãe, filhos), cede espaço para o aumento progressivo de outros arranjos familiares, passando o modelo nuclear de família, consagrado em outras décadas, agora difícil de ser constatado na sociedade brasileira.

Em contrapartida, o arranjo que mais parece ter aumentado é o monoparental, caracterizado pela composição de filhos e qualquer um dos cônjuges. Segundo Ribeiro, (1994), o arranjo familiar monoparental é o mais encontrado entre as famílias pobres, sendo que as famílias chefiadas por mulheres, composta por mães e filhos menores de 14 anos, são as que mais vêm crescendo nas últimas décadas. Vale ressaltar que são estas famílias as que apresentam menor renda, cerca de meio salário-mínimo.

Na década de 90 uma parcela de 41,5% destas famílias encontravam-se na chamada "linha de pobreza". Porém, ressaltamos que 65,8% da população da zona rural, e 27% da zona urbana vivenciam na década de 90, uma situação "abaixo da linha de pobreza", ou seja "sobrevivem" em uma situação de "miséria". De acordo com os dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada apud revista Veja, 2002), 32

milhões de brasileiros, ou seja, 22% da população, enfrentam diariamente o problema da fome e da absoluta “miséria”.

Diante do exposto podemos nos perguntar o que é esta situação de miséria vivenciada por uma grande parcela da população brasileira? Pois, “miséria” é uma palavra de significado impreciso como de resto a maior parte dos termos que se referem à camada menos favorecida da sociedade. O que exatamente quer dizer “pobreza ou indigência”? Como identificar um pobre? Como ter certeza de que existem 20% de miseráveis, e não 10% ou 30%? Para o cientista social Orshansky ,(apud Revista Veja, 2002, p. 84):

Na linha da pobreza encontram-se as famílias cuja renda não é suficiente para cobrir os custos mínimos de manutenção da vida humana: alimentação, moradia, transporte e vestuário. Isso num cenário em que educação e saúde são fornecidas de graça pelo governo. A outra é a linha da miséria (ou de indigentes, que determina quem não consegue ganhar o bastante para garantir aquela que é a mais básica das necessidades: a alimentação). As famílias miseráveis não têm acesso à cesta biológica básica, esse é o chamado ‘flagelo social’.

Como podemos observar, a questão de miséria das famílias brasileiras possui determinantes ainda mais complexos que a simples escassez de recursos. Cientistas Sociais, Cientistas Políticos, Economistas, e outros estudiosos sobre o assunto, nos apontam que no Brasil a problemática da miséria abrange dois grandes paradoxos:

O primeiro deles é que no Brasil da miséria há comida sobrando. De acordo com o Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen (apud revista Veja 2002), alguns países conhecem a fome como resultado da ausência de alimentos. Em outros, a fome é resultado da falta de dinheiro por parte de uma fatia da população. Países como a Ásia e a África convivem com a fome clássica há séculos, justificada de certa forma pela escassez de alimentos. Enquanto que no Brasil, onde “se plantando tudo dá”, e a alimentação é abundante, a distribuição de renda desigual e o modelo econômico desenvolvido dificultam o acesso das famílias brasileiras aos recursos materiais mínimos para a sua sobrevivência e reprodução.

O segundo paradoxo da miséria no Brasil é que nunca se gastou tanto dinheiro na área social e mesmo assim, a situação não se modifica. A Revista Veja em sua edição

de janeiro (2002), publicou que, anualmente 21% do PIB é destinado a área social. Estes dados nos mostram que o país tem um bom investimento nesta área, porém investe de forma errada. Desta forma, os recursos sociais deveriam ser mais bem empregados e ir de encontro à parcela da população menos favorecida, ou seja, tais recursos sociais deveriam ser apropriados por aqueles que de fato deles necessitam.

Podemos concluir diante dos fatos acima expostos que a situação de miséria das famílias brasileiras, mais do que uma questão de ordem econômica, é uma questão de ordem ética, possuidora de uma dívida social e moralmente inaceitável.

Diante das exposições dos estudos anteriores, consideramos que as famílias brasileiras passam por inúmeras mudanças conseqüentes das profundas transformações na sociedade contemporânea relacionadas à ordem econômica, organização do trabalho e fortalecimento da lógica individualista, avanços na área da reprodução humana, mudança de valores, hábitos e costumes.

Mioto (2001), ressalta que, todas estas mudanças somadas ao processo de urbanização e modernização, formadores do modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo estado brasileiro, contribuíram para o empobrecimento das famílias brasileiras que não conseguem suprir suas necessidades básicas, como por exemplo o direito à alimentação, à moradia, à educação e à saúde. Situação que afronta o direito a uma vida digna, mesmo estes direitos estando garantidos pela legislação vigente do Estado brasileiro.

Perante todas estas problemáticas apresentadas acima, podemos concluir que a maior parte da população brasileira é excluída do acesso efetivo à bens, direitos, serviços e riquezas geradas pela nação. Esse acesso é regulado e truncado pela elite dominante em relação à camada mais pobre da população, compondo uma ação que favorece a lógica capitalista, a isto se chama "fratura social", que pode ser compreendida através de uma leitura de Brant (1993), onde este ressalta que: "Todo brasileiro é igual perante a lei, mas só terá direito a justiça social se puder pagar por ela".

Ainda no contexto do Estado brasileiro deve-se destacar segundo Goldini (1994), a perda gradativa da eficiência do setor público na prestação de serviços que contribui ainda mais para a deterioração das condições de vida da população .

É este o panorama da família brasileira em situação de palperização, que enfrenta no seu cotidiano uma conjuntura de “instabilidade e contradição”, possuidora de novos arranjos e configurações, que encontram-se em constante confronto com o modelo de família tradicional ou patriarcal instaurado, imposto e legitimado pela ideologia dominante, sendo fruto de interesses econômicos e políticos.

Sendo assim, estas famílias não conseguem alcançar o patamar do modelo idealizado, por encontrarem dificuldades em articular respostas compatíveis com os desafios de ordem econômica e social que lhes são colocados, ficando cada vez mais à margem social, tornando-se “vulneráveis socialmente”. Segundo Castel (1998, p.24), a vulnerabilidade social pode ser definida como: “Uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade”.

Ou seja, em situação de “vulnerabilidade social”, os indivíduos destas famílias deparam-se com a ausência do trabalho e de suporte social, sendo o trabalho de extrema importância para a manutenção da família. Com a ausência destes fatores, estas famílias de camadas mais pobres da população não encontram caminhos para a inserção social.

Neste contexto, a vulnerabilidade social vem contribuindo de várias maneiras para a formação das famílias brasileiras, tomando-as cada vez mais expostas à situação de marginalidade, à problemática das drogas, da violência, e entre outras, à situação de rua de crianças e adolescentes.

Capítulo III

OS CAMINHOS QUE LEVAM ÀS RUAS

3.1 VOZES DA INFÂNCIA

Nas últimas décadas, devido à crise econômica que o Brasil e os demais países do terceiro mundo vêm ultrapassando, temos presenciado a exacerbação da miséria de um grande número de famílias, que em situação de vulnerabilidade social (famílias pobres) são discriminadas sem oportunidades de ascensão social, não se enquadrando desta forma ao modelo de família idealizada pela elite burguesa.

Inseridas dentro de uma sociedade contemporânea em constante mudança, estas famílias enfrentam fatores de ordem política e ideológica, que dificultam sua sobrevivência, além dos de ordem econômica (desemprego, desigual distribuição de renda, etc). Neder (1994), aponta como dificuldades de ordem política a resistência que estas famílias têm em empreender para combater o sistema, e de ordem ideológica o desrespeito das diferenças étnico-culturais e conseqüentemente das diferentes formas de organização familiar.

Desta forma, segundo Miotto (1997), a incerteza de segurança, o desemprego, e falta de apoio dos serviços públicos conseqüentes da ordem política, econômica e ideológica vigente, deixa as famílias em situação de incapacidade de prover cuidados e proteção aos seus membros, tornando-se assim ameaçadas em sua coesão e vivência. Essa realidade externa acaba por gerar no interior da família situações que podem ser fontes de estresse.

Toda esta influência externa, geradora da fonte de estresse pode desencadear, no âmbito familiar, ocorrências como: violência doméstica, desagregação familiar, conseqüentemente perda do vínculo familiar, e a exploração de crianças e adolescentes.

Acontecimentos estes que somados ao contexto de carência sócioeconômico atual, propiciam a inserção de crianças e adolescentes nas ruas.

Porém, salientamos que não são apenas estas as únicas causas que levam as crianças e adolescentes a fazerem das ruas seu espaço de vivência e sobrevivência; porém, é incontestável a sua influência para a situação de rua dos mesmos. Sustentamos tal afirmação através dos depoimentos colhidos por meio de entrevistas focalizadas e individuais, realizada com o número de 11 crianças e adolescentes que encontravam-se diariamente nas ruas de Florianópolis.

Entre os indicadores apontados nos relatos colhidos, a “violência doméstica” aparece como um dos fatores de maior contribuição para a situação de rua de crianças e adolescentes. Uma vez que entendemos a violência doméstica como;

“Todo o ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima - implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”. (AZEVEDO E GUERRA, 1993, p,11).

É importante observar que, embora esta tenha maior visibilidade nas populações de baixa renda, é mito pensar ou acreditar que a violência só ocorre nas comunidades carentes. Analisando a história, podemos afirmar que a violência contra crianças e adolescentes, constitui-se em um fenômeno universal, endêmico, ou seja, ocorre em qualquer etnia, classe social ou religião.

Estes indicadores, assinalados nos depoimentos de crianças e adolescentes, onde apontam a violência doméstica como um dos maiores motivos para a sua busca pelas ruas, vão de encontro aos dados apontados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1992), ao qual identifica a infância e a adolescência brasileira como períodos propícios para a violência e assinala o domicílio como local freqüente para a ocorrência das mesmas.

Portanto, a ação de agredir, bater em crianças, revela uma certa “cultura” historicamente repetida, na qual a criança nada mais é do que um mero objeto, domínio

absoluto dos pais. Tal “cultura” legitima a violência, como algo natural, o que, por sua vez, capacita o adulto a perpetuar esta forma de agressão .

Desta forma, Azevedo e Guerra (1993) citam que crianças índias, negras, mulatas, brancas, ricas, pobres, dos sexos masculino e feminino, vêm sendo disciplinadas através de castigos físicos e/ou psicológicos, incluindo-se no primeiro caso as punições corporais e, no segundo, a intimidação e a humilhação. A educação familiar e escolar baseada no disciplinamento, tinha por objetivo e compreensão, a idéia de que a criança deveria ser moldada pelo adulto, estando este disciplinamento vivo no presente, e longe ainda de ser uma prática do passado.

Deste modo, inúmeras modalidades de violência são cometidas diariamente contra crianças e adolescentes, sendo os de cunho domésticos os mais freqüentes. Azevedo e Guerra (1997, p.54), descrevem a dimensão da violência doméstica como:

“Uma violência interpessoal e intersubjetiva, caracterizada por um abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais ou responsável, constituindo um processo de completa objetivação da vítima, reduzindo-as a condições de objetos de maus-tratos, podendo este processo se prolongar por meses ou até anos”.

A violência doméstica ocorre na esfera do privado, onde encontramos a tradicional característica do sigilo dentro do lar, e dentro deste perverso complô de silêncio costumam participar os pais abusivos, seus parentes, vizinhos e sociedade em geral. Ao optarem pelo silêncio, estes segmentos sociais violam os direitos essenciais das crianças e dos adolescentes enquanto pessoas, transgredindo valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade e a segurança.

Dentro deste universo que se chama violência doméstica podemos subdividi-la ou classificá-la como; violência física , negligência, violência psicológica e sexual. Deslandes (1994), relata que estudos brasileiros indicam que a violência física é a mais praticada, seguida da negligência em segundo lugar com 23,5% do caos, a psicológica com 16,4%, e a sexual com 7,7% .

Os dados acima apresentados concordam com o conteúdo das entrevistas realizadas neste trabalho, com crianças e adolescentes em situação de rua em Florianópolis, onde constatamos que a violência doméstica é algo presente em suas

vidas tornando-se na maioria dos casos motivo para a fuga do lar, ou motivo de permanência nas ruas. Destacando-se dentro das diferentes modalidades de violência doméstica, a negligência e a violência física, como podemos observar no recorte dos relatos que se seguem:

“.....a mãe quase não batia, só o pai quando já vinha do bar bêbado, aí era f... acordava todo mundo, gritava e batia na mãe, vivia dizendo que um dia ia matar ela de P.... e quando a gente chorava a agente apanhava também,..... eu já era maiorzinho do que os meus irmãos, devia ter uns 11 anos, e aproveitava enquanto o pai brigava com mãe e fugia, ia lá pra praça do jardim atlântico, lá pra barraquinha de cachorro quente do “zito” (amigo vendedor de cachorro quente), aí ficava lá assistindo televisão até de manhã cedo, ganhava até cachorro quente”.(Depoimento 1/ R.M / 16 anos).

“...o outro homem que morava com a mãe era legal, mas o de agora eu não gosto porque ele não deixa o cara brincar, qualquer coisa ele já vem pra bater, quer dar castigo pro cara, deixa o cara sem comer!... um dia eu fiquei eu mais três amigos cuidando de carro no jogo do figueirense até onze hora da noite, quando eu voltei pra casa ele já tava me esperando com a ripa na mão; aí pra não apanhar, eu fugi, peguei o ônibus e fui pro centro com mais um amigo meu, só voltei dois dias depois..... essa foi a primeira vez que eu dormi na rua” (Depoimento 2/ M. A, 12 anos).

“se fazia qualquer coisa errada, ele (padrasto) batia de pau, cinta, dava soco, chute,.... tinha que vir correndo quando ele chamava, senão já apanhava,.....é, foi mais por causa dele que eu sai de casa, e enquanto ele tiver lá eu não volto , já aprendi a me virar sozinho ”. (Depoimento 3/ R. D . S, 13 anos).

Diante destes relatos, verificamos que estas crianças e adolescente, são vítimas da violência doméstica, mais especificamente da “violência física” que como podemos constatar, contribuiu de forma considerável para inserção dos mesmos na vida da rua, e, conseqüentemente, uma vez nas ruas, para a introdução dos mesmos no mundo das drogas, da prostituição e do ato infracional.

Salientamos que consideramos como violência física qualquer ato de abuso físico onde se emprega:

“... O uso de força física intencional, não acidental, ou são os atos de omissão intencionais não acidentais, por parte dos pais ou responsáveis, incumbidos dos cuidados com a criança, com o objetivo de ferir, danificar ou destruir esta mesma criança” Conceito segundo (AZEVEDO E GUERRA, 1993, pág 8).

Ainda, segundo Deslandes (1994), esta pode ser caracterizada “por qualquer ação única ou repetida, não acidental (ou intencional), perpetrada por um agente agressor adulto ou mais velho, que provoque dano físico à criança ou adolescente; este dano causado pelo ato abusivo pode variar de lesão leve a conseqüências como a morte”.

A morte significa, evidentemente, na situação mais trágica dos casos de violência física, sendo esta uma conseqüência da ineficiência e do insucesso das punições, que por sua vez resultam no aumento do grau de violência. A criança quando pequena só apanha, não reage, quando cresce passa a reagir, reagindo apanha ainda mais, o que pode resultar em lesões graves ou até mesmo ao estado de óbito, caracterizando o infanticídio.

A violência física, de menor gravidade, quando não causa a morte de crianças e adolescentes, pode deixar conseqüências orgânicas e psicológicas nas mesmas. As crianças e adolescentes vítimas deste tipo de violência estão sempre em perigo, por correrem risco de vida ou de seqüelas graves, e ainda por sofrerem conseqüência psicológicas, muitas vezes repassadas às próximas gerações.

Também podemos observar nos relatos anteriores a busca por parte de pais ou responsáveis em estabelecer uma relação de dominação e submissão com seus filhos através do emprego da violência física, constituindo uma ação de condicionamento da obediência . Segundo Rutschky (1996), pode-se concluir que na maior parte dos casos de violência física contra crianças e adolescentes, está por trás a concepção da pedagogia disciplinadora, cujo princípio fundamental é o da subordinação total aos pais, ou seja, quebrantar a vontade infantil, “exorcizar a desobediência” e assim afastar o perigo da subversão da ordem intra e extra familiar “.

A pedagogia disciplinadora representa um processo extremamente comum, utilizada de forma generalizada na educação das crianças ainda em nossos dias, que legitima o uso da violência na educação familiar. No entanto, o rompimento destas

crianças e adolescentes com esta relação de submissão imposta pela pedagogia disciplinadora, pode desencadear num processo de busca pelas ruas, canalizada em uma ação de fuga do lar, que deve ser interpretada como um ato inconsciente em busca de ajuda, por um dos elementos da família.

Este pedido de ajuda, de acordo com Mito (1997), também pode ser percebido na família, ao passar por épocas críticas quando um membro está em crise, devido a influência do relacionamento familiar. Neste sentido, fatores de ordem externas e internas estão constantemente desafiando a família e muitas vezes sua resposta a esse conjunto de fatores é um pedido de ajuda, de socorro, muitas vezes recorrendo à ajuda institucional para a solução de seus problemas, quando ela já não dispõe de recursos para lidar com as suas dificuldades.

Diante do exposto, deduzimos então que estas crianças em situação de rua, são vítimas de uma violência intra-familiar que ganham proporções extra-familiares a partir de sua inserção nas ruas. Agora, estas crianças se tornam de visível responsabilidade do estado, caracterizando-se como vítimas de uma violência “estrutural ou social”.

Ainda analisando os depoimentos anteriores, podemos perceber também a omissão da sociedade e do Estado e sua resposta negativa em atender este pedido de ajuda anteriormente citado, diante da violência doméstica e a situação de rua de crianças e adolescentes. Estas ausências de responsabilidade social consolidam em uma violação dos direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, referentes aos artigos 18 e 70, onde está preconizado que:

“É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”

Esta omissão do Estado e da sociedade civil torna-se evidente ao observarmos trechos dos relatos 1 e 2 de crianças e adolescentes anteriormente citados:

“... fugia, ia lá pra praça do jardim atlântico, lá pra barraquinha de cachorro quente do zito”(amigo vendedor de cachorro quente), aí ficava lá

assistindo televisão até de manhã cedo, ganhava até cachorro-quente”.(Depoimento1/ R.M , 16 anos) .

“.....ai pra não apanhar, eu fugi, peguei o ônibus e fui pro centro com mais um amigo meu, só voltei dois dias depois..... essa foi a primeira vez que eu dormi na rua” (Depoimento 2/, M. A, 12 anos).

Ao considerarmos os depoimentos acima citados, podemos nos perguntar porquê o vendedor de cachorro-quente, o cobrador de ônibus, o policial, o vizinho, ou seja, a sociedade em geral, mostra indiferença quando se depara com a situação de abandono e violência sofrida por crianças e adolescentes? Por que nos eximimos de nossas responsabilidades, prescritas no “ECA”, quando nos encontramos com crianças dormindo em praças, ou deslocando-se pelos transportes coletivos sem a presença de pais ou responsáveis?

A omissão social frente à situação de rua da população infanto - juvenil, também pode ser detectada ao considerarmos os dados estatísticos do Projeto Abordagem de Rua, que busca obter principalmente o perfil destas mesmas crianças, através da coleta de alguns de seus dados. Sendo assim, ao realizarmos um levantamento do número de denúncias recebidas pelo programa, utilizando como referência o período de três meses (maio, junho e julho de 2002), percebemos uma média de 4 denúncias por dia, o que se torna um número pequeno, uma vez que, comparadas com o contingente populacional, e com a crescente demanda das ruas. Seguindo este raciocínio, percebe-se que este pequeno número de denúncias diárias, reflete em parte a omissão social referente às questões da infância, uma vez que partimos da lógica que este processo de denúncias foi criado com propósitos de resgate da infância e defesa de seus direitos, e não com objetivos de cunho policial, com o intuito de reprimir e vigiá-las nas ruas. Contudo, neste caso temos que relevar também a falta de informação da população sobre o trabalho de disque-denúncias oferecida pela Prefeitura.

Levando em conta as considerações anteriores, em relação ao descaso social referente ao abandono de criança e adolescentes nas ruas, percebemos que, com frequência, todos nós, de alguma forma, escolhemos ignorar voluntariamente a lei e as nossas responsabilidades. É certamente mais fácil culpar o governo e esquecer que também temos deveres. Vivenciamos na modernidade um estatuto moderno específico,

direcionada à criança e ao adolescente; porém, a desinformação em relação à responsabilidade pública diante da problemática da criança e do adolescente, contribui para que se continue achando normal a situação de descaso e abandono a qual os mesmos encontram-se expostos.

Em outro momento, nos baseando outra vez nos relatos de crianças e adolescentes em situação de rua, colhidos para a realização deste trabalho, percebemos a forte influência da violência sofrida através da negligência, como fator determinante para a inclusão destes na vivência das ruas. Este indicativo concorda com o relato de Deslandes (1994), anteriormente citado, onde este enfatiza que nos estudos brasileiros a negligência aponta em segundo lugar como a violência doméstica mais praticada. Estas afirmações podem ser percebidas em parte dos relatos abaixo;

“ Eu pedi pra mãe pra ficar na casa do S.M (12 anos, um amigo) lá no morro da caixa, só que daí a gente veio pro centro....., não, nem a minha mãe e nem a mãe dele sabe que a gente esta aqui,Há! a gente esta aqui no centro já faz uns cinco dias, hoje a gente vai dormir lá na lagoa,.....eu voltei lá em casa (residência do morro da vila aparecida), só que estava tudo fechado, não tinha ninguém, a vizinha falou que a mãe foi lá pro monte cristo pra casa do namorado dela,, eu sei onde fica , mas eu não gosto de ir lá,.....porque eu não me dou bem com o namorado dela e com os filhos dele, eu não gosto deles.....,qualquer coisa ele já briga, pensa que é meu pai.”(Depoimento 4, F. d. B, 11 anos).

“Eu vim de Lages pra Florianópolis com meu irmão (C.S, 17 anos), a gente veio pra conhecer aqui, conhecer a cidade, conhecer a praia,..... a gente veio de carona num caminhão,.... nós estamos aqui faz um mês,....dormia na rua, na frente de uma loja lá no centro,.....o nosso pai deixou nós, quando a gente era pequeno, acho que ele mora em Curitiba com a mulher dele, quando nos saímos de lá (Lages) nos falamos pra nossa mãe que vinha pra Florianópolis,.... aí ela falo né, então tá bom, tchau, boa viagem.... quando eu cheguei aqui(casa de passagem) a tia ali da frente (referia-se à conselheira tutelar), ligou pro serviço da nossa mãe, aí eu falei com ela, que eu estava aqui, ai ela falou que não queria nem saber, que nos só incomoda, que cansou porque nós só damos problema , então se é assim eu também não quero voltar pra Lages “. (Depoimento 5/ M. B , 13 anos).

“ “a minha mãe sabia que eu ia pra rua, ela só falava pra mim chegar antes das 10 horas da noite, senão o pai achava ruim, ela não ligava de eu ir pro centro,..... a mãe trabalha o dia todo na faxina e o pai também

só chegava à noite,....eu ia pra rua porque era melhor, eu não gostava de ficar em casa,.... na rua eu ganhava um monte de coisa, roupa, dinheiro, comida em casa era chato, e na rua eu ficava com a minha galera”.(Depoimento 6/ D. R.E ,15 anos).

Os depoimentos acima mostram um pouco do contexto de crianças e adolescentes em situação de rua, onde temos como contribuinte para esta ocorrência outra modalidade da violência doméstica , a “negligência”. que segundo Azevedo e Guerra (1993, p.35), pode ser entendida como:

“a exposição a ‘qualquer tipo de risco’ ou ‘omissão ou inadequação’ de atendimento às necessidades básicas por parte de pais ou responsáveis em relação às crianças/ adolescentes, nas áreas de alimentação, higiene, educação, saúde física e mental, supervisão e atenção”.

Entretanto, dentro das diferentes modalidades de negligência (a negligência médica; educacional; de supervisão; física), podemos perceber através dos relatos anteriores que estas crianças e adolescentes sofrem conseqüências principalmente de negligência educacional, que pode ser constatada pela evasão escolar dos entrevistados, e de negligência de supervisão, onde os mesmos encontram-se sozinhos, constantemente fora de casa, circulando nas ruas, muitas vezes muito longe de casa, ou seja, em ruas de outras cidades.

Contudo, há que se observar que a negligência é causada por uma conjunção de fatores culturais, sociais, econômicos e psicológicos, que se tornam co-participantes para esta forma de violência, que conseqüentemente levam a inserção destas crianças nas ruas.

Porém, neste sentido, no caso das famílias aqui envolvidas, estas devem ser vistas e analisadas com cuidado . Pois Azevedo e Guerra (1989), advertem que não podemos confirmar a negligência de pais ou responsáveis numa possível falha no que diz respeito à alimentação e vestir adequadamente seus filhos, quando esta falha é resultante de carências sócio-econômicas que afetam as condições de vida que levam as famílias.

Ou seja, na maioria das vezes a negligência decorre de fatores culturais, aos quais são considerados normais os descasos referentes à infância, e de fatores de privações sócioeconômicas, sendo que desta forma as situações de negligência na família nem sempre são de responsabilidade do âmbito familiar.

Após esta breve consideração, nos voltando novamente para leitura dos relatos, onde podemos constatar condutas paternas e maternas negligentes, em relação a seus filhos que encontram-se literalmente abandonados por seus responsáveis. Percebemos também nos casos anteriormente citados características que vão de encontro a pesquisa realizada por Deslandes (1994), onde este apresenta alguns aspectos contribuintes e comuns nestes contextos de negligência, como o:

- Desconhecimento dos pais quanto às necessidades infantis e aos diferentes estágios de desenvolvimento da criança e do adolescente;
- Paternidade e maternidade inconscientes, oriundas da falta de planejamento familiar, gravidez precoce com filhos indesejados;
- Desagregação familiar com a formação de famílias monoparentais e a troca constante de parceiros.

Este último, a desagregação familiar e a formação de famílias monoparentais, segundo Souza (1999), faz parte da realidade de algumas crianças em situação de rua, uma vez que estas crianças são possuidoras de pais que não moram juntos. Sendo que o processo de separação conjugal trás uma série de situações no mínimo complicadas para crianças e adolescentes que vivenciam ou vivenciaram tal processo.

Uma destas situações, segundo a pesquisa "Crises Familiares e Separação Conjugal: um estudo de suas implicações" de (Miotto, 1997), seria o exemplo encontrado em famílias com filhos ainda pequenos que tendem a se organizarem através de novos casamentos, dando a entrada da figura do padrasto que na maioria dos casos aparece como mais um complicador das relações entre os antigos cônjuges e entre o pai e os filhos.

Esta situação de relacionamento complexo, causada pela nova organização familiar, resultante do processo de "desagregação da família", com o advento do

padrasto, revelado pela autora em sua pesquisa, também pode ser percebida em trechos dos relatos de crianças e adolescentes em situação de rua coletados para este trabalho, sendo esta situação mais um aspecto contribuinte para a inserção dos mesmos nas ruas, como observaremos abaixo;

“...o outro homem que morava com a mãe era legal, mas o de agora eu não gosto porque ele não deixa o cara brincar, qualquer coisa ele já vem pra bater, quer dar castigo pro cara, deixa o cara sem comer!... (Depoimento 2/ M. A, 12 anos).

“se fazia qualquer coisa errada, ele (padrasto) batia de pau, cinta, dava soco, chute,.... tinha que vir correndo quando ele chamava se não já apanhava,.....é, foi mais por causa dele que eu saí de casa, e enquanto ele tiver lá eu não volto , já aprendi a me virar sozinho ”. (Depoimento 3/ R. d . S, 13 anos).

No relato (4) o menino F.d.B (11 anos), fala sobre seu retorno a sua casa após vários dias na rua, ao constatar que não havia ninguém em casa, retornou às ruas e explicou porque não foi procurar a mãe que se encontrava na casa de seu namorado;

“....., eu sei onde fica , mas eu não gosto de ir lá,.....porque eu não me dou bem com o namorado dela e com os filhos dele, eu não gosto deles.....,qualquer coisa ele já briga, pensa que é meu pai.” (Depoimento 4/ F. d. B, 11 anos).

M.B (13 anos), em um recorte do seu relato (5), fala sobre o pouco e defasado relacionamento com seu pai, conseqüente da “desagregação familiar”, e a indiferença de sua mãe em relação a sua saída de casa;

.....”o nosso pai deixou nós, quando a gente era pequeno, acho que ele mora em Curitiba com a mulher dele, quando nos saímos de lá (Lages) nós falamos pra nossa mãe que vinha pra Florianópolis,.... ai ela falou né, então ta bom tchau, boa viagem.... quando eu cheguei aqui(casa de passagem) a tia ali da frente (referia-se à conselheira tutelar), ligou pro serviço da nossa mãe, ai eu falei com ela, que eu tava aqui, aí ela falou que não queria nem saber, que nós só incomoda, que cansou porque nos

só damos problema , então se é assim eu também não quero voltar pra Lages “. (Depoimento 5, M. B / 13 anos).

Ao analisarmos os relatos anteriores (2,3,4,5), percebemos que estas crianças e adolescentes, além de serem vítimas das mais variadas modalidades de violência, enfrentam principalmente a negligência por parte de seus genitores, sendo esta, nestes casos, como uma das conseqüências da “desagregação familiar”; também enfrentam a omissão de mães coniventes, passivas diante das violências sofridas pelos seus filhos, sendo estas situações de violência somadas à convivência materna uma das principais influenciadoras para a fuga do lar por parte de seus filhos.

Esta negligência, ou convivência materna diante da violência caracterizada pela situação de rua de seus filhos, pode ser explicada através da pesquisa Crises Familiares e Separação Conjugal realizada por Mioto (1997), onde esta apresenta a existência de;

“situações onde ambos os pais abrem mão da guarda dos filhos para terceiros (parentes ou não) em função de um novo parceiro/parceira. As mulheres relatam estas situações como decorrentes de imposições dos novos parceiros considerando as possibilidades de ter um companheiro de verdade. Ter um companheiro de verdade, significa em linhas gerais: um *homem trabalhador, que a trate com respeito e que mantenha a casa, isto é, não deixe faltar nada. Algumas dessas mulheres acreditam que um dia, quando estiverem com a vida arrumada, convencerão seus parceiros a trazerem seus filhos de volta*”. (p. 275)

Foi esta ação de negligência e renúncia da maternidade para a dedicação ao parceiro, citada pela autora, somada à violência sexual perpetrada pelo padrasto, os principais motivos que levaram a adolescente M.S, 15 anos a realizar fuga do lar e optar pela vida nas ruas, como podemos observar no relato que se segue;

“se depende de mim eu não volto mais pra Chapecó,..... ela (referência à mãe) não acreditava em mim, falava que eu era vagabunda, que eu ficava me oferecendo pro marido dela e era ele que vivia mexendo comigo e com a minha irmã, quando ela (a mãe) não estava em casa,..... um dia eu contei pra ela que era ele que mexia com a gente, daí ela me deu um tapa na boca e falou que se eu continua-sse a inventar mentira ela ia me botar

pra fora de casa, depois disso eu fugi, peguei minhas roupas e fui pra casa de uns amigos meu....., o meu namorado foi preso por causa de droga, ele que me ensinou a usar droga.... depois que ele foi preso eu fiquei na rua, peguei um carona eu e mais umas amigas pra Camburiú.... lá a gente ficava no calçadão, dormia na rua mesmo". (Depoimento 7/ M. S, 15 anos)

Em seu relato, a adolescente M.S conta que teria sido vítima de violência perpetrada por seu padrasto, denominada de violência sexual que é entendida como;

"Todo ato, jogo ou relação sexual, isto é, de natureza erótica, destinada a buscar o prazer sexual. Pode ser: sem contato físico (voyeurismo, cantadas obscenas, etc); com contato físico implicando graus diferentes que vão dos beijos, carícias nos órgãos sexuais até cópulas (oral, vaginal); sem emprego da força física ou mediante o emprego da força física. Pode envolver relação homossexual ou heterossexual e o agressor pode atuar só ou com outras pessoas. A finalidade é sempre o prazer do(s) adulto (s), ainda que em alguns casos possa ocorrer estimulação sexual da criança ou adolescente"(AZEVEDO E GUERRA, 1993, p.08).

Este tipo de violência caracteriza-se por ser um fenômeno que ocorre dentro do contexto familiar, e dentro das paredes de um lar, sendo uma cruel distorção dos valores fundamentais da família. A violência ou abuso sexual doméstico é aquele que tem por vítima a criança ou adolescente e como vitimizador os próprios pais, biológicos ou por afinidade, responsáveis, tutores e demais parentes, onde todos os seus membros participam, e estão envolvidos e comprometidos. A família geralmente mantém uma comunicação fechada, chamada por Azevedo e Guerra (1993), de "síndrome do segredo".

Torna-se quase indispensável ainda salientarmos que neste relato acima apresentado, assim como em todos os relatos de crianças e adolescentes em situação de rua entrevistadas neste trabalho, temos a presença marcante da violência psicológica, agora como fator coadjuvante para a fuga do lar pelos mesmos. Apresentando-se na maioria das vezes combinada com as mais variadas formas de violência, sendo que a violência psicológica pode ser compreendida como; "O efeito adverso e severo causado sobre o comportamento e desenvolvimento emocional de

uma criança, como conseqüência de rejeição ou de um problemático tratamento emocional” (Azevedo e Guerra, 1993, p.35).

A violência psicológica é uma forma de violência, muito praticada contra crianças e adolescentes, *muitas vezes difícil de ser detectada pelo seu processo subjetivo, pois não deixa marcas*. Denominada também de tortura psicológica, este tipo de violência ocorre quando o adulto deprecia a criança.

Percebemos então, baseados nos autores e relatos anteriormente citados, que qualquer agressão, por mais singular que possa parecer, é injustificada e sua repercussão, incalculável, quase sempre passível de futura reprodução, uma vez que os adultos que sofreram violências e abusos durante a sua infância, em sua maioria reproduzem tal comportamento, agredindo sua família e, mais especificamente, seus filhos, estruturalmente mais frágeis.

Junto com a violência doméstica, outro grande motivo para a inserção de crianças e adolescentes nas ruas, segundo Souza (1999), está a necessidade de ganhar dinheiro e o sentido de gostar da rua como lazer, tendo a mesma como a única opção. Observa-se que os adolescentes passam a fazer da rua não só um espaço de ganhar dinheiro, mas também um refúgio, um local de entretenimento.

As considerações realizadas pela autora, podem também ser percebidas nos relatos de crianças e adolescentes, apresentados na seqüência, que fizeram das ruas principais do centro de Florianópolis um espaço de vivência e sobrevivência;

“Eu venho pro centro pra vender adesivo,....eu estudo de manhã e a tarde venho pro centro pra vender, o dinheiro é pra ajudar em casa, porque a mãe não pode trabalhar, ela tá doente, tá internada no Nereu Ramos,....., ela tá com tuberculose,..... o pai trabalha, mas o dinheiro é pouco, ele tem que comprar comida e os remédio pra mãe, ele cata papelão pra depois vender”. (Depoimento 8/ J. F , 12 Anos)

“A mãe fica lá no outro lado vendendo agulha, e eu vou vendendo por tudo,...às vezes eu vendo tudo (referindo-se à caixa de bala), outras vezes não,.....o dinheiro eu dou pra mãe pra ela comprar as coisas pra nós....., só ano que vem que eu vou estudar,..... eu tenho que vender bala, só assim eu ajudo a mãe..., eu não tenho pai”.(Depoimento 9/ V. E, L, 10 anos)

“eu não gostava de vender bala mas eu precisava, era pra ajudar em casa, e comprar algumas coisas pra mim, roupas, tênis, era mais pra ajudar em casa,..... o meu pai não morava com a gente, morava lá perto do aeroporto quando ele estava vivo,..... ele só ajudava lá em casa de vez em quando, ele ajudava só a família da outra mulher dele, pra nós ele não dava quase nada,..... eu sempre ia vender bala, eu mais umas amigas,..... às vezes eles (população em geral) ficavam com pena e davam dinheiro, nem compravam a bala,..... a gente sempre ganhava alguma coisa, salgadinho, refrigerante, roupa, sempre alguém dava alguma coisa pra gente”. (Depoimento 10/ F.L.N , 14 anos)

“eles não acham ruim de eu engraxar (referia-se aos pais), foi o pai que me deu esta caixa de engraxar,..... foi ele que fez essa, só que essa já tá velha eu vou fazer outra,.... um pouco eu dou pra mãe e um pouco eu tô guardando pra mim (referia-se ao dinheiro), eu quero vê se até o final do ano eu compro uma chuteirinha pra mim e uma bola,..... o pai disse que ajuda um pouco, mas todo o dinheiro ele não tem pra dar pra mim comprar a chuteira,..... eu estudo de manhã e a tarde eu engraxo....., quando eu crescer eu quero ser jogador,.... todo mundo se conhece (referia-se aos outro engraxate),..... no final da tarde a gente se encontra pra jogar fliperama, ali na frente do ponto chique,..... ficar em casa é chato não tem nada pra fazer, projeto eu também não gosto, eu já estive no flori floripa..., eu fiquei um pouco depois eu saí....., eu não gostei de lá, tem um monte de guri folgado, eu prefiro trabalhar”. (Depoimento 11/ J. M.H, 12 anos).

De acordo com Oliveira (1994), o trabalho infantil afigura-se como um fenômeno comum, alcançando cerca de 400 milhões de crianças em todo o mundo, sendo que especialmente nos países pobres ele assume uma proporção mais grave. O IBGE, em pesquisa de 1992, aponta a existência de 7,5 milhões de crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos trabalhando no Brasil. Em 1994, segundo a UNICEF Apud Oliveira, este número elevou-se para 9,3 milhões.

Em Santa Catarina, o Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), realizou no ano de 1996 um diagnóstico sobre o trabalho de criança e de adolescente, de acordo com o qual, 65 % dos trabalhadores crianças e adolescentes, no universo pesquisado, não estudam, sendo que 72% trabalham mais de 8 horas por dia.

Em Florianópolis, de acordo com os dados estatísticos do projeto Abordagem de Rua, dos meses de maio, junho e julho / 2002, utilizados como referência , constatamos que foram abordadas 138 crianças, das quais 33% destas encontravam-se nas ruas em

situação de exploração econômica (vendendo bala, engraxando, cuidando de carros) e as outras 78% encontravam-se dormindo, drogados e perambulando pela cidade.

Ainda com o intuito de repassarmos maiores informações sobre o perfil destas crianças e adolescentes, abandonamos por um momento as questões que envolvem o trabalho dos mesmos para acrescentarmos que; deste número de 138 crianças abordadas que se encontram diariamente nas ruas da cidade, 11% são moradores de rua e 89% estão nas ruas, ou seja, retornam para suas casas. Ainda observamos que a maioria absoluta destas crianças são meninos, com 78%, e 22% de meninas, a incidência maior esta na faixa etária dos 7 aos 15 anos, sendo que a maioria reside nas comunidades periféricas de Florianópolis, principalmente nos bairros do Chico Mendes, Vila Aparecida, Mocotó e Morro da Caixa.

Voltando novamente às questões relacionadas ao trabalho de crianças e adolescentes nas ruas, salientamos que esta é uma importante fonte de complementação de renda de muitas famílias supernumerosas e miseráveis de nossa cidade. Em muitas famílias pobres, normalmente encontra-se a incapacidade desta de sustentar seus componentes, geralmente estas são famílias com vários membros, chefiadas por pais alcoólistas e mães solteiras. Segundo Araújo (1999, p. 442), em relação a este último padrão de família, temos no domicílio de comando feminino onde:

“.....geralmente há um número significativo de população infantil, sendo a mulher a única fonte oficialmente geradora de sustento. Apesar da obrigatoriedade legal do pai participar no sustento do filho, sabemos que concretamente há inviabilizações, entre elas, a questão de não reconhecimento dos filhos e a não contribuição financeira. O próprio contexto de desemprego, trabalho temporário, informal, onde não existe clareza do valor do rendimento e nem do período em que ele ocorre, contribui para agravar este quadro.”

Ainda em relação a estas famílias, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio – (PNAD/ 2000), revela que 52 % das crianças que trabalham no Brasil, vivem em famílias cuja renda mensal “per capita” é inferior a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo.

Este contexto contribui de forma determinante para que crianças deixam de brincar e estudar, partindo para as ruas em busca de trabalho, não por vontade própria,

mas sim por serem forçadas pela necessidade de complementarem a renda familiar, sendo esta ação fundamental para a sobrevivência da família.

Esta realidade pode ser percebida através dos relatos anteriores, onde estes confirmam que a família e sua condição sócioeconômica têm um papel importante na definição do momento de entrada dos filhos no mundo informal do trabalho. A carência econômica é a que mais pesa na decisão de incorporar os filhos em atividades produtivas. Segundo Veronese (1998, pág 42);

“Os valores sociais e familiares acabam se reproduzindo inadequadamente, sobrepondo a atividade produtiva à educativa. Vislumbra-se apenas o suprimento das necessidades imediatas, não valorizando ou encarando como possível a transformação das condições atuais de vida, seguindo os exemplos dos próprios pais. Diante da dura realidade e do sentimento de impossibilidade de superar as condições de carência e exclusão social, coloca-se como única alternativa às crianças; trabalhar desde muito cedo e o máximo possível, assim como fizeram seus pais”.

A par dos fatores econômicos, destacamos que a manutenção do trabalho infantil é sobretudo respaldada pela própria mentalidade social que o concebe nunca como um problema, mas como uma solução; é neste sentido que Oliveira (1994) elaborou algumas pontuações de acordo com a OIT (Organização Mundial do Trabalho), desvelando os mitos em torno do trabalho infantil;

- “o trabalho infantil é necessário porque a criança está ajudando sua família a sobreviver”, mas “quando a família torna-se incapaz de cumprir esta obrigação, cabe ao estado apóia-la, e não as crianças”;
- “a criança que trabalha fica mais esperta, aprende a lutar pela vida e tem condições de vencer profissionalmente quando adulta”, mas “o trabalho precoce é árduo e nunca foi estágio necessário para a vida bem sucedida – ele não qualifica e, portanto, é inútil como mecanismo de promoção social”;
- “o trabalho enobrece a criança, antes trabalhar que roubar”, mas crianças e adolescentes que trabalham em condições desfavoráveis, pagam com o

próprio corpo, quando carregam pesos excessivos, são submetidos a ambientes nocivos à saúde, vivem nas ruas ou se entregam à prostituição. Também pagam com a alma quando perdem a possibilidade de um lar, de uma escola, de uma formação profissional, são jogados em cenários degradantes e degradados “.

São destas falsas informações que a ideologia social incute nessas crianças a idéia de que “o brincar” é quase um pecado e que elas devem agir e pensar como adultos, o mais cedo possível, estudando e trabalhando, perdendo desta forma o período mais importante e belo de sua vida, que jamais poderá ser recuperado: a infância.

Ainda de acordo com Veronese (1998), Se a pobreza continua sendo responsável pelo fato de as crianças entrarem no mercado de trabalho, é este, por outro lado, que lhes escancara suas portas, pois as crianças, pelo baixo poder reivindicatório, recebem salários menores e não se impressionam com os riscos das condições de trabalho, possuindo uma produtividade pelo menos igual a do adulto para os serviços desqualificados que lhes são oferecidos.

E por serem uma mão-de-obra tão barata, com quase o mesmo poder de produção do adulto, que a utilização do trabalho infanto-juvenil agrava, ainda mais, o problema do desemprego e da exclusão social, reproduzindo assim a situação de *miséria em que vivem*.

Eticamente pode-se falar em trabalho de adolescentes apenas quando os empregos de seus pais estiverem garantidos. Sendo desta forma, diante deste retrato social, extremamente necessário iniciar o processo de transformação dessa cultura incivilizatória, na qual a criança brasileira é desumanamente tratada, enfrentando situações que demonstram o descaso para com elas, entre estas situações esta o trabalho infantil.

Uma vez que este trabalho infantil, ignora a posição da criança, como pessoa em processo de desenvolvimento, e por isso sua formação física, moral e psíquica merece ser prioritariamente resguardada. O trabalho infantil é uma mazela social a ser erradicada, em virtude das graves conseqüências que podem proporcionar.

Em seus estudos, direcionados ao assunto, a Fundação Abrinq (Fundação Pelos Brinquedos das Crianças, 1998, pág 91), arrolou as conseqüências desastrosas do trabalho infantil;

- a inclusão cada vez mais precoce da criança no mercado de trabalho;
- prejuízos nos processos de escolarização e profissionalização;
- danos ao desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e moral;
- aumento da prostituição infantil e participação na rede de narcótico;
- aumento de condutas anti- sociais de adultos contra crianças e adolescentes nas grandes cidades;
- mão- de- obra desqualificada;
- dificuldade de inserção no mercado de trabalho quando adulto.

Estes efeitos nocivos resultantes da exploração do trabalho econômico de crianças e adolescentes, *devem ser encarados e reconhecidos como uma situação de afronta aos direitos mais elementares, que exigem uma reação não apenas do Estado através das autoridades competentes, mas de toda a sociedade, que carece de um resgate ético, em busca de um sistema humanitário*, pois como cita Veronese (1998, p. 44) , doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina; “Um país que nega aos seus o direito de ser efetivamente criança , não tem condições de se colocar, no despontar do século XXI, como nação cidadã.”

Sendo este direito de ser criança resguardado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, garantindo a sua proteção integral. E nessa proteção entra a garantia do não trabalho, de acordo com o artigo 60 do “ECA”, que proíbe qualquer trabalho a quem tem menos de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz (dos 14 aos 18 anos). De 16 a 18 anos, o adolescente pode ser trabalhador ou aprendiz.

Consideramos que o “ECA” surge com a compreensão de que a infância é um período muito importante da existência humana, período que deve ser preenchido com a escola, o esporte, a cultura e o brincar, jamais com a servidão do trabalho. É o direito de ser criança que deve ser respeitado, em benefício da adequada formação daqueles que serão os futuros adultos.

E somente fazendo valer na prática as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente, poderemos alcançar o estágio de “nação cidadã”, citada pela autora. Conscientizando o Estado e o poder público de que devem ser maiores os investimentos na escola e na família, sendo estes os ambientes ideais para o pleno desenvolvimento da criança, desmistificando o mito de que as crianças têm uma disposição natural para perambular nas ruas, convivendo com o vício, trabalhando, se prostituindo, realizando atos infracionais e etc, transformando-se assim, de vítimas do sistema, em culpados pela marginalidade social.

Registramos que estas crianças e adolescentes, ao serem taxadas de marginais, são ligeiramente confundidas com crianças abandonadas, que procuram as ruas por motivos de fuga do lar atribuídas à violência doméstica, e luta pela sobrevivência através do trabalho e em alguns dos casos procuram fazer das ruas seu espaço de lazer e diversão, tendo a rua como único referencial.

Destacamos ainda nesta fase de conclusão do trabalho, a insuficiência do atendimento das políticas públicas, que aparecem constantemente nas falas de crianças e adolescentes que retomam às ruas após terem passado por algum programa ou projeto municipal destinados aos cuidados dos mesmos, sendo esta insuficiência algo que não nos é novidade mas sim uma mera constatação. Ao voltarmos novamente aos Dados Estatísticos do Projeto Abordagem de Rua, esta afirmação evidencia-se, uma vez que ao observarmos que dentro de um universo de 138 crianças abordadas nos meses de maio, junho e julho / 2002 (referência) , temos um percentual de 85% de encaminhamentos das mesmas, realizados pela equipe de abordagem de rua a programas da Prefeitura e conselhos tutelares; em contrapartida, destacamos o percentual de 51 % de reincidência destas mesmas crianças nas ruas, sendo estas já abordadas e encaminhadas pelo projeto em meses anteriores.

Podemos concluir ainda em relação às políticas públicas, ao analisarmos algumas das causas e conseqüências da inserção de crianças e adolescentes nas ruas, nos baseando em seus próprios relatos, que possuímos uma política pública de atendimento incompleta frente à emergência e complexidade do assunto, uma vez que estas “políticas públicas” englobam uma série de “políticas sociais” (conjunto das leis,

instituições, políticas e programas criados pelo poder público), que atuam apenas nas conseqüências e não nas causas desta problemática.

Sendo assim, estas políticas sociais concentram sua intervenção apenas na situação de rua das crianças, relegando um atendimento mais completo ao desestimarem a diversidade das relações familiares e as situações adversas enfrentadas pelas mesmas. Destacamos, porém que esta política de intervenção que se concretiza na prática através de projetos de ponta como a própria abordagem de rua, são indispensáveis em qualquer plano de governo, de qualquer cidade do país pela sua importância e eficiência no atendimento a crianças em situação de rua .

No entanto ao direcionarem seu atendimento apenas nas crianças e adolescentes em situação de rua, estas políticas públicas, apesar de todo seus esforços, oferecem apenas uma ação "fragmentada e muitas vezes ineficaz" diante da realidade, atendendo parcialmente as questões sócias, esquecendo de certa forma a família destas crianças, realizando assim um atendimento assistencial com olhar focalizado e não totalizante, que resulta, em alguns dos casos, em um enorme desperdício de recursos e ao impedimento dos mesmos de alcançarem seus objetivos de solução para a situação de ociosidade de crianças e adolescentes nas ruas.

Estas considerações feitas nos levam a refletir sobre a necessidade da criação de programas de sensibilidade da família, que abordem a violência e seus efeitos intra e extra-familiar, que trabalhem dentro de uma lógica de prevenção desta violência, reduzindo as conseqüências proporcionadas pela mesma, como a fuga do lar de crianças e a adolescentes. Ao proporcionarmos uma vida familiar mais saudável, conseqüentemente reduziremos os índices de violência, minimizando seus efeitos, principalmente sobre os seres em desenvolvimento.

Entretanto, percebe-se uma certa "incompreensão" ou receio de fazer da família o foco da atuação das políticas públicas, isto porque a família já foi alvo da atuação do serviço social em décadas passadas, influenciado predominantemente por uma versão de ajustamento social de seus membros, procurando harmonizá-la ao convívio social, contribuindo assim para a manutenção da ordem. No entanto, esta afirmação não justifica o abandono da família pelo poder público, como nos esclarece Kaloustain, (1994, p.93);

“Retomar a família como unidade de atenção das políticas públicas não é retrocesso a velhos esquemas. É, sim, um desejo na busca de opções mais coletivas e eficazes na proteção dos indivíduos de uma ação”

Contudo, o que se percebe hoje é a criação de demandas individualizadas, atendimentos solitários e frustrações coletivas, pois um técnico isolado, um conselho tutelar, seja ele qual for o nível, e uma ONG, dificilmente podem dar “conta completamente”, diante da complexidade deste tipo de atendimento que envolve tantas outras coisas. Obviamente não se que dizer com isto que não se deve atender os casos de violência e descaso que envolvem crianças em sua singularidade, mas que deve ser claro que embora cada instituição ou profissional deva fazer sua parte, não se pode perder de vista outros níveis de intervenção e atuação que permitam estar atuando nas causas dos problemas e não só nas conseqüências, realizando um trabalho preventivo que deve ser iniciado principalmente na família.

Considerações Finais

A realização deste trabalho de conclusão de curso não possui apenas o objetivo da obtenção de um título acadêmico, mas estimula também a busca de novos conhecimentos para dar continuidade ao processo de profissionalização.

Através do conteúdo deste trabalho se tem o intuito de compartilhar os conhecimentos teóricos - práticos adquiridos, dando início, a partir desta, a novas *investigações iniciando algumas reflexões, considerações e sugestões*, que foram realizadas no decorrer da pesquisa.

No entanto, sabemos que todo processo de construção do conhecimento trás discussões cercadas de questões múltiplas, o que faz deste estudo um processo inacabado e dinâmico, que esta sempre acompanhando a realidade dos fatos, pois sabemos que o conhecimento não se esgota.

Ao procurarmos neste trabalho entender um pouco da história da infância e da adolescência, percebemos que as mesmas sempre foram vítimas das mais variadas modalidades de violência, sendo as situações de negligência, abandono e exploração que se encontram milhares de crianças e adolescentes em todo o mundo, algo inerente à história da civilização, não sendo este um fenômeno apenas contemporâneo.

Percebemos que estas crianças e adolescentes em situação de rua, são provindas de famílias em situação de vulnerabilidade social, sendo estas constantemente discriminadas, sem oportunidades de ascensão social, encontrando-se inseridas dentro de uma sociedade contemporânea em constante mudança, que leva estas famílias a enfrentarem fatores de ordem política, ideológica e econômica que dificultam sua sobrevivência.

Sendo fatores de ordem econômica o desemprego, desigual distribuição de renda etc. Já os fatores de ordem política são constatados através da omissão e desrespeito do governo, possuidor de iniciativas insuficientes para resolver o problema que é complexo, alegando falta de recursos e burocracia; relegando para segundo plano aquele que deveria ser nossa prioridade absoluta, a defesa da infância, juventude e família. Os fatores de ordem ideológica ficam por conta das lutas de classes, no qual a elite dominante concentradora do poder sobrepoem-se às famílias pauperizadas.

Toda esta influência externa da violência estrutural, enfrentada por estas famílias vulneráveis socialmente, podem, conseqüentemente desencadear em alguns casos em processos de desagregação, violência, e a inserção de seus membros nas ruas.

Os integrantes de uma família (no caso deste trabalho, crianças e adolescentes), ao procurarem as ruas como espaço de vivência, acabam por ir inconscientemente em busca de ajuda, sendo esta inserção nas ruas entendidas como sinais de falência, apresentando muitas vezes sintomas como, a quebra da unidade familiar e a falta de força para reverter este quadro.

É esta demanda em situação de rua, inserida dentro de um contexto tão amplo e complexo, o foco da intervenção do serviço social de projetos de ponta como o da abordagem de rua.

Atuando desde 1990, como um projeto pioneiro, a abordagem de rua tornou-se referência no atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. Recentemente, com o apoio da atual gestão da Prefeitura Municipal de Florianópolis, o projeto pode se reestruturar ,combater e diminuir de forma considerável os índices de crianças e adolescentes em situação de rua em Florianópolis. Isto foi possível a partir do momento que a equipe recebeu mais profissionais, necessários frente à enorme demanda apresentada.

Sendo estes novos profissionais, Assistentes Sociais e estagiários de serviço social, coordenados a atuarem não só diante da situação de rua de crianças e adolescentes, mas também no seu contexto intrafamiliar , procurando diagnosticar as causas e os porquês da inserção dos mesmos nas ruas.

A partir deste momento, rompe-se com os moldes de atendimento fragmentado, ao qual os assistentes sócias limitam-se a identificar a população infanto-juvenil,

encaminhando-as a outras instituições, direcionado seu atendimento apenas à criança, desprezando todo o seu universo familiar, influente e decisivo para vivência de suas crianças nas ruas.

Buscando atender não só a criança em situação de rua, mas também sua família, os assistentes sociais de projetos da rede de atendimento, oferecem um atendimento menos burocrático, mais completo e eficiente.

Ressaltamos mais uma vez, que antes da reestruturação do projeto de abordagem de rua, esta linha de atendimento voltada à família possuidora de elementos em situação de rua, sempre foi a meta do trabalho porém era praticamente inviável principalmente pela falta no “número” de profissionais perante a enorme demanda.

Por fim, consideramos de suma importância para o Serviço Social da Rede de Atendimento Municipal voltada para a criança e o adolescente: a capacitação e instrumentalização de profissionais em nível de academia (Universidade), direcionada à temática da família; maior estruturação de projetos como o Apoio Sócio-Familiar, que devem assistir a projetos de ponta como o da abordagem de rua; criação de programas de sensibilidade da família sobre a violência e seus efeitos intra e extra-familiar, em busca de prevenir a violência e as conseqüências proporcionadas por esta violência, como a fuga do lar de crianças e adolescentes; maior aprofundamento no relatório estatístico do projeto de abordagem, procurando colher dados referentes à violência, drogas, condições sócioeconômicas e etc, com o objetivo de traçarmos com maior precisão o perfil das crianças e adolescentes em situação de rua; e, por último, a criação de uma rede integrada de informação através da informática, ligando e proporcionando a troca de informações entre os mais diversos órgãos da rede de atendimento às crianças e aos adolescentes.

Observamos que todas estas sugestões retomam a família como unidade de atenção das políticas públicas, proporcionando desta forma alternativas mais eficazes na proteção dos indivíduos destas famílias, principalmente os seres em desenvolvimento, as crianças, pois como nos adverte o provérbio africano: “O mundo que temos hoje nas mãos não nos foi dado por nossos pais. Na verdade, ele nos foi emprestado por nossos filhos.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Ângela de, et al. **Infância adolescência em discussão**. Fortaleza: EFC, 1994.

ARAUJO, Márcia Adriana. Violência Cotidiana das Famílias. **Família e Violência**. Grupo de Assistência, Pesquisa e Educação na Área de Saúde da Família – Universidade Federal de Santa Catarina, São Paulo, v.8, n.2, p.442, 1999.

ÁRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Viviane de Azevedo. As políticas e a violência contra crianças e adolescentes; Um desafio recusado em São Paulo. In; Azevedo, Maria Amélia, GUERRA, Viviane N. de Azevedo. (Orgs.). **Infância e Violência Doméstica**; fronteiras do conhecimento. São Paulo; Cortez, p. 8 – 11- 35, 1993.

_____. **Infância e Violência doméstica**: fronteiras do conhecimento. 2 ed. São Paulo; Cortez, p. 54, 1997.

_____. Vitimação e vitimização; questões conceituais . In; Azevedo, Maria Amélia, GUERRA, Viviane N. de Azevedo. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, p.209, 1989.

BRANT, Maria do Carmo. A proteção social destinada às famílias brasileiras. In: **Revista Serviço e Sociedade (42)**. São Paulo; Cortez, 1993

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as Crianças no Brasil Quinhentista – 1726 – 1950. In: Freitas, M. (org). **História Social da Infância**. 1991.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Infância, Juventude e Política no Brasil*. In: **Brasil criança urgente**. A Lei 8069/90. São Paulo: Columbus Cultura editora, p. 71 – 83, 1990.

DADOS ESTATÍSTICOS DO PROJETO ABORAGEN DE RUA – **Referência, maio, junho, julho/ 2002**, Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social. Prefeitura Municipal de Florianópolis, sc, Brasil.

DA MATA, R. A família como valor: considerações não familiares sobre a família brasileira. In; ALMEIDA, Â. M. **Pensando a Família no Brasil** – da colônia a Modernidade. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 115 – 136, 1987.

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO- 1996 (DRT/SC). **Diagnóstico do Trabalho da Criança e do Adolescente no Estado de Santa Catarina**. Realizado pela Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina. 1996.

DESLANDES, Sueli F. **Atenção à criança e o adolescente vítima de violência doméstica**: In; análise de um serviço. Rio de Janeiro: Fio cruz/claves, 1994.

DESLANDES, Sueli Ferreira. **Prevenir a violência: um desafio para profissionais de educação**, FIOCRUZ, RJ, 1994.

DIÁRIO CATARINENSE. **Revelando o perfil da criança de rua**. Estudo em Florianópolis e São José mostra como elas vivem e porque abandonaram a escola. Florianópolis, 4 de julho de 2002.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: Lei n. 8. 069, de 13 de julho de 1990. Florianópolis: EDEME, 1995.

FALEIROS, Eva Terezinha Silveira. A Criança e o Adolescente – Objeto Sem Valor no Brasil Colônia e no Império. In; Pilotti Francisco; Rizzine, Irene (org.). **A Arte de Governar Crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Santa ursula / Amais Livraria e Editora, p.76 – 77- 81- 235, 1995.

FROMN, E. Autoridade e super-ego: o papel da família. In: CANEVACCI, M.(org.). **Dialética da família**. 4.ed.São Paulo: Brasiliense, p.171, 1985.

FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS BRINQUEDOS DA CRIANÇA – (ABRINQ). Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração. **Dez Medidas Básicas para a Infância Brasileira**. São Paulo, p. 91, 1998.

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCENCIA - (FIA). Secretaria do Estado de Trabalho e ação Social. Governo do Estado Rio de Janeiro. **Crianças de Rua como Mudar este Situação**. Rio de Janeiro, p. 7, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, p. 45 –116, 1994.

GOLDANI, A. M . **As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. Cadernos de pesquisa** Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n.91,1994.

GUERRA, Viviane N.de Azevedo. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, p. 209, 1989.

_____. **Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas**. 2 edição. São Paulo; Cortez, p.93, 1985.

_____. **Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas**. 3 edição. São Paulo; Cortez, 1998.

IBGE- Instituto Brasileira de Geografia e Estatística. **Criança e Adolescentes: Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, V.4, 1992.

LIMA, L. VENÂCIO, R. O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro in: PRIORE, M. (org) **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, p.66 – 67, 1991.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias; funcionamento e tratamento**. Trad.Jurema A.C. Porto Alegre; Artes Médicas, p. 53, 1982.

MIOTO, R. C. **Crises Familiares e separação conjugal**. Florianópolis: Relatório de pesquisa CNPq/UFSC, p.275, 1997.

_____. Cuidados Sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: **Capacitação em Serviço e Política Social, módulo 4** : O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB, 2001.

_____. Família e serviço social: contribuições para o debate. In: **revista serviço social e sociedade**. São Paulo, n.55, p.114 - 120 - 130, abr, 1997.

_____. Famílias hoje: **o começo da conversa**. Texto e Contexto. Florianópolis, V.2, n.08., mai/ago, p.216, 1999.

MORAES, Célio Vanderlei. Meninos e Meninas de Rua: uma proposta para superar esta condição. Florianópolis. 1993.

MORAIS, Eliane P. **Negligência nos cuidados de saúde com crianças e adolescentes**: uma proposta para atuação de enfermeiras com famílias. UFSC. Florianópolis, 1998.

NEDER, Gislene. **Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil**. In: KALOUSTIAM, S.M (org). *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, p.26-45, 1994.

NUNES, César Aparecido e SILVA, Edna A. da. As manifestações da Sexualidade da Criança. Campinas, SP: Século XXI, p.61, 1997.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **O serviço social e o cotidiano das crianças e adolescentes de rua**: uma proposta de educação social. Monografia de Bacharel em Serviço Social, UFSC, 1993.

OLIVEIRA, Oris de. **O Trabalho da Criança e do Adolescente**. São Paulo, Editora Saraiva, 1994.

OLIVEIRA, Valéria Rezende de. Política de Atendimento no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**. SP: Cortez, n.31, p. 110, 1989.

OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artes Marciais, p. 25, 1996

OSTERNE, M. S. F. **Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina**. Fortaleza: EDUCE, 2001.

PEREIRA, Marcelino Adelaide. Abordagem de rua e o processo de trabalho das educadoras sociais das ruas. Monografia de Bacharel em Serviço Social, UFSC, 2000., p.29.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIO – 2000(PNDA / 2000). Disponível em: www.ibge.gov.com.br. acesso em 29/06/2002.

PRIORE, M. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: PRIORE, M.(org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo : contexto, 1991.

KALOUSTAIN, S. M. Organizador: **Família Brasileira base de tudo**. São Paulo, Editora Corte, p. 93, 1994.

KRAMER, Sonia. **A Política do Pré – escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, p. 19, 1992.

RAMOS, Sandra Helena Seemann. **Na mesma praça e no mesmo banco: as vivências sexuais das meninas mulheres, nas ruas de Florianópolis: UDESC,(Monografia de especialização em educação sexual – Especialidade de pós – graduação em educação sexual), 1998.**

REIS,T. **Família Emoção e ideologia**. In LANE, Silya T.M (et alli). **psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo; Brasiliense, p.48, 1985.

REVISTA VEJA. **Miséria o Grande Desafio do Brasil**. A pobreza Externa de 23 Milhões de Brasileiros é uma Tragédia que Não Pode Ser Ignorada. São Paulo. Edição 1735., Ano 35., Editora Abril, p.84, 2002.

RIBEIRO, R. M., et al. **Estrutura familiar, trabalho e renda**. In: KALOUSTIAN, S.M.(org.). Família brasileira; a base de tudo. São Paulo: Cortez, p.73-88, 1994.

RISSINI, Irene. **A criança no Brasil Hoje: Desafios para o Terceiro Milênio**. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, p.109, 1993.

_____. **Crianças e Menores** – do pátrio poder ao pátrio dever. In Pilotti, Francisco & Irene. A arte de governar criança: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância. Rio de Janeiro: p.115 –137– 298,1995.

ROSEMBERG, L. **Educação e desigualdade social**. São Paulo: Ática,1984.

RUTTSCHKY, Katharina. **A pedagogia do medo**. Revista S.O.S Criança São Paulo, editora; Mundo, p.18, 1996.

SCHLICHTING, Sandra. Movimento de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente: **limites e possibilidades**. Monografia de Bacharel em Ciências Sociais, UFSC, p.25- 35 –61, 1997.

SOUZA, Marli Palma. Criança e Adolescente; absoluta prioridade. **Katalizes**, Florianópolis, n.2, p.43.1998.

SOUZA, Sinara de Lima. A Influência da Violência Doméstica na Inserção do Adolescente na Rua. **Família e Violência**. Grupo de Assistência, Pesquisa e Educação na Área de Saúde da Família – Universidade Federal de Santa Catarina, São Paulo,. v.8., n.2.,1999.

VERONESE, Josiane Rose P. **Entre Violentados e Violentadores**, São Paulo, Editora Cidade Nova. p. 42- 44, 1998.

ANEXO-1

- Neste item encontramos as entrevista considerada mais significativa, na elaboração deste trabalho, uma vez que estas entrevistas, nos mostra com clareza, a dimensão da violência física e negligência, enfrentada por crianças e adolescentes em situação de rua.

Entrevista / (4) Esta entrevista foi realizada com a colaboração do menino F. d. B. / 11 anos, sendo a mesma realizada no centro da cidade, no largo da alfândega as 10:00 Horas na data de 10 de maio de 2002, em seu depoimento F. d. B fala uma pouco dos motivos que o levaram as ruas e o porque de sua permanência na mesma.

Pergunta – entrevistador

Resposta- F. d. B., 11 anos

Pergunta - qual seu nome completo e sua idade?

R- meu nome é F. d. B, eu tenho 11 anos.

Pergunta – qual bairro você mora e com quem você mora?

R- eu moro na vila aparecida, moro com a minha mãe e meus irmãos.

Pergunta – em quantos irmãos vocês são, qual a idade deles?

R- eu tenho dois irmãos, um de 9 anos e uma irmã de 4 anos.

Pergunta – e seu pai, você conhece, onde ele mora?

R- meu pai morreu.

Pergunta – faz muito tempo que ele morreu?

R – eu não sei eu era pequeno quando ele morreu.

Pergunta – até que série você estudou? e porque saiu da aula?

R – eu estudei até a 1 série, depois eu não fui mais, eu não gosto daquele colégio.

Pergunta – porque você não gosta do colégio?

R – não sei eu não gosto, tem que acordar cedo, é chato.

Pergunta – a sua mãe trabalha, o que ela faz?

R – às vezes ela trabalha, quando ela faz faxina lá em coqueiros, às vezes não.

Pergunta - há quantos dia você esta fora de casa, há quantos dias não vê sua mãe seus irmãos?

R - Há! a gente já está aqui no centro Já faz uns cinco dias.

Pergunta – Como você fez para sair de casa, e porque saiu?

R - “Eu pedi pra mãe pra ficar na casa do S.M (12 anos, um amigo) lá no morro da caixa, só que daí a gente veio pro centro, eu sai porque ele me convidou pra vim aqui com ele.

Pergunta – a mãe de vocês sabem que vocês estão aqui?

R- não, nem a minha mãe e nem a mãe dele sabe que a gente tá aqui.

Pergunta – porque você não volta pra casa? não é melhor do que ficar na rua? A onde vocês vão dormir agora esta noite?

R- volta pra casa não, pra fica sozinho, a mãe sempre sai de casa, eu não vou voltar, hoje a gente vai dormir lá na lagoa.

Pergunta – você não sente saudade da sua familia? Porque não volta pra casa?

R – eu voltei lá em casa (residência do morro da vila aparecida), só que estava tudo fechado, não tinha ninguém, a vizinha falou que a mãe foi lá pro monte cristo pra casa do namorado dela.

Pergunta – E porque você não foi até lá, na casa do namorado dela? Você não sabe onde fica?

R - eu sei onde fica , mas eu não gosto de ir lá.

Pergunta - Porque não gosta?

R - porque eu não me dou bem com o namorado dela e com os filhos dele, eu não gosto deles.

Pergunta – porque você não gosta deles?

R - qualquer coisa ele já briga pensa que é meu pai, pra me bater.

Pergunta – e sua mãe deixa ele te bater?

R – ela não fala nada, ele é que cuida de nós, ele vai casar com ela, daí ela não fala nada.

Nota; Após responder estas breves perguntas, F. d . B , interrompeu a entrevista ao ser chamado por um amigo, despediu-se e dirigiu-se a fliperama mais próximo de onde estávamos.

Entrevista / (1) Esta entrevista foi realizada com a colaboração do adolescente R. M / 16 anos, sendo a mesma realizada no Pliat- plantão de internação ao ato imfracional, às 16:00 Horas na data de 26 de maio de 2002, em seu depoimento R.M fala sobre os motivos de sua inserção nas ruas, o que o levou posteriormente ao contato com o mundo das drogas e com a criminalidade.

Pergunta – qual seu nome e idade?

R- R.M, tenho 16 anos

Pergunta – Há quanto tempo você esta aqui no PLIAT?

R – há quase um mês eu acho.

Pergunta – porque você veio parar a aqui? Que ato infracional você cometeu?

R- eu cometi assalto a mão armada, eu e mais um amigo meu, invadimos uma casa, rendemos todo mundo, e levamos o que tinha de valor.

Pergunta – Quando e porque você começou a praticar assaltos?

R- eu comecei já faz mais ou menos um ano, e agente faz isso pra conseguir a p... da droga, que não sai da cabeça, quando tu tá na lama, parceiro.

Pergunta – Há quanto tempo você usa droga?

R – Já faz uma cara (tempo), desde dos meus 11 anos quase.

Pergunta – Onde e como você começou a usar drogas?

R – Eu comecei a usar nas ruas, de vês em quando alguém, um amigo lá do morro onde eu morava me oferecia, aí eu pra acompanha a galera eu usava.

Pergunta – porque você saia de casa e ia pras ruas?

R – porque lá em casa nunca foi bacana, sempre tinha briga, por causa da minha mãe pai era f.....

Pergunta – o que acontecia? ela te agredia?

R - a mãe quase não batia, só o pai quando já vinha do bar bêbado, aí era f... acordava todo mundo, gritava e batia na mãe, vivia dizendo que um dia ia matar ela de P... e quando a gente chorava a agente apanhava também.

Pergunta – era pra não apanhar que você ia pras ruas?

R – é claro parceiro, eu já era maiorzinho do que os meus irmãos, devia ter uns 11 anos, e aproveitava enquanto o pai brigava com mãe e fugia.

Pergunta – E aí pra onde você ia quando fugia? O que você fazia?

R - eu pegava e ia lá pra praça do jardim atlântico, lá pra barraquinha de cachorro quente do “zito” (amigo vendedor de cachorro quente), aí ficava lá assistindo televisão até de manhã cedo, ganhava até cachorro quente”.

Pergunta – E quando voltava pra casa não apanhava?

R – não, porque Já era de manhã, já tava todo mundo dormindo.

Pergunta – e foi assim que você começou sua vida nas ruas nas drogas?

R – foi por aí.

Pergunta – qual a primeira vez que você dormiu vários dias fora de casa?

R – foi uma vez que eu estava na praça de madrugada, e aí chegou um amigo meu e perguntou se eu queria ir pra canasvieria , aí eu peguei e me larguei (ir) com ele, fiquei uma semana dormindo na praia, e fumando baseado, só fazia isso mais nada.

Pergunta – quantos anos você tinha na época?

R- uns doze anos.

Pergunta - E quando você voltou pra casa qual a reação dos teus pais?

R- o pai me deu uma surra, e me deixou de castigo, mas ai eu fugi de novo, só pra ficar na rua e usar droga, ai depois eu fiquei mais de um mês assim, fora de casa, ai eu me acostumei, só ia lá em casa de vez em quando.

Nota ; encerramos a entrevista, porem atualmente o adolescente não está mais no pliat, agora ele se encontram no educandário São Lucas.

Anexo- 2

Centro "Crescer Sem Violência"

Compreendendo a Negligência na Família

"para aqueles que atuam na construção
de uma nova cultura da infância"

Florianópolis, janeiro de 1999

Elaboração:

Lilian Keli Rech

Assistente Social - CRESS 1719/12.ª R.

Soraya Casagrande da Rosa

Psicóloga - CRP 12/00473

01 - APRESENTAÇÃO

Estatísticas do Programa SOS Criança de Florianópolis apontam a **NEGLIGÊNCIA** como o maior índice - 37% - dos casos denunciados de violência doméstica contra criança e adolescentes no município, seguida de violência física, psicológica e **sexual**.*

Esta cartilha pretende servir como introdução a esse tema tão controverso - a negligência na família, com o qual confrontam-se diariamente profissionais da saúde, da educação e da área social, e que, por excelência de seu trabalho, dispõe das oportunidades de intervenção no universo familiar.

Nosso propósito, portanto, é torná-lo um **“militante”** no cumprimento e vigilância dos direitos da criança e do adolescente, em desenvolver-se sob condições de liberdade e dignidade, e que encare a negligência como uma das cruéis facetas da violência, a qual pode trazer consequências indelévels à figura humana em desenvolvimento.

Colaboração Especial:

* Sandra Regina Menna Barreto

Psicóloga - CRP 12/00448

* Programa SOS Criança - Florianópolis

Fone (048) 228-8611

Publicação:

* Centro “Crescer Sem Violência”

Apoio para publicação:

* Ministério da Justiça

* Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família

Fone (048) 222-8091

* Fonte: Estatística do 1.º semestre/98 - Programa SOS Criança/Flóps.

02 - CONCEITUAÇÃO

Para compreendermos a negligência familiar, é necessário a observarmos como uma das modalidades da violência doméstica contra crianças e adolescentes, que é entendida como:

“ Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças/ adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima - implica de um lado numa transgressão de poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação de direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimento.”

(AZEVEDO & GUERRA, 1996)

Assim:

“A negligência é a omissão ou inadequação de atendimento às necessidades básicas por parte de pais ou responsáveis em relação às crianças/ adolescentes, nas áreas de alimentação, higiene, educação, saúde física e mental, supervisão e atenção.”

2.1 - Modalidades

A negligência na família pode ser verificada de várias maneiras:

isoladas ou combinadas.

São algumas delas:

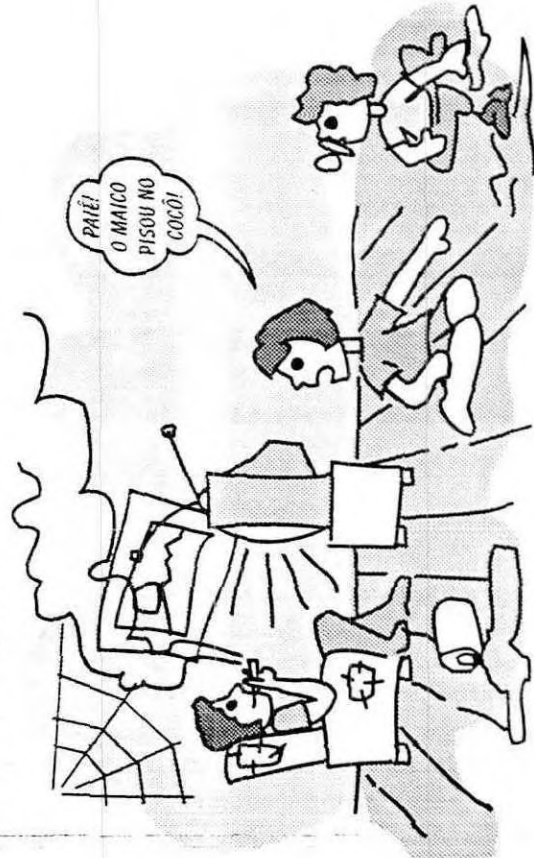
* **Saúde** - Exemplo: vacinas em atraso, doenças crônicas não tratadas, longos períodos sem atendimento médico, extravio constante da carteira de saúde, desnutrição, etc.



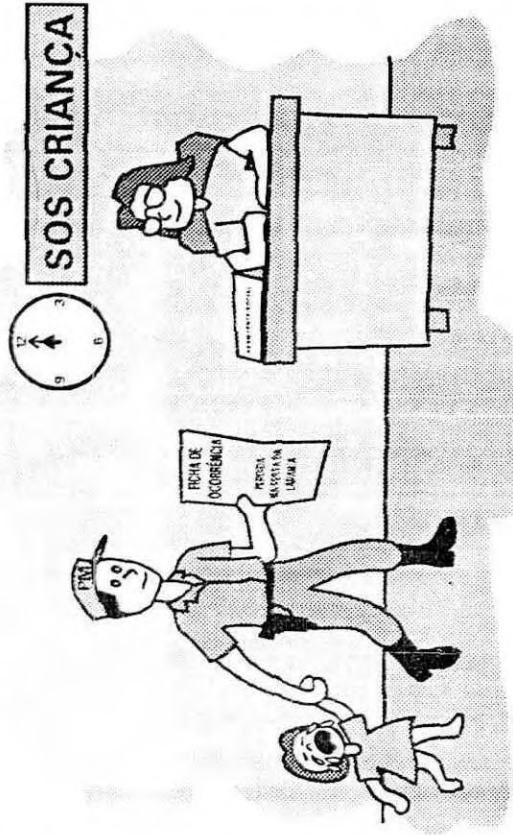
* **Educação** - Exemplo: excesso de faltas escolares, criança/adolescente fora da escola, não acompanhamento ao andamento escolar, etc.



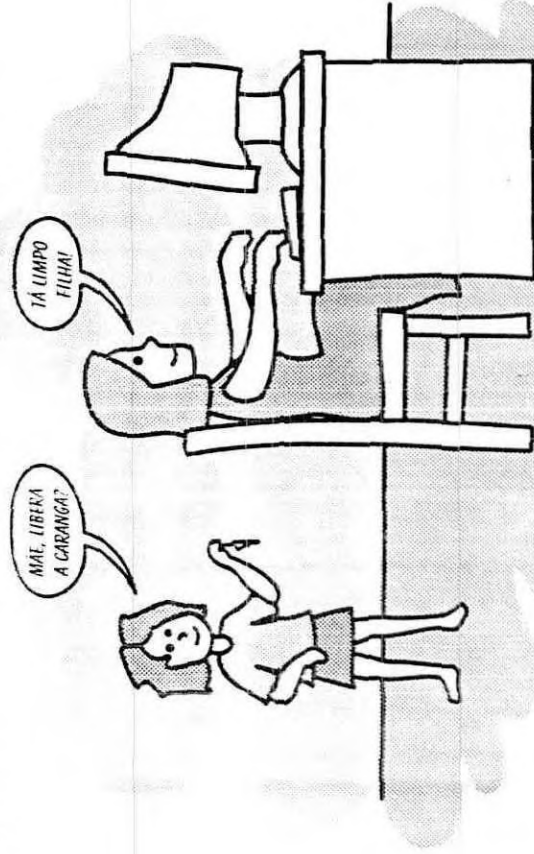
* **Higiene** - Exemplo: criança com a aparência descuidada e suja, fezes e urina pela casa, ou ainda, lixo ao redor dessa, etc.



* **Supervisão** - Exemplo: crianças pequenas sozinhas em casa ou constantemente fora de casa, em festas populares, em casa de vizinhos, nas ruas, em abandono, etc.



* **Outras** - Exemplo: falta de documentos, permissividade, privação de contatos sociais, etc.



03 - DISPOSITIVOS LEGAIS

a) Da Negligência

* Estatuto da Criança e do Adolescente: Artigos

01 a 18

* Constituição Brasileira: Artigo 227

* Código Penal: Artigos 243 a 247

b) Da Denúncia

* Artigo 13 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

* Artigo 245 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

04 - ASPECTOS POLÊMICOS

É importante ressaltar que situações de negligência na família nem sempre é de responsabilidade do âmbito familiar.

Na maioria das vezes, a negligência decorre de fatores culturais e privações sócio-econômicas.

Cabe ao(s) profissional(is) o diagnóstico das causas, para definir o plano de intervenção que vise a reversão do quadro.

“É dever da família, da sociedade e do Estado garantir à criança e ao adolescente, com prioridade absoluta, o direito à vida, saúde,

alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão.”

Artigo 227 da Constituição Brasileira, 05 de outubro de 1988.

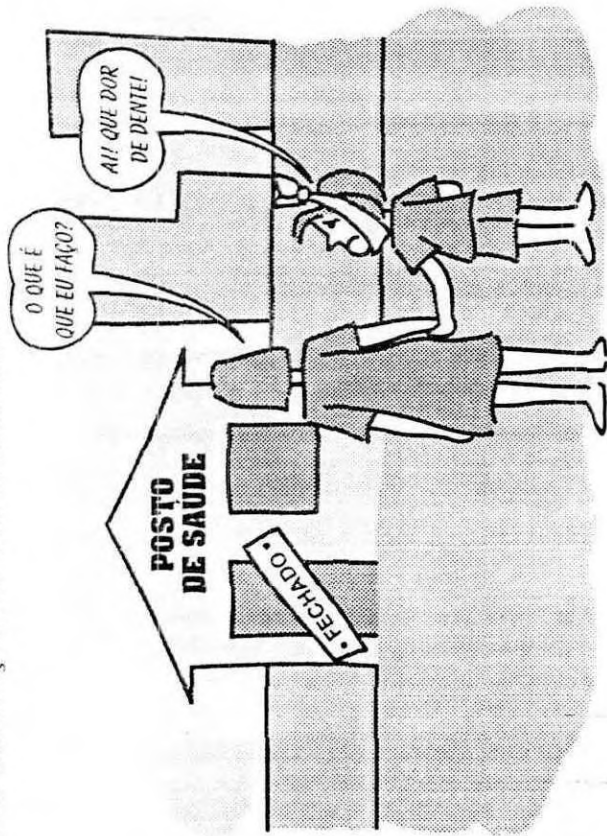
05 - PRINCIPAIS CAUSAS

A negligência é causada por uma conjunção de fatores culturais, sociais, econômicos e psicológicos.

* Isolamento da família:



* Dificuldades da família em utilizar a rede informal e as instituições de sua comunidade:



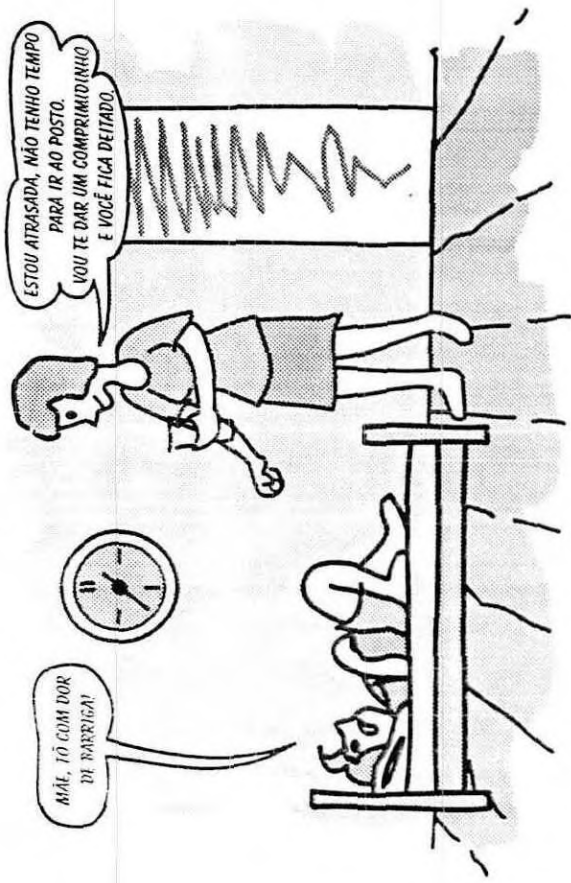
* Trauma de infância dos pais:



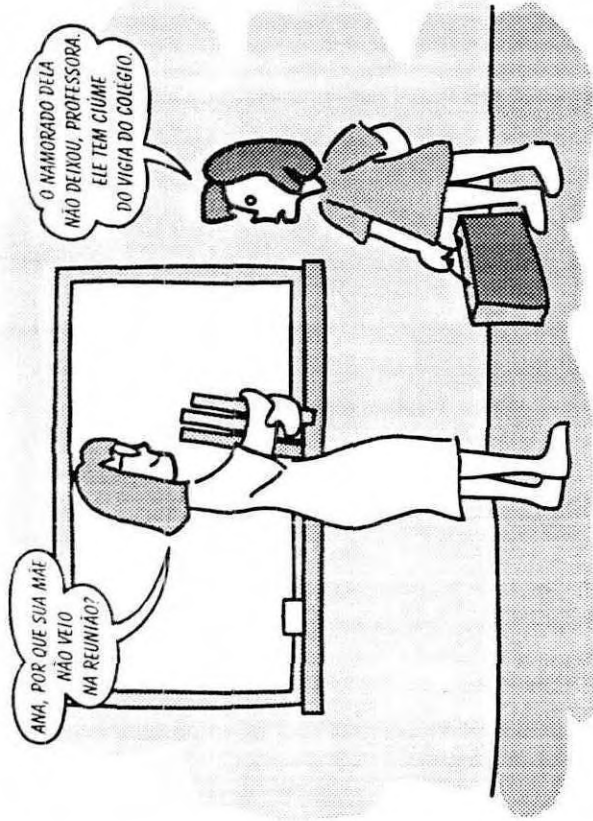
* Dependência química:



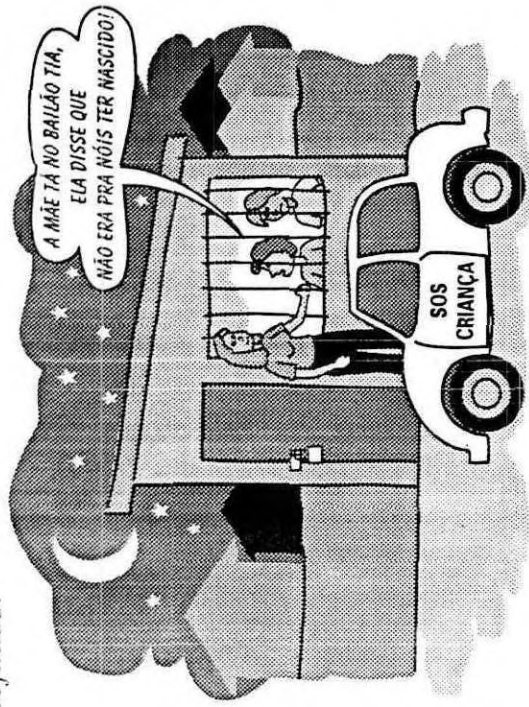
* Famílias monoparentais:



* Troca constante de parceiros:



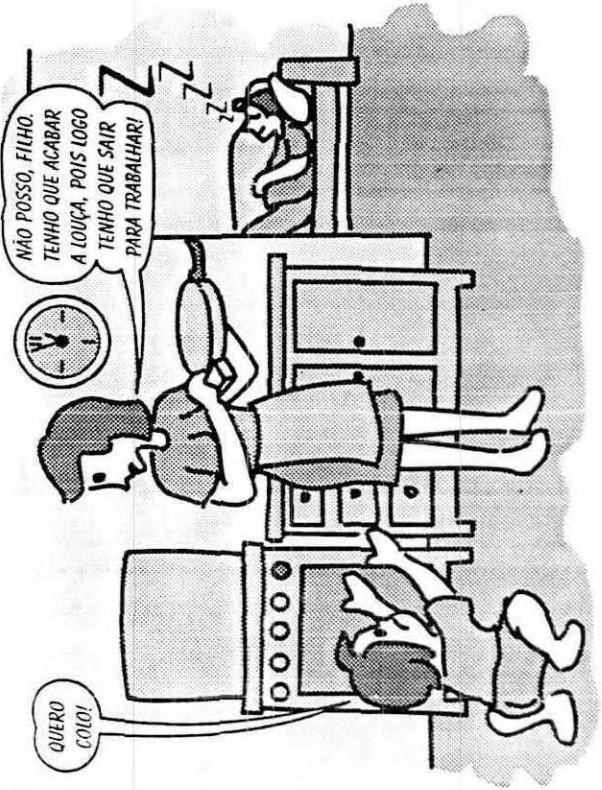
* Paternidade inconsciente, oriunda da falta de planejamento familiar, gravidez precoce com filhos indesejados:



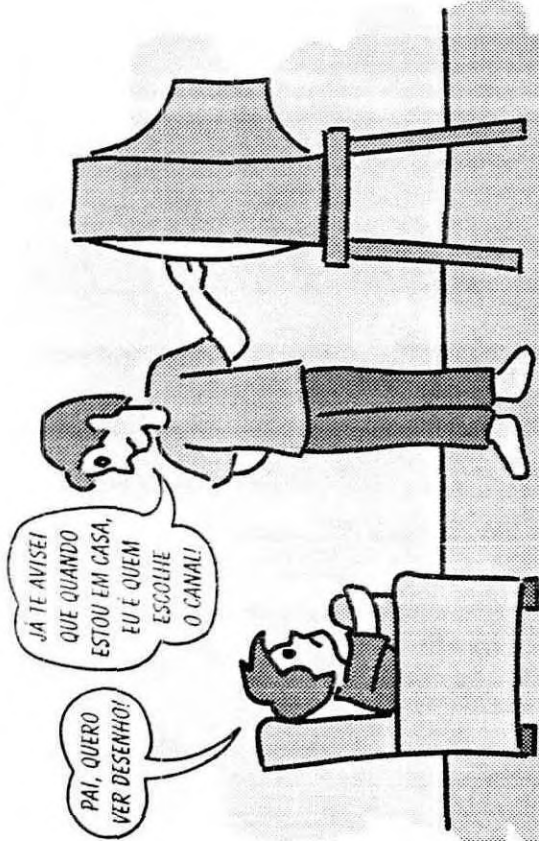
* Desconhecimento dos pais quanto às necessidades infantis e aos diferentes estágios de desenvolvimento da criança:



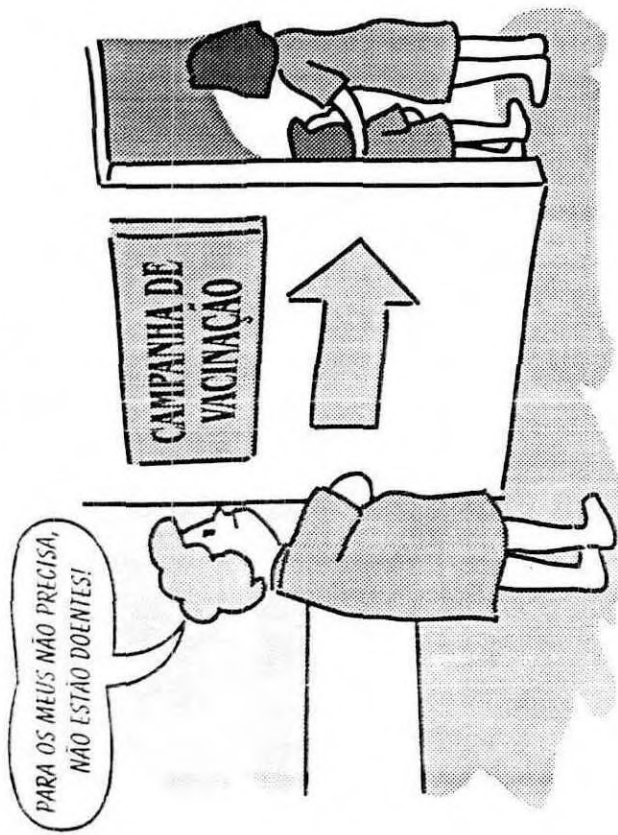
* Socialização deficitária das atividades familiares:



* Apatia, impulsividade, autoritarismo dos pais:



* Falta de informações básicas:



* Stress:



* Papéis deficitários ou invertidos na família:



06 - PISTAS DE IDENTIFICAÇÃO

Uma combinação ou uma amostra de indicadores físicos, características comportamentais da criança/adolescente e características familiares, podem alertar para o diagnóstico de negligência.

- constantemente sem supervisão, especialmente em atividades perigosas;
- acidentes domésticos frequentes;
- não recebe atenção para problemas físicos ou remédios;
- padrão de crescimento deficiente;
- problemas físicos;
- necessidades não atendidas;
- abandono.

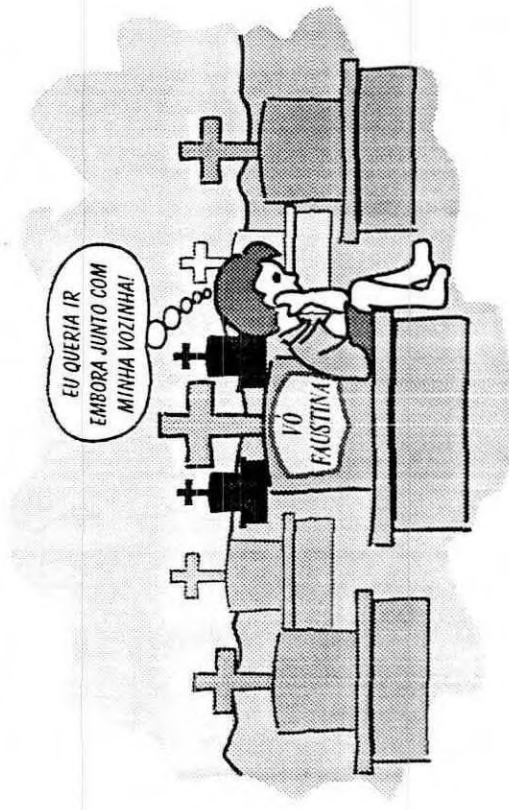
6.1 - Características da criança/adolescente:

- desnutrição;
- fome e fadiga constante;
- higiene precária (aparência descuidada e suja);
- roupas inapropriadas para o clima;



6.2 - Comportamento da criança/adolescente:

- comportamentos extremos: hiper ou hipoativo;
- assume responsabilidades de adulto;
- comportamentos infantis ou depressivos;
- contínuas ausências ou atrasos na escola e consultas médicas;



- extensas permanências fora de casa;
- pega, rouba comida;
- comportamentos rebeldes,...

6.3 - Características da família:

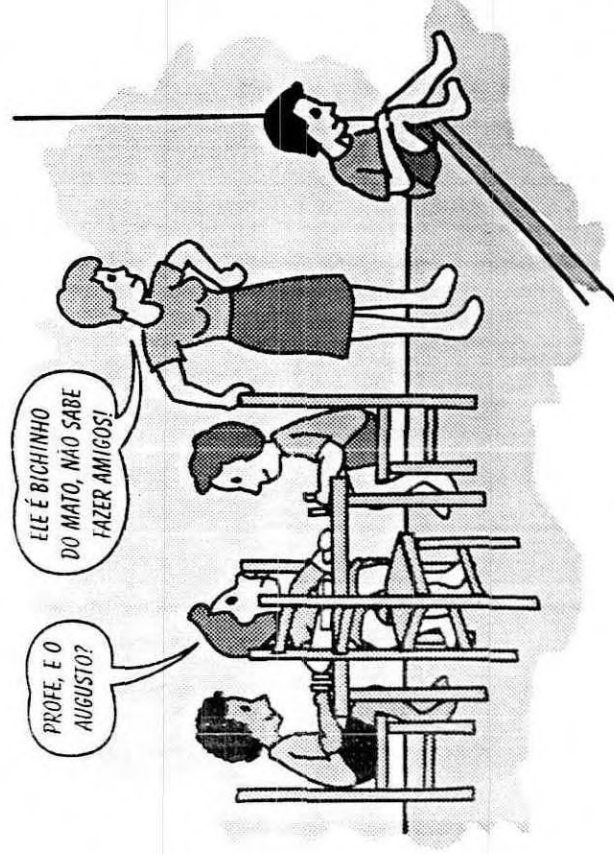
- história de negligência quando criança;
- abuso de drogas ou álcool;
- mantém a casa caótica;
- evidência de apatia ou desesperança;
- doença mental ou inteligência diminuída;
- família passiva, não parece se preocupar com a situação da criança/adolescente;
- baixa auto-estima;
- apresenta severo desleixo com a higiene e aparência.



07 - CONSEQUÊNCIAS:

Algumas das consequências mais observadas são:

- processo de desenvolvimento e de crescimento retardado;
- problemas de saúde;
- problemas na conduta;
- privação cultural;
- sentimentos de rejeição e baixa auto-estima;
- desnutrição (níveis variados de desnutrição);
- depressão;
- timidez, dificuldades para fazer amigos;
- risco de acidentes;



- quando adultas - dificuldades nos relacionamentos (dificuldades para dar e receber amor);
- deficiências cognitivas ou neurológicas (disfunções neurológicas);
- acidentes domésticos.

08 - INTERVENÇÃO

A intervenção em casos de violência contra crianças e adolescentes envolve um trabalho multiprofissional e a alternativa mais viável para a reversão do quadro ou situação de negligência é a **ação educativa e comprometida** do profissional, de caráter **permanente e persistente**, que vise mudança de padrões comportamentais da família.

* **Ação Educativa** junto às crianças e seus familiares especialmente às áreas de saúde, higiene, noções de cidadania, perfilando o papel social da escola e do educador.

* **Mobilização e Vigilância** para a melhoria dos programas de atendimento, para que esses possam, além de intervir na situação já instalada, organizar ações preventivas.

* **Buscar Conhecimento** acerca do assunto, que o tornem um profissional competente e comprometido com a

infância.

* **Mobilização Interdisciplinar** para que a “causa” seja uma luta compartilhada na sua escola, no seu posto de saúde, no seu conselho de classe, no seu sindicato.

* **Denúncia** para que a negligência seja reconhecida como forma de violência, com direito às crianças e adolescentes a atendimento profissional especializado que vise a reversão do quadro.

8.1 - Sugestão de procedimentos para profissionais das áreas social, de saúde e educação:

- **Motivar os pais** a fornecerem informações da criança e da família, demonstrando sua preocupação básica pela criança.

- **Conforme está previsto** no “E.C.A.”, registrar detalhadamente dados ou acontecimentos no prontuário ou ficha escolar da criança, que poderão ser úteis no diagnóstico da negligência (pistas), mantendo-os atualizados e disponíveis à equipe de trabalho.

- **Estabelecer um trabalho integrado** na comunidade, especialmente Posto de Saúde, Escola e Centro Comunitário, com vistas à realização de estudos de caso.

8.2 - Como proceder à denúncia:

- * SOS Criança - Fone: 1407, 24 horas com garantia de anonimato;
- * Conselho Tutelar do seu município.

Importante repassar dados corretos: nome, idade aproximada, nome dos pais ou responsáveis, endereço completo e detalhes da situação de negligência ou de outra forma de violência.

8.3 - A atuação profissional pode incluir:

- * *Medidas sociais* - Por exemplo: ingresso da criança/adolescente em creche, escola, programas de educação extra-escolar, orientação aos pais com vistas a sua colocação no mercado de trabalho

* *Medidas médicas* - Serviços de saúde em geral, Alcoólicos Anônimos, Pastoral da Saúde, Pré-natal, Planejamento familiar, Programa de atendimento ao adolescente,...

* *Medidas psicoterapêuticas* - Quando da necessidade de avaliação psicológica, psiquiátrica, psicopedagógica ou intervenção psicoterápica.

* *Medidas judiciais* - Quando a situação for definida como de grave risco para a criança/adolescente, tendo sido esgotadas todas as medidas, o caso é encaminhado para a Esfera Policial, Ministério Público, Esfera Judicial.

09 - PARA SABER MAIS:

- * *Filmografia* - Uma cova para os anjos.
- A ira de um anjo.

- * *Livro* - AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V.N.A. *Crianças Vitimizadas: A síndrome do pequeno poder*. São Paulo, Iglu, 1989.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Na sua atividade profissional, muitas vezes você deve ter se perguntado o que fazer frente a situações de negligência observadas. E, diante de seu compromisso com a infância, deve ter buscado vários caminhos: alguns com certeza, conduziram-no ao objetivo traçado, outros, no entanto, por mais que tenha se empenhado, não o levaram a lugar algum.

Nesses caminhos e descaminhos você já deve ter percebido que não basta a boa vontade para garantir

que crianças e adolescentes tenham direito à vida em condições de liberdade e dignidade. É necessário mais que isso! É preciso empenharmo-nos em ações preventivas, socializando o saber que adquirimos em programas de atenção pré-natal, de educação sexual, de prevenção ao uso de drogas... É necessário que nossa ação junto à família seja eficiente, por isso a fundamentação teórica de nossa prática profissional é compromisso ético.

É fundamental denunciar órgãos de proteção à criança e ao adolescente, quando percebemos que a orientação que fornecemos à família não foi suficiente para que a situação de negligência fosse revertida.

Embora cada família deva ser tratada em sua singularidade, a criança e o adolescente devem ter sempre prioridade em nossas ações. Só assim seremos agentes na construção de um mundo mais igualitário, menos violento, onde o exercício da cidadania não seja apenas um ideal, e sim uma possibilidade real inerente do ser humano.

Nota: Todos os exemplos ilustrados nesta Cartilha foram retirados de casos verídicos de negligência atendidas pelo Programa SOS Criança de Florianópolis - SC.

BBIBLIOGRAFIA:

Information Kit for your community action campaign.
Virginia Coalition for child abuse Prevention Month,
1996, USA.

Negligência, PUSC - SP, 1997, Internet.

Como Ajudar as Vítimas da Violência, 1997, Internet.

DESLANDES, Suely Ferreira. *Prevenir a Violência: um desafio para profissionais de saúde, FIOCRUZ, RJ, 1994.*

_____, *Prevenir a Violência: um desafio para profissionais de educação, FIOCRUZ, RJ, 1994.*

AZEVEDO, M.A. & GUERRA, V.N.A. *A síndrome do pequeno poder.* São Paulo: Iglú, 1989.

Por Favor, Mamãe e Papai...

Minhas mãos são pequenas - eu não derramo meu leite de propósito.

Minhas pernas são curtas - por favor andem devagar, assim eu posso acompanhá-los.

Eu amo coisas brilhantes e bonitas, então tenham paciência comigo quando eu tento tocá-las.

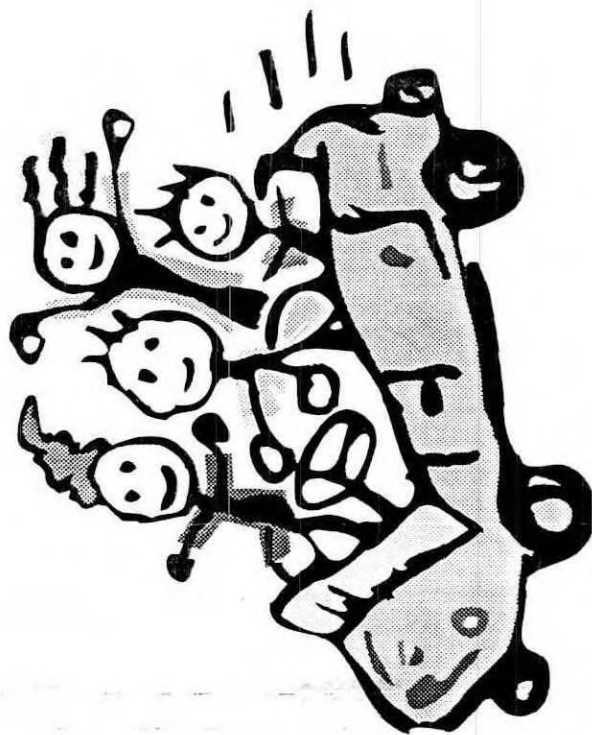
Por favor, olhem para mim quando eu falo com vocês - eu me sinto muito bem quando eu sei que vocês estão me ouvindo.

Eu preciso experimentar coisas novas - me ajudem a fazer erros sem me sentir estúpido.

A cama que eu faço ou o quadro que desenhei podem não ser perfeitos - só me amem por tentar.

Lembre-se, eu sou uma criança, não um adulto pequeno. Algumas vezes eu não entendo quando vocês estão falando.

Eu os amo, me ajude a entender que vocês me amam pelo que sou.

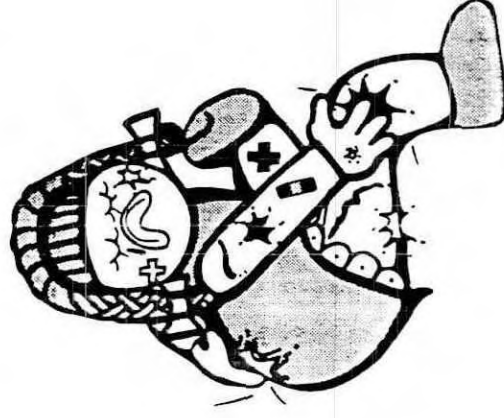


*IN: VIRGINIA COALITION FOR CHILD
ABUSE PREVENTION MONTH, 1996*

Prefeitura Municipal de Florianópolis
Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social
Departamento de Desenvolvimento Social
Divisão da Criança e do Adolescente
Programa S.O.S. Criança

EDUCAÇÃO INFANTIL

Viver sem violência



2ª EDIÇÃO

Florianópolis, outubro de 1999.

APRESENTAÇÃO

Em se tratando da educação dos seus filhos, quantas vezes você se perguntou se estava fazendo o melhor que podia? - muitas vezes você pode ter usado a palmada como recurso para educar seus filhos, e depois, arrependido e sentindo-se culpado, questionou sua atitude.

Saiba que dúvidas e sentimentos como estes estão presentes na rotina diária de muitos pais que desconhecem outras formas de tentar estabelecer limites para seus filhos.

Infelizmente a palmada ainda é muito usada como recurso educativo, por não terem os pais outras opções, que não aquela que aprenderam com os seus próprios pais: "dar umas boas chineladas".

Pensando nestas questões, nós do Programa S.O.S. Criança, elaboramos este texto que expõe 20 pontos para você refletir antes de pensar em bater no seu filho, como também sugerimos outras práticas educacionais que não o disciplinamento corporal.

Elaboração:

Sandra R. Mena Barreto
Psicóloga - CRP - 12/00448

Sandra C. da Silveira
Psicóloga - CRP - 12/01132

Ilustrações:

Paulo F. Mossmann

BIBLIOGRAFIA

- 01 - AZEVEDO, Maria A. S. Guerra, Viviane N. Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1984.
- 02 - BEFFI [J], Bruno. Uma vida para seu filho. Rio de Janeiro: Campos, 1988.
- 03 - MALDONADO, Maria Tereza. Comunicação entre pais e filhos: A linguagem do sentir. Rio de Janeiro: Vozes.
- 04 - SAMALIN, Nancy; Jablow, Martha M. Amar seu filho não basta. São Paulo: Sarava, 1994.
- 05 - ZAGURY, Tânia. Educar sem culpa: a gênese da ética. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- 06 - ZAGURY, Tânia. Sem padecer no paraíso: em defesa dos pais ou sobre a tirania dos filhos. Rio de Janeiro: Record, 1991.

Maiores informações: Fones 0 -- (48) 228-8611 / 228-8846

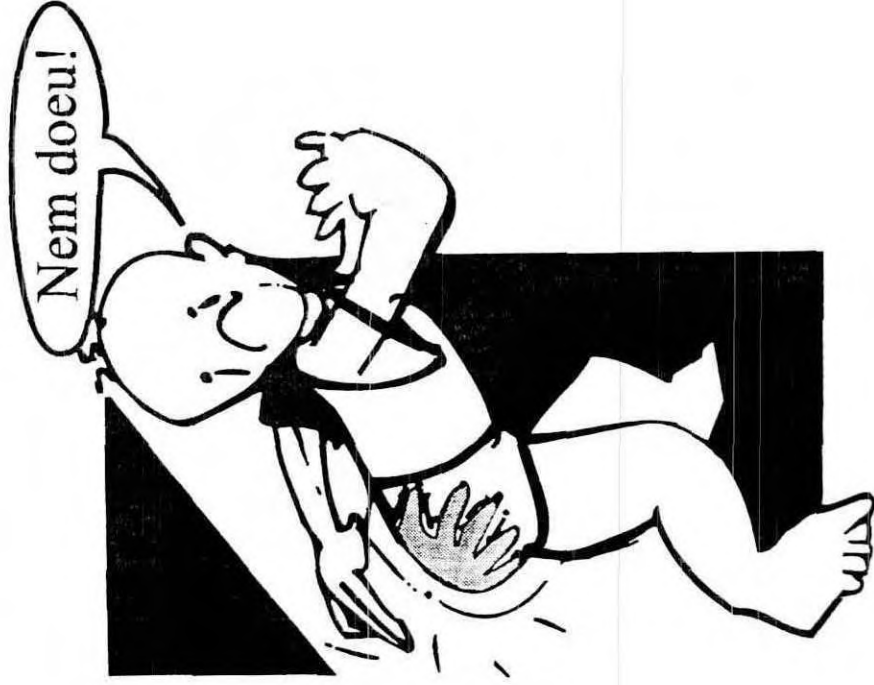
Pense 20 vezes antes de bater

01 - Bater em alguém mais fraco é em si um ato de covardia.



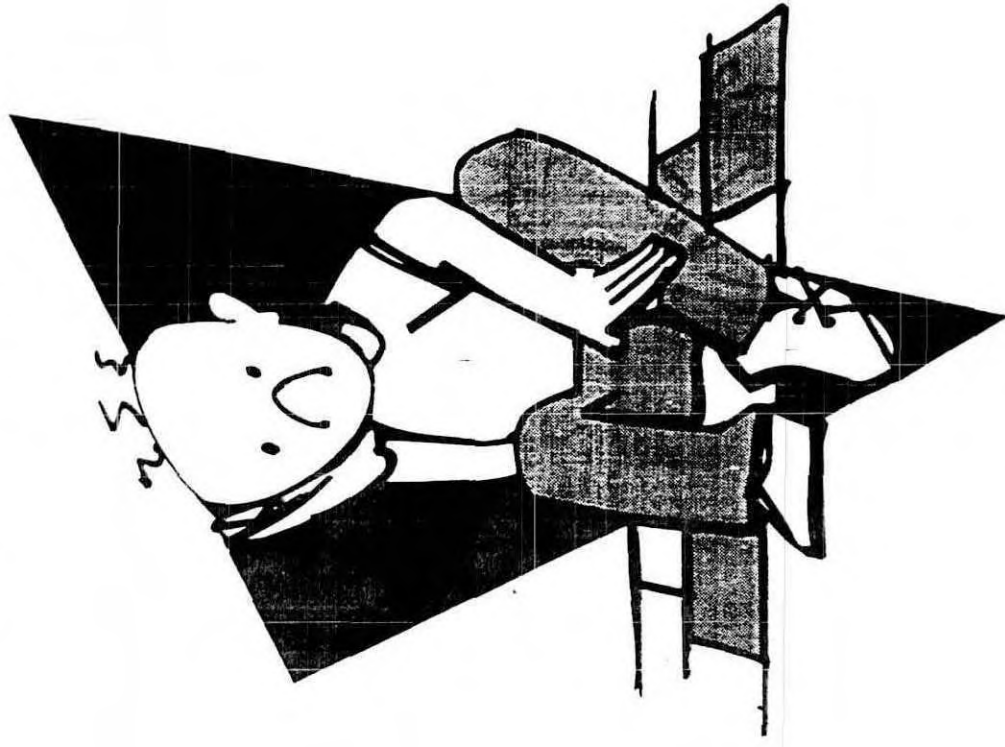
02 - A palmada tende a ir perdendo seu efeito a longo prazo e a criança aos poucos teme menos a agressão física. A tendência dos pais é, então, bater mais e mais, buscando os efeitos que haviam conseguido anteriormente.

03 - A palmada não resolve os conflitos comuns às relações pais e filhos: muitas das crianças que apanham, mesmo sentindo-se magoadas e amedrontadas, enfrentam os pais dizendo que a "palmada não doeu", e o que era apenas um tapinha leve no bumbum, acaba virando uma tremenda surra.



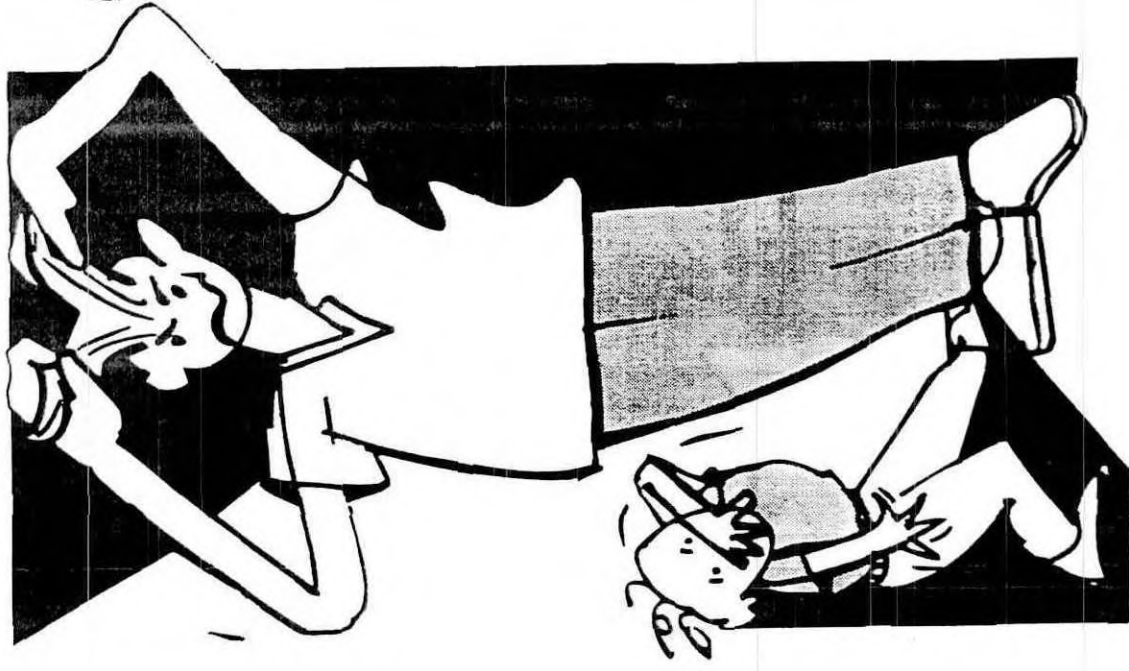
04 - A palmada, aos poucos, pode afastar severamente pais e filhos, pois a agressão física, ao invés de fazer a criança pensar no que fez, desperta-lhe a raiva contra aquele que a agrediu.

05 - Os danos emocionais impostos pela agressão física são geralmente mais duradouros e prejudiciais que a dor física.



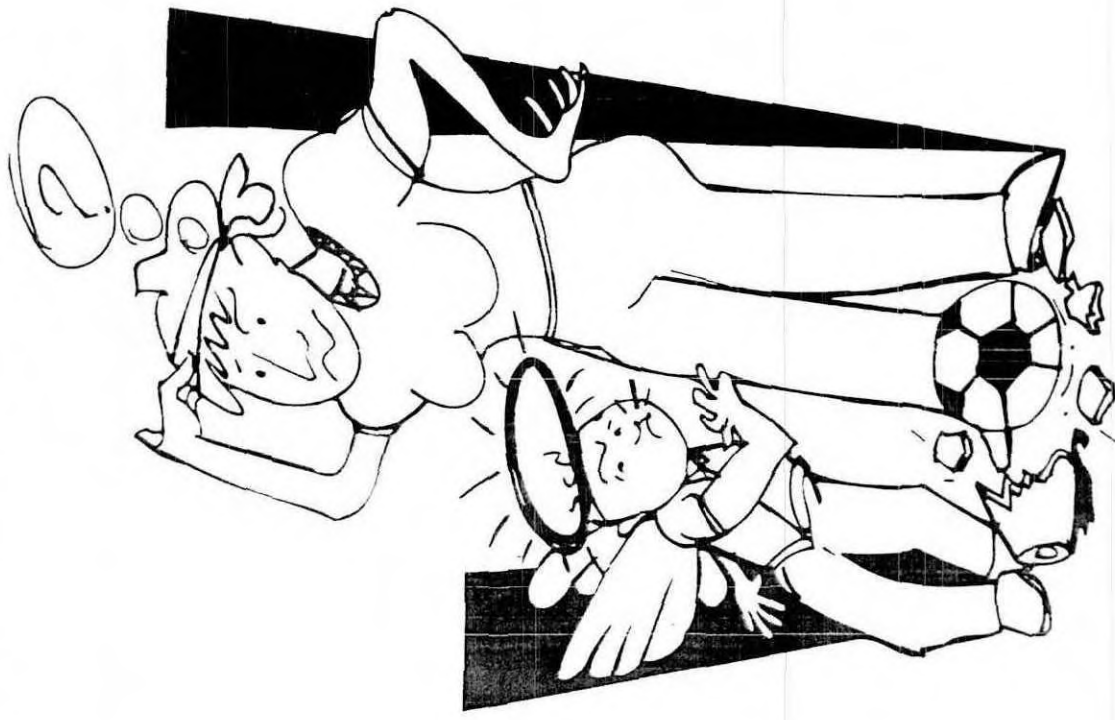
06 - Bater pode ser uma experiência traumática para a criança não apenas pela dor física que impõe, mas principalmente porque coloca em risco a credibilidade depositada por ela nos pais, que é a base para sentir-se amparada e segura.

07 - A criança não pode se sentir segura se sua segurança depende de uma pessoa que se descontrola e para com a qual tem ressentimentos.



08 - A criança que apanha tende a se ver como alguém que não tem valor.

09 - Aos poucos a criança aprende a enganar e descobre várias maneiras de esconder suas atitudes com medo da punição.

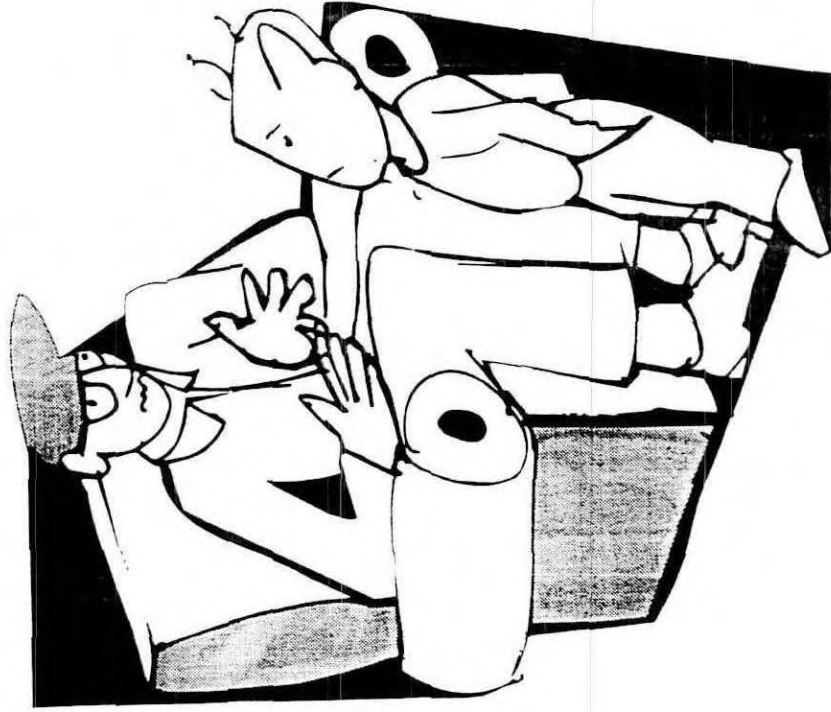


10 - A criança pode aprender a mostrar remorso para diminuir sua punição, sem no entanto senti-lo realmente.

11 - Para a criança a palmada amula a sua conduta: é como se ela tivesse pago por seu erro, e por isso pensa que pode vir a cometê-lo de novo.

14 - A palmada tem um caráter apenas punitivo, e não educativo; ela pode parecer o caminho mais fácil a ser seguido, porque aparentemente tem o efeito desejado pelos pais. É comum a criança inibir o comportamento indesejado por medo, e não pela convicção de que agiu de maneira inadequada.

15 - Muitas das crianças que apatam aprendem a adquirir aquilo que querem através da agressão física e, não raras vezes, apresentam na escola condutas agressivas para com os coleguinhas.



2 - A palmada não ensina à criança o que ela pode fazer, mas apenas o que não pode fazer, sem que saiba ao menos o motivo. A criança só acredita ter agido realmente errado quando alguém lhe explica o porquê e quando percebe que sua atitude afeta ou abala o outro.



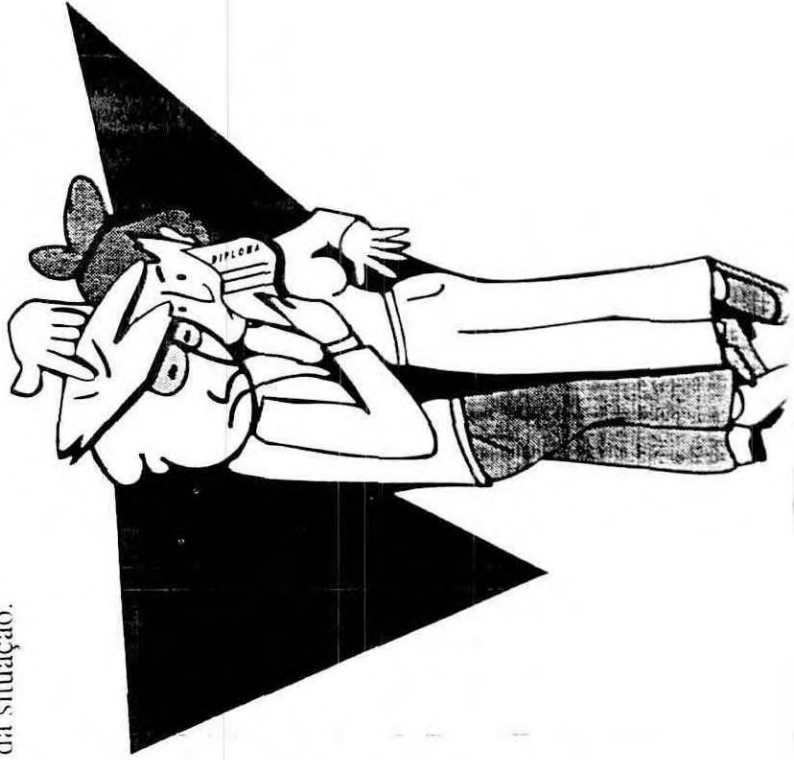
13 - O medo da palmada pode impedir a criança de agir errado, mas não faz com que ela tenha vontade de agir certo.

Uma palmada, para um adulto, pode parecer inofensiva. Porém é importante saber que cada criança atribui um significado diferente ao ato de "levar umas palmadas", podendo tornar-se uma experiência arcante em sua vida futura. Além disso, independente da intensidade do bater, o ato continua sendo o mesmo: um ato de violência contra um desprotegido.

Bater é uma forma de perpetuação da "cultura da violência" tão presente na relações entre as pessoas nos dias atuais, pois ensina às crianças que os conflitos se resolvem por meio de agressão física.

Bater nos filhos muitas vezes acaba por gerar nos pais fortes sentimentos de culpa, o que os leva a procurar compensar sua atitude posteriormente "afrouxando" aquilo que procuravam corrigir.

Bater é um atestado de fracasso que os pais passam a si próprios (Agury, 1985) porque demonstram para a criança que perderam o controle da situação.



O sentido da justiça está em fazer aos outros aquilo que gostaríamos que nos fizessem. Quando nós adultos agimos de maneira inadequada, não esperamos punição. Esperamos sim que as pessoas nos compreendam e nos ajudem a agir de maneira certa.

Como você pode ter percebido existem muitas razões para não se bater numa criança.

Agora imagine: se umas simples palmadas podem trazer consequências tão danosas, o que dizer daquelas surras que acabam virando uma verdadeira pancadaria?

Alguns autores citam como consequências da violência física contra criança e adolescente:

- Auto-estima negativa
- Comportamento agressivo
- Dificuldades de relacionamento
- Dificuldades em acreditar nos outros
- Infelicidade generalizada
- Retardamento mental
- Baixo rendimento escolar

Mas se a palmada é um recurso tão inadequado para resolver os problemas que surgem diariamente na relação pais e filhos, o que podemos usar no lugar dela? Vamos conversar sobre isso.



A questão dos limites

POQUE SIGNIFICA "COLOCAR LIMITES"?

Significa deixar bem claro para alguém o que é permitido e o que é proibido fazer.

O limite tem, entre outras coisas, a função de ensinar às crianças certas regras de convívio social e, além disso, protegê-la de situações que podem ser perigosas.

POR QUE AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PRECISAM DE LIMITES?

01 - Porque a criança, enquanto ser em desenvolvimento, necessita de orientação sobre o que é certo e errado, sobre o que pode e o que não pode fazer.

02 - Porque o limite faz com que a criança perceba que está sob os cuidados de alguém que sabe o que faz, de uma pessoa madura, que tem segurança nos seus atos.

03 - Porque a segurança que uma criança deve ter dependerá sempre da segurança que seus pais demonstram. Pais que sabem dizer "não" com segurança, transmitem este sentimento aos seus filhos.

"A criança quer e precisa sentir segurança nos pais, porque depende a sua própria" (Zagury, 1991)

04 - Porque o limite é uma das maneiras da criança perceber que alguém se preocupa com ela e a protege.

05 - Porque quando os pais estabelecem um limite para respeitar uma necessidade sua estão se mostrando por inteiro ao seu filho, revelando-se como seres humanos de direito, da mesma forma que lhes mostram que ele também é. Somente com o respeito às necessidades de cada um é que se pode construir uma relação equilibrada, saudável e democrática.

06 - Porque os limites são uma forma da criança compreender que o mundo não é composto somente de pessoas a seu serviço, que existem outras pessoas que precisam ter seus direitos respeitados.

07 - Porque saber dizer "não" para uma criança é prepará-la para a vida, para os muitos "não" que encontrará no mundo lá fora.

08 - Porque crianças que não aprendem noções de limites podem vir a ter problemas de relacionamento com os outros. Estas crianças muitas vezes apresentam dificuldades em respeitar as necessidades de outras pessoas e por conseguinte sofrem muito em lidar com as frustrações inevitáveis da vida.

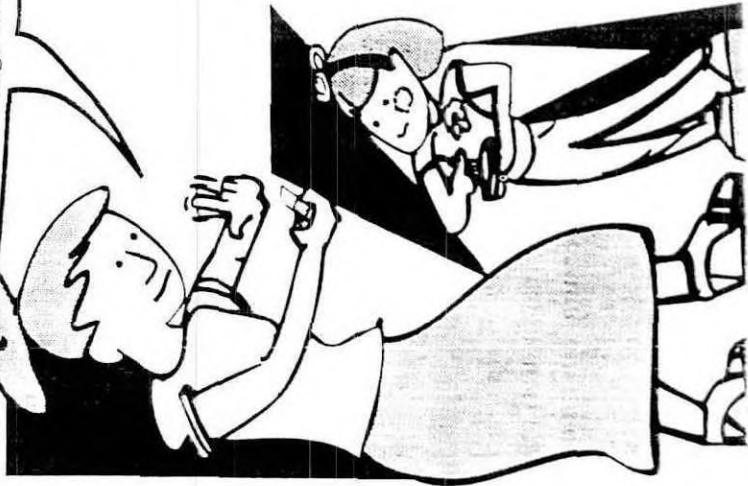
09 - Porque a capacidade de tolerar frustrações é indispensável



por pessoas acostumadas a mandar, a ter todos os seus desejos realizados, a não respeitar o direito dos outros?

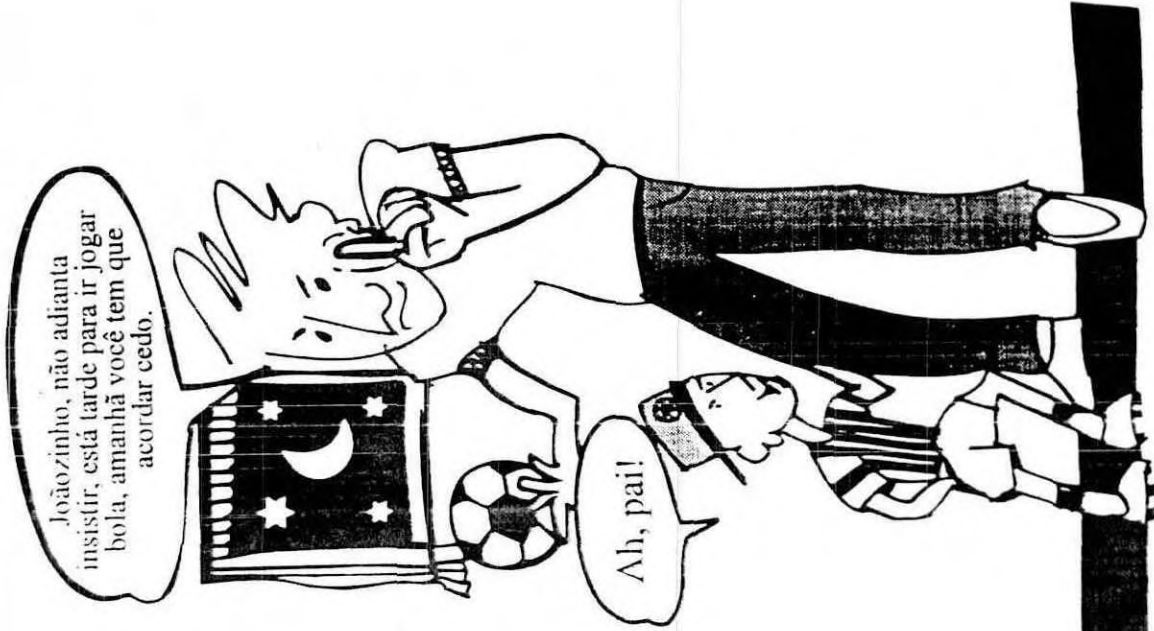
COMO PODEMOS ESTABELEÇER LIMITES PARA AS CRIANÇAS?

(1) **FALAR EM TOM FIRME.** - O tom de firmeza é essencial para a colocação de limites. Respostas do tipo "acho que não" deixam margem para que a criança não aceite o limite e insista naquilo que quer seguir. Para ser firme não é preciso gritar nem ser autoritário, apenas é necessário falar com clareza, seriedade e segurança para que a criança perceba que estamos decididos e não adianta insistir. Se a criança perceber um "talvez" em nossa resposta ela voltará a insistir.



Aninha, eu não quero que você mexa nas minhas maquiagens. Elas são muito caras e depois eu não vou ter dinheiro para comprar outras se você estragá-las.

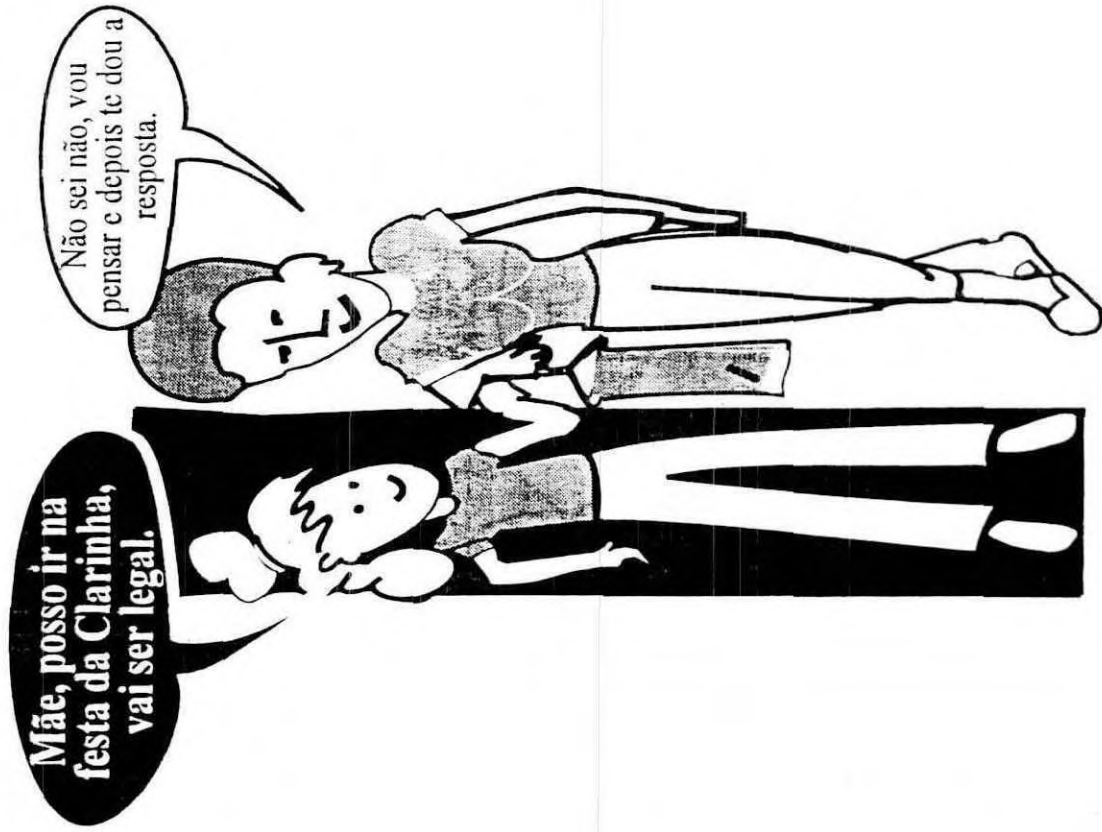
02 - **NÃO VOLTAR ATRÁS NAS DECISÕES** - Uma vez tomada a decisão é muito importante não voltar atrás, a menos que haja motivos muito fortes para tal. Voltando atrás passa-se para a criança a idéia de que se ela insistir pode conseguir o que quer e a tendência que ela insista sempre.



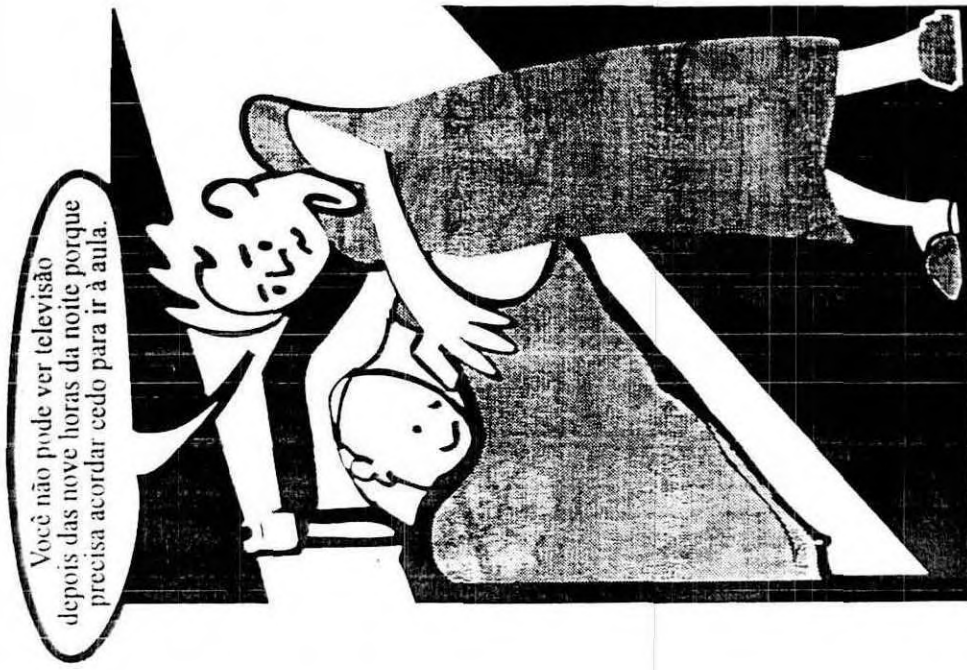
Joãozinho, não adianta insistir, está tarde para ir jogar bola, amanhã você tem que acordar cedo.

Ah, pai!

03 - SEGURANÇA NÃO EXCLUI FLEXIBILIDADE - Uma mãe é ter segurança e outra é ser flexível e é justamente a segurança que nos deixa tranquilos para modificar uma determinada situação sem medo. O importante é que depois de tomada ela seja mantida até o fim. Quando você tiver dúvidas com relação a sua decisão, poderá dizer à criança que vai pensar e mais tarde lhe dará a resposta.



04 - EXPLIQUE PARA A CRIANÇA O PORQUÊ DE SUA DECISÃO - Procure usar frases curtas e objetivas pois a criança entenderá mais facilmente. Não é adequado falar demais e nem se perder em justificativas como se tivesse pedindo desculpas por sua atitude.



Fale com carinho, converse de maneira sincera, amigável e honesta mas sem perder a firmeza. Seja segura, mas não agressiva. A criança tem grande capacidade para apreender estas situações.

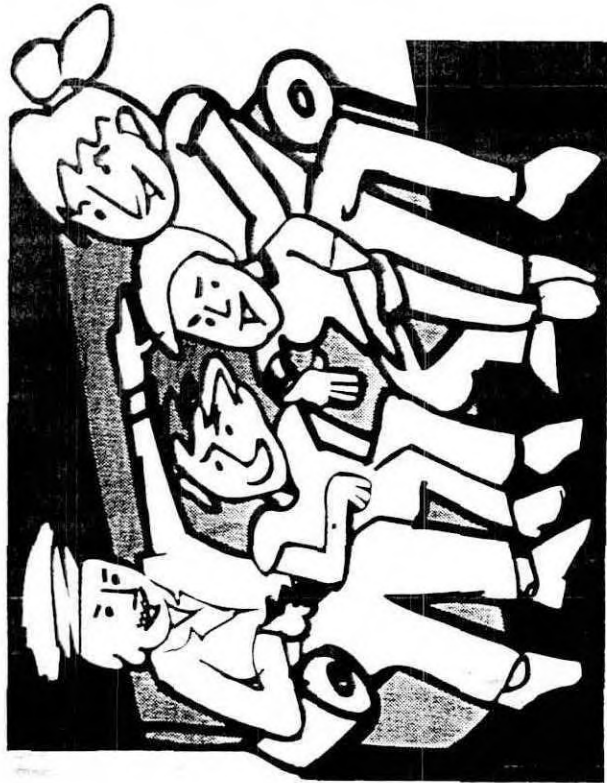
**05 - ACEITAR QUE A CRIANÇA PODERÁ FICAR DES-
ONTENTE** - A criança poderá ficar triste ou com raiva no estabele-
mento de limites e os pais devem estar preparados para lidar com
estes sentimentos. Uma maneira de lidar com o fato é identificar quais
sentimentos que a criança está sentindo e expressá-los para ela, de-
monstrando compreensão. A tendência é que sentindo-se compreendi-
da a criança aceite mais facilmente o limite imposto.



06 - OFEREÇA OPÇÕES DE ESCOLHA - Uma das maneiras
de tornar o limite mais fácil de ser aceito pela criança é oferecer-lhe
uma certa margem de escolha. A criança sentirá que também tem poder
de decisão, o que é muito importante para o desenvolvimento de sua
autonomia.



09 - AJUDE SEU FILHO A SER COMPRENSIVO - Para que a criança se torne compreensiva é necessário criar um clima de compreensão mútua na família, habituando a criança a participar sempre que possível das decisões, ao invés de aliená-la dos problemas e da realidade.



BATE PAPO FINAL

Sabemos quanto é difícil educar crianças. Como os adultos, cada criança tem seu jeito particular de ser e de reagir às situações do dia a dia. Não existem manuais ou receitas que ensinem os pais a resolverem cada uma das dificuldades que vão surgindo na educação de seus filhos.

Entendemos porém que o importante na educação das crianças é sempre revermos as práticas educacionais que adotamos, se estamos de fato fazendo o melhor.

Repensamos o que estamos ensinando às nossas crianças, sabendo que a atenção que nossas atitudes muitas vezes ensinam mais do que as palavras que usamos. Repensamos enfim, se estamos tratando nossas crianças como cidadãos de direitos e deveres que, como nós adultos, merecem respeito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

PROJETO ABORDAGEM DE RUA

UMA PROPOSTA SÓCIO EDUCATIVA DE INCLUSÃO SOCIAL

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Administração 2001 - 2004

Sandra Helena Seemann
Coordenadora Abordagem de Rua
Assistente Social
CRESS 0776 - 12ª Região - SC



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

1. TÍTULO

PROJETO ABORDAGEM DE RUA - UMA PROPOSTA SÓCIO EDUCATIVA DE INCLUSÃO SOCIAL.

2. CARACTERIZAÇÃO

A abordagem de rua é um projeto da Prefeitura Municipal de Florianópolis, que caracteriza-se enquanto proposta de atendimento sócio – educativo, com o compromisso de restabelecer os vínculos familiares, escolares e comunitários de crianças, adolescentes e adultos em situação de rua.

3. APRESENTAÇÃO

É fato que o Município de Florianópolis apresenta uma das maiores taxas de urbanização e de crescimento demográfico do Estado de Santa Catarina¹. Tal crescimento é decorrente de um fluxo intenso de migração, no qual, famílias provenientes de áreas agrícolas decadentes (interior do Estado e Estado do Paraná), são atraídas pela perspectiva de melhores condições de emprego e renda tendo em vista as potencialidades naturais do município: o turismo, o comércio, e sua estrutura administrativa pública, municipal, estadual e federal.

Este contingente populacional é composto principalmente, por famílias com baixo poder aquisitivo que dispõe apenas e tão somente da sua força de trabalho. No entanto, a maioria não possui qualificação profissional e dificilmente são absorvidos pelo mercado formal de trabalho.

Vale ressaltar que, assim como no resto do país, a marginalidade a que são levadas estas famílias, tem suas raízes num sistema sócio-político que cria um modelo econômico onde não é possível a absorção de toda a mão de obra disponível.

Sem remuneração e outra alternativa, esta população busca solucionar as suas necessidades, sobretudo as de moradia, instalando-se em habitações precárias, muitas delas em regiões impróprias como: áreas de risco (encostas de morros, áreas sujeitas a inundações periódicas) ou áreas de preservação ambiental, distantes da área central, onde a infra-estrutura é muito precária ou quase inexistente.

Esta realidade também é vivenciada por uma parcela significativa da população nativa que agregada à população migrante vem produzindo verdadeiros bolsões de pobreza e

¹ - 97% da população vive na cidade, segundo os dados do IBGE 2000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

3. APRESENTAÇÃO

favelização da região periférica.

Conseqüentemente, o que se verifica, é a configuração do município em mais uma capital brasileira com crescente empobrecimento populacional, destacando-se: a falta ou precárias condições de moradia, um grande número de pessoas nas ruas que fazem das mesmas o seu espaço de sobrevivência, aumento do índice de desemprego e crescimento na informalização do trabalho.

O Poder Público Municipal vem desenvolvendo, através de suas secretarias municipais, diversas ações de alcance social e atendimento ao cidadão, principalmente nas áreas da Habitação, Criança e Adolescente, Saúde e Educação.

No entanto, apesar dos investimentos realizados visando a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, transformar, ou pelo menos diminuir, o quadro de carência sócio-econômica vivida por uma parcela significativa da população, tem sido uma tarefa de difícil resolução.

Principalmente no que tange a população em situação de rua (criança, adolescente e adulto) a maioria são migrantes, que perpassam por vários municípios em busca de melhores condições de sobrevivência. Sem capacitação profissional e educacional não conseguem espaço no mercado de trabalho, colocando assim, os filhos em situação de exploração econômica, no papel de provedores da família. Algumas famílias engrossam o processo de favelização, outras alojam-se nas ruas, passarelas, casas abandonadas e ou embaixo de pontes. Esta condição exige uma busca dos serviços de assistência pública para sobreviver; que são insuficientes devido a grande demanda.

A partir de dados estatísticos do mês de fevereiro 2002, realizados pelo projeto abordagem de rua, do universo de 223 pessoas abordadas, 72 são crianças e adolescentes em situação de exploração econômica e sexual, drogaditos e perambulantes, 151 são adultos na faixa etária 19 a 70 anos, com predominância na faixa de 19 a 38 anos, população jovem e produtiva, dependentes químicos e mendigos.

★ As ações junto a população em situação de rua de Florianópolis, são efetivadas através de uma equipe de 13 profissionais, sendo 7 educadores e 5 assistentes sociais, com parcerias com a polícia militar de SC, Aflov, Susp e entidades conveniadas (comunidades terapêuticas), no



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

3. APRESENTAÇÃO

sentido de viabilizar as abordagens diárias nos períodos diurno e noturno, encaminhar a comunidades terapêuticas, hospitalar, recambiamentos, encaminhamento aos conselhos tutelares, e projetos de atendimento, visitas domiciliares e escolares.

4. OBJETIVOS

GERAL

➤ Oportunizar o resgate de vínculo de crianças adolescentes e adultos que fazem das ruas seu espaço de moradia e sobrevivência, com segmentos organizados da comunidade (família, escola, unidades de saúde, programas e/ou projetos sociais, recambiamentos e comunidade terapêutica), evitando a sua exposição aos riscos que a rua oferece.

ESPECÍFICOS

- Buscar através da educação social de rua, conhecer da população de rua , contexto , expectativas , vivências e histórias de vida;
- Possibilitar ações concretas de integração de crianças adolescentes à convivência comunitária, familiar e escolar. Conforme . Art. 19 da ECA;
- Identificar, encaminhar para a rede de atendimento, situações de violência física, sexual, psicológica e negligência de acordo com Art. 05 da ECA;
- Articular e encaminhar alternativas econômicas afins de que, as famílias possam garantir o auto – sustento;
- Subsidiar através de dados estatísticos, a implementação e a implantação de programas e projetos de retaguarda , campanhas de Erradicação do Trabalho Infantil-juvenil (exploração econômica) mendicância e dependência química.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

4. OBJETIVOS

ESPECÍFICOS

- Mediar o acesso à escolarização de crianças, adolescentes e adultos;
- Viabilizar inclusão ao atendimento básico emergencial;
- Viabilizar inclusão ao atendimento básico emergencial;
- Recambiar usuários adultos em situação de rua para a sua cidade de origem;
- Encaminhar usuários de drogas (população adulta) às comunidades terapêuticas conveniadas, como também a rede hospitalar.

5. PÚBLICO ALVO

Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, adultos acima de 18 anos em situação de rua, constituindo ou não pontos de fixação.

6. METAS

Realizar atendimento mensal até :

- 1 50 (cento e cinquenta) crianças e adolescentes e suas respectivas famílias.
- 150 (cento e cinquenta) adultos.

7. ABRANGÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

8. PRAZO DE EXECUÇÃO

O projeto deverá ocorrer no período de 2002 a 2005.

9. PREVISÃO DE CUSTOS

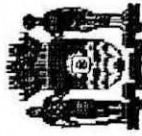
10. FORMAS DE FINANCIAMENTO

- Parceria com AFLOV
- Recursos próprios da PMF. e do FMAS, FMCA.

11. RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO E PARCERIAS

- ✓ AFLOV
- ✓ Polícia militar de SC
- ✓ SUSP
- ✓ Convênio com comunidades terapêuticas: → Missão Nova vida;
→ Sociedade de Assistência Entrepasto da fé;
→ Sociedade de Assistência Educacional Bom Samaritano.

Sandra Helena Seemann
Coordenadora Abordagem de Rua
Assistente Social
CRESS 0776 - 12ª Região - SC

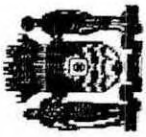


PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

RELATÓRIO

FEVEREIRO / 2002

Projeto Abordagem de Rua



AVALIAÇÃO PARCIAL

No mês de fevereiro de 2002, a Equipe do Projeto Abordagem de Rua recebeu 176 denúncias, deste volume 57% das denúncias foram atendidas e 43% não foi possível realizar atendimento *. Há que se observar que, 55% das denúncias foram repassadas a Equipe da Abordagem de Rua pelo 1407, e 45% foram realizadas pela população em geral.

Neste período (25/01 a 25/02), foram abordadas cerca de 72 crianças e adolescentes em situação de rua.

Do volume de abordagens realizadas constatamos que:

- ↻ 82% são do sexo masculino;
- ↻ 18% são do sexo feminino;
- ✓ A faixa etária está assim distribuída
 - ↻ 2,7% correspondem a crianças entre 0 e 3 anos;
 - ↻ 2,7% de crianças de 4 a 6 anos;
 - ↻ 12,5% de crianças de 7 a 9 anos;
 - ↻ 45,8% de crianças de 10 a 12 anos;
 - ↻ 23,6% de adolescentes entre os 13 e 15 anos;
 - ↻ 12,6% de adolescentes entre os 16 e 18 anos;

* É importante ressaltar que, a equipe da Abordagem de Rua tem se dirigido a todos os locais demandados pelos denunciante, no entanto, em muitas ocasiões não é possível realizar o atendimento, tendo em vista a evasão de crianças, adolescentes e adultos dos locais em que se solicitou a abordagem, bem como, algumas denúncias são repassadas a equipe com informações incompletas e até mesmo incorretas, impedindo, desta forma, que a abordagem seja realizada.



AVALIAÇÃO PARCIAL

✓ **Procedência:**

- 65,3% das crianças e adolescentes residem em Florianópolis, principalmente, nas comunidades do Morro do 25/ Agrônômica (18,3%), Morro do Mocotó (18,3%); Vila Aparecida (14,2%), e Morro da Caixa (14,2%).
- 10,6% é proveniente de São José.
- 4% é proveniente da Palhoça;
- 5,3% é proveniente do Município de Biguaçu;
- 14,6% é proveniente de outros Municípios do estado.

✓ **Quanto a Situação de Rua:**

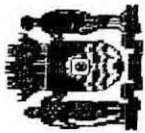
- **Exploração Econômica: 80%**
 - ✓ 55,8% encontram-se nas ruas praticando mendicância;
 - ✓ 14,7% cuidam de carros;
 - ✓ 7,3% vendem bala;
 - ✓ 20% outros (venda de adesivos, água e engraxates);
- **Drogaditos: 9,5%**
- **Perambulando: 10,5%**

➤ Do total de crianças e adolescentes em situação de rua 9,8% são moradores de rua e 90,2% estão nas ruas, ou seja, retornam para as suas casas.

➤ Há que se observar que, do volume de crianças e adolescentes atendidas 07 (sete), são moradores de rua, todavia, apenas 02 (dois) são naturais da cidade de Florianópolis, os demais, totalizando 5 (cinco) adolescentes, são provenientes de outros municípios do estado (São José, Imbituba, Criciúma e Lages).

✓ **Indicadores de Resultado:**

- **Reincidência: 51%**
- **Novos casos: 49%**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

AVALIAÇÃO PARCIAL

✓ **Indicadores de Resultado:**

➤ Encaminhamentos: 88%

✓ Conselhos Tutelares: 36,8%

✓ Programas da PMF: 21%

✓ Conduzidos até Residência: 13,7%

✓ Recambiamentos: 6,5%

✓ Visitas Domiciliares: 15,7%

✓ Juizado da Infância e da Juventude: 2,3%

✓ Casa de Passagem: 4%

➤ Encaminhamentos não realizados: 12% *

* Infelizmente, não foi possível realizar encaminhamentos, uma vez que, algumas crianças e adolescentes omitem informações à Equipe da Abordagem de Rua ou se evadem do local.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

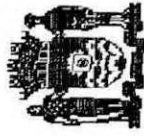
Nº POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	
	Fevereiro / 2002
Adultos	151
Crianças e Adolescentes	72
Total Geral	223

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

NOME	FUNÇÃO	NOME	FUNÇÃO
Andréa Bento	Assistente Social	Irma Remor Silva	Assistente Social
Veranete Scarabelotti	Assistente Social	Adalziara Maria da Silva	Assistente Social
Solange C. Viríssimo Maciel	Assistente Social	Marlene Rodrigues de Souza	Educadora Social
Leyla Franzoni	Educadora Social	Alfredo Júnior	Educador Social
Elaine Bete Assis	Educadora Social	Andréia Moraes	Educadora Social
Zenilta Espíndola Corrêa	Educadora Social	Evelyn Junckes Jacques	Educadora Social

Sandra Helena Seemann
Coordenadora

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2002.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

RELATÓRIO

MARÇO / 2002

Projeto Abordagem de Rua



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

AVALIÇÃO PARCIAL

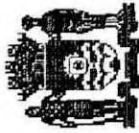
No mês de março de 2002, a Equipe do Projeto Abordagem de Rua recebeu 126 denúncias, deste volume 95% das denúncias foram atendidas e apenas 5% não foi possível realizar atendimento *. Há que se observar que, 48% das denúncias foram repassadas a Equipe da Abordagem de Rua pelo 1407, e 52% foram realizadas pela população em geral.

Neste período (01/03 a 31/03), foram abordadas cerca de 46 crianças e adolescentes em situação de rua.

Do volume de abordagens realizadas constatamos que:

- ☞ 74% são do sexo masculino;
- ☞ 26% são do sexo feminino;
- ✓ A faixa etária está assim distribuída
 - ☞ 2,17% correspondem a crianças entre 0 e 3 anos;
 - ☞ 6,5% de crianças de 4 a 6 anos;
 - ☞ 8,6% de crianças de 7 a 9 anos;
 - ☞ 37% de crianças de 10 a 12 anos;
 - ☞ 28,2% de adolescentes entre os 13 e 15 anos;
 - ☞ 17,3% de adolescentes entre os 16 e 18 anos;

* É importante ressaltar que, a equipe da Abordagem de Rua tem se dirigido a todos os locais demandados pelos denunciante, no entanto, em muitas ocasiões não é possível realizar o atendimento, tendo em vista a evasão de crianças, adolescentes e adultos dos locais em que se solicitou a abordagem, bem como, algumas denúncias são repassadas a equipe com informações incompletas e até mesmo incorretas, impedindo, desta forma, que a abordagem seja realizada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

AVALIAÇÃO PARCIAL

✓ **Procedência:**

- 47,8% das crianças e adolescentes residem em Florianópolis, principalmente, nas comunidades do Monte Cristo (18%), e Morro do Mocotó (22,72%).
- 28,2% é proveniente de São José.
- 10,8% é proveniente da Palhoça;
- 4,3% é proveniente do Município de Biguaçu;
- 8,6% é proveniente de outros Municípios do estado.

✓ **Quanto a Situação de Rua:**

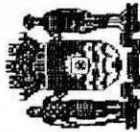
- **Exploração Econômica: 71,6%**
 - ✓ 52,6% encontram-se nas ruas praticando mendicância;
 - ✓ 5,2% cuidam de carros;
 - ✓ 18,4% outros (venda de adesivos, bola e pazinhas);
- **Drogaditos: 11,3%**
- **Perambulando: 5,6%**
- **Dormindo nas ruas: 7,5%**

➤ Do total de crianças e adolescentes em situação de rua 17,3% são moradores de rua e 82,7% estão nas ruas, ou seja, retornam para as suas casas.

➤ Há que se observar que, do volume de crianças e adolescentes atendidas 08 (oito), são moradores de rua, todavia, apenas 02 (dois) são naturais da cidade de Florianópolis, os demais, totalizando 6 (seis) adolescentes, são provenientes de outros municípios do estado (São José, Palhoça e Imbituba).

✓ **Indicadores de Resultado:**

- **Reincidência: 69,5%**
- **Novos casos: 30,4%**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

AVALIAÇÃO PARCIAL

✓ **Indicadores de Resultado:**

➤ **Encaminhamentos: 71,4%**

✓ **Conselhos Tutelares: 31,4%**

✓ **Programas da PMF: 25,7%**

✓ **Visitas Domiciliares: 17%**

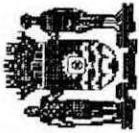
✓ **Orientação: 14,2%**

✓ **Comunidade Terapêutica: 11,4%**

➤ **Encaminhamentos não realizados: 28,5% ***

➤ Vale ressaltar que, houve uma redução de 36% no número de abordagens realizadas, comparadas ao mês de fevereiro de 2002.

* Infelizmente, não foi possível realizar encaminhamentos, uma vez que, algumas crianças e adolescentes omitem informações à Equipe da Abordagem de Rua ou se evadem do local.



AVALIAÇÃO PARCIAL

Com relação à população adulta, foram realizadas 87 abordagens.

Do volume de abordagens realizadas constatamos que:

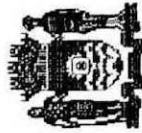
- ☞ 71,2% são do sexo masculino;
- ☞ 28,7% são do sexo feminino;

✓ Procedência:

- ☞ 21,8% dos adultos em situação de rua são natural da cidade de Florianópolis;
- ☞ 3,4% é proveniente de São José;
- ☞ 11,4% é proveniente do município de Lages;
- ☞ 9% é proveniente do Estado do Rio Grande do Sul;
- ☞ 10,3% é proveniente do Estado do Paraná;
- ☞ 4,5% é proveniente do Estado do Rio de Janeiro;
- ☞ 4,5% é proveniente de outros países (Argentina e Chile).

✓ A faixa etária está assim distribuída

- ☞ 19 a 21 anos: 13,2%
- ☞ 22 a 30 anos: 31,3%
- ☞ 31 a 40 anos: 27,7%
- ☞ 41 a 50 anos: 12%
- ☞ 51 a 60 anos: 7,2%
- ☞ 61 a 70 anos: 7,2%
- ☞ 71 anos ou mais: 1,2%



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

AVALIAÇÃO PARCIAL

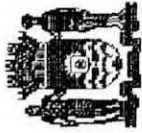
✓ Quanto a Situação de Rua:

- Dormindo nas ruas: 35%
- Mendicância: 32%
- Drogaditos: 12,7%
- Malabares: 10,6%
- Perambulando: 6,3%
- Do total de adultos em situação de rua 49,5% são moradores de rua e 50,5% estão nas ruas, ou seja, retornam para as suas casas.

✓ Indicadores de Resultado:

- Reincidência: 49%
- Novos casos: 51%
- Encaminhamentos: 86,3%
- ✓ Recambiamentos: 41,3%
- ✓ Divisão Pública de Assistência: 33,3%
- ✓ Comunidades Terapêuticas: 16%
- ✓ Providência de documentação: 5,3%
- ✓ Orientação: 4%
- Encaminhamentos não realizados: 13,7% *

* Infelizmente, não foi possível realizar encaminhamentos, uma vez que, alguns adultos se recusam a fornecer informações à Equipe da Abordagem de Rua ou se evadem do local.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

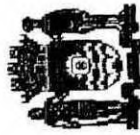
Nº POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	
	Fevereiro / 2002
Adultos	87
Crianças e Adolescentes	46
Total Geral	133

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

NOME	FUNÇÃO	NOME	FUNÇÃO
Andréa Bento	Assistente Social	Irma Remor Silva	Assistente Social
Veranete Scarabelotti	Assistente Social	Adalziara Maria da Silva	Assistente Social
Solange C. Viríssimo Maciel	Assistente Social	Mariene Rodrigues de Souza	Educadora Social
Leyla Franzoni	Educadora Social	Alfredo Júnior	Educador Social
Elaine Bete Assis	Educadora Social	Andréia Moraes	Educadora Social
Zenilda Espíndola Corrêa	Educadora Social	Evelyn Junckes Jacques	Educadora Social

Sandra Helena Seemann
Coordenadora

Florianópolis, 31 de março de 2002.

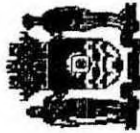


PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

RELATÓRIO

ABRIL / 2002

Projeto Abordagem de Rua



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

AVALIAÇÃO PARCIAL

No mês de abril de 2002, a Equipe do Projeto Abordagem de Rua recebeu **148 denúncias**, deste volume **90% das denúncias foram atendidas e apenas 10% não foi possível realizar atendimento** *. Há que se observar que, 56% das denúncias foram repassadas a Equipe da Abordagem de Rua pelo 1407, e 44% foram realizadas pela população em geral.

Neste período (01/04 a 30/04), foram abordadas cerca de 61 crianças e adolescentes em situação de rua.

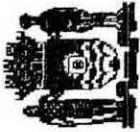
Do volume de abordagens realizadas constatamos que:

- ☞ 67% são do sexo masculino;
- ☞ 33% são do sexo feminino;

✓ **A faixa etária está assim distribuída**

- ☞ 0% de crianças entre 0 e 3 anos;
- ☞ 4% de crianças de 4 a 6 anos;
- ☞ 10% de crianças de 7 a 9 anos;
- ☞ 46% de crianças de 10 a 12 anos;
- ☞ 20% de adolescentes entre os 13 e 15 anos;
- ☞ 22% de adolescentes entre os 16 e 18 anos;

* É importante ressaltar que, a equipe da Abordagem de Rua tem se dirigido a todos os locais demandados pelos denunciantes, no entanto, em muitas ocasiões não é possível realizar o atendimento, tendo em vista a evasão de crianças, adolescentes e adultos dos locais em que se solicitou a abordagem, bem como, algumas denúncias são repassadas a equipe com informações incompletas e até mesmo incorretas, impedindo, desta forma, que a abordagem seja realizada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

AVALIAÇÃO PARCIAL

✓ **Procedência:**

- 68,6% das crianças e adolescentes residem em Florianópolis, principalmente, nas comunidades do Morro do 25 (20%), Monte Cristo (14%), e Morro do Mocotó (14%).
- 2% é proveniente de São José.
- 16% é proveniente de outros Municípios do estado.
- 4% é proveniente da Palhoça;
- 8% é proveniente de outros Estados.

✓ **Quanto a Situação de Rua:**

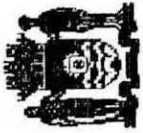
- Exploração Econômica: 71,6%
- ✓ 62% encontram-se nas ruas praticando mendicância;
- ✓ 5,6% cuidam de carros;
- ✓ 13,2% outros (venda de bala, pilha, engraxate);
- Drogaditos: 5,6%
- Perambulando: 4,2%
- Dormindo nas ruas: 9,4%

➤ Do total de crianças e adolescentes em situação de rua 14,5% são moradores de rua e 85,5% estão nas ruas, ou seja, retornam para as suas casas.

➤ Há que se observar que, do volume de crianças e adolescentes atendidas 07 (sete), são moradores de rua, todavia, apenas 04 (quatro) são naturais da cidade de Florianópolis, os demais, totalizando 3 (três) adolescentes, são provenientes de outros municípios do estado (São José, Biguaçu e Criciúma).

✓ **Indicadores de Resultado:**

- Reincidência: 58%
- Novos casos: 42%



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

AVALIAÇÃO PARCIAL

✓ **Indicadores de Resultado:**

⇒ **Encaminhamentos: 70%**

- ✓ Conselhos Tutelares: 22%
- ✓ Programas da PMF: 28,5%
- ✓ Visitas Domiciliares: 14,2%
- ✓ Orientação: 17%

- ✓ Comunidade Terapêutica: 8,5%
- ✓ Auxílio documentação: 8,5%
- ✓ Visita na escola: 11,4%

⇒ **Encaminhamentos não realizados: 30% ***

* Infelizmente, não foi possível realizar encaminhamentos, uma vez que, algumas crianças e adolescentes omitem informações à Equipe da Abordagem de Rua ou se evadem do local.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

AVALIAÇÃO PARCIAL

Com relação à população adulta, foram realizadas 74 abordagens.

Do volume de abordagens realizadas constatamos que:

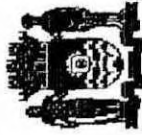
- ☞ 65% são do sexo masculino;
- ☞ 35% são do sexo feminino;

✓ Procedência:

- ☞ 24,3% dos adultos em situação de rua são natural da cidade de Florianópolis;
- ☞ 4% é proveniente de São José;
- ☞ 8% é proveniente do município de Lages;
- ☞ 9,5% é proveniente do Estado do Rio Grande do Sul;
- ☞ 6,7% é proveniente do Estado do Paraná;
- ☞ 13,5% é proveniente de outros Estados;
- ☞ 4,% é proveniente de outros países (Argentina e Uruguai).

✓ A faixa etária está assim distribuída

- ☞ 19 a 21 anos: 13,5%
- ☞ 22 a 30 anos: 33,7%
- ☞ 31 a 40 anos: 35,3%
- ☞ 41 a 50 anos: 13,5%
- ☞ 51 a 60 anos: 4%



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

AVALIAÇÃO PARCIAL

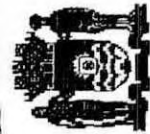
✓ Quanto a Situação de Rua:

- Dormindo nas ruas: 62%
- Mendicância: 12%
- Drogaditos: 13,3%
- Malabares: 6,5%
- Trabalho informal (artesãos, catadores de lata): 5,3%

✓ Indicadores de Resultado:

- Reincidência: 52,8%
- Novos casos: 47,2%
- Encaminhamentos: 92%
 - ✓ Recambiamentos: 23%
 - ✓ Divisão Pública de Assistência: 33,3%
 - ✓ Comunidades Terapêuticas: 14%
 - ✓ Providência de documentação: 6,4%
 - ✓ Orientação: 16,6%
 - ✓ Albergues: 6,4%
- Encaminhamentos não realizados: 8% *

* Infelizmente, não foi possível realizar encaminhamentos, uma vez que, alguns adultos se recusam a fornecer informações à Equipe da Abordagem de Rua ou se evadem do local.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOL. SOCIAL
GERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUB GERÊNCIA DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ESPECIAL

Nº POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	
	Abril / 2002
Adultos	74
Crianças e Adolescentes	61
Total Geral	135

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

NOME	FUNÇÃO	NOME	FUNÇÃO
Andréa Bento	Assistente Social	Irma Remor Silva	Assistente Social
Veranete Scarabelotti	Assistente Social	Adaizira Maria da Silva	Assistente Social
Solange C. Viríssimo Maciel	Assistente Social	Marlene Rodrigues de Souza	Educadora Social
Leyla Franzoni	Educadora Social	Alfredo Júnior	Educador Social
Elaine Bete Assis	Educadora Social	Andréia Moraes	Educadora Social
Zenilda Espíndola Corrêa	Educadora Social	Evelyn Junckes Jacques	Educadora Social

Sandra Helena Seemann
Coordenadora

Florianópolis, 30 de abril de 2002.